

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JEFFERSON GOMES NOGUEIRA**

**EDUCAÇÃO MILITAR:  
UMA LEITURA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA DOS  
COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL (SCMB)**

**CAMPO GRANDE/MS**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JEFFERSON GOMES NOGUEIRA**

**EDUCAÇÃO MILITAR:  
UMA LEITURA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA DOS  
COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL (SCMB)**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação sob a orientação da Professora Dra. Lucrécia Stringhetta Mello.

Linha de Pesquisa: Educação, Psicologia e Prática Docente.

**CAMPO GRANDE/MS**

**2014**

### **FICHA CATALOGRÁFICA**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, MS, Brasil)

Nogueira, Jefferson Gomes

Educação Militar: Uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) / Jefferson Gomes Nogueira. - 2014.  
149 f.

Orientadora: Lucrécia Stringheta Mello.

Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

1.Educação. 2. Educação Militar. 3. Colégio Militar I. Mello, Lucrécia Stringheta. II. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais III Título.

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucrécia Stringheta Mello  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Helena Vendrusculo Possari  
Universidade Federal do Mato Grosso

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jucimara Silva Rojas  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A Andréa, meu amor, minha parceira e cúmplice na vida. Ao nosso querido filho Luan, orgulho e razão de nossas vidas. Aos meus pais, Moacyr e Evangelina (*in memoriam*), que com toda humildade, dificuldades materiais e financeiras nunca me deixaram perder de vista a importância da educação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo;

À sociedade brasileira patrocinadora do ensino público;

À Andréa e ao Luan, parceiros da minha caminhada nos bons e nos maus momentos;  
A minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucrécia Stringhetta Mello, pela orientação, disponibilidade, atenção, cordialidade, amizade e respeito que sempre demonstrou por mim e por minha escolha temática, orientando-me e intervindo quando necessário.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jucimara Silva Rojas, que me ajudou a reelaborar e a redirecionar meu projeto de pesquisa, sempre com muita paciência, perspicácia intelectual e entusiasmo profissional.

Pelas importantes observações e contribuições quando de minha banca de qualificação, sempre com respeito e com cordialidade;

Às Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra e Sônia da Cunha Urt, da Linha de Pesquisa Educação Psicologia e Prática Docente, pelo entusiasmo e disposição em repassar seus conhecimentos;

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Helena Vendrusculo Possari, da Universidade Federal de Mato Grosso, pela importante participação no exame de qualificação com preciosas observações e pelas constantes contribuições e parceria com o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

Aos amigos da caserna, em especial a Antônio César **Pelegrini**; **Marcelo Costa** e a Paulo Sérgio **Xavier**, que com seus conhecimentos sobre o Colégio Militar me serviram de “laboratório”, o que muito contribuiu para a elaboração desta pesquisa;

Ao amigo e irmão Elson Mesquita Garcia pela preciosa contribuição na revisão deste trabalho;

Agradeço ao Sr. Coronel Ricardo **Guilherme** Ribeiro de Almeida, Diretor do CMCG, que possibilitou a realização de uma pesquisa documental naquela instituição;

Agradeço ao Cel João Francisco Marques **Mendanha**, Comandante do Corpo de Alunos do Colégio Militar de Campo Grande; ao Sr. Major Ricardo **Guglielme**, Chefe do COPESE e ao Ten **Jamal** Aparecido dos Santos, pela atenção dispensada e pelo fornecimento dos dados atuais sobre o CMCG.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Will Ludwig; à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thelmy Arruda de Rezende; à Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Salute Rossi Luchetti; à Prof.<sup>a</sup> Me. Neiva Blós, todos pesquisadores em educação militar que, pronta e gentilmente, responderam meus e-mails e colaboraram direta ou indiretamente na realização desta pesquisa.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS, pela transmissão de seus preciosos conhecimentos; agradeço aos Secretários do Programa Horácio Porto e Liliane Pelzl, por estarem sempre prontos a ajudar nos momentos de dificuldades, e aos colegas do mestrado e do doutorado, pelo respeito, receptividade e companheirismo demonstrado.

“Meu papel – e este é um termo por demais pomposo – consiste em mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam; que elas tomam por verdade, por evidência alguns temas que foram fabricados em um momento particular da história; e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. **Mudar algo no interior da pessoa: esse é o papel de um intelectual**” (Grifo do autor).

Michel Foucault  
Filósofo Francês (1926-1984)



## RESUMO

O estudo apresenta uma inserção na historicidade da Educação do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB), no sentido de desvelar o *ethos* como orientação da escola militar na formação de seus alunos. Esses contemplam valores, preceitos e tradições a serem preservados nas práticas diárias que são específicas da formação do soldado. Com a intenção de investir na problematização desse tema, o *ethos* que perpassa o currículo da escola militar foi constituído por documentos existentes no Exército Brasileiro: Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto 4.346/2002); o Regimento Interno dos Colégios Militares (RI/CM/2010) e o Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande (RI/CMCG/2011), dos quais foram retirados os significados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2012). Recorri a teóricos como Weber (1982,2012), Foucault (2000; 2011), Fernandes (1978), Chauí (2003), Ciampa (1984), Rios(1998), Thiesen (2008), Mello (2004;2012), Fazenda (2009), Marconi&Lakatos (2003), Rojas (2001), com os quais “dialoguei” para constituir o arcabouço teórico da dissertação. A metodologia de cunho interdisciplinar possibilitou adotar a polissemia conceitual ao invés de generalizações; e sob o enfoque qualitativo destacam-se da análise textual resultados válidos e representativos do fenômeno pesquisado. O *ethos* militar é trabalhado diuturnamente através da utilização da indumentária (farda), da padronização da aparência e do comportamento dos alunos, na distribuição desses numa complexa estrutura hierárquica e na aplicação de um rígido sistema disciplinar, tudo dentro de uma malha discursiva e simbólica que conjugam ao culto das tradições militares com técnicas de ensino eminentemente militares.

**Palavras-chave:** Educação – Educação Militar - Colégio Militar.

## ABSTRAT

The study presents an insert in the historicity of the Education System of Military Colleges of Brazil (SCMB), to unveil the ethos to guide the military school in the formation of their students. These include values, principles and traditions to be preserved in the daily practices that are specific to the training of the soldier. With the intention to invest in questioning this theme, the ethos that permeates the curriculum of the military school was established by documents in the Brazilian Army: Army Disciplinary Regulations (Decree 4,346 / 2002); the Internal Regulation of Military Colleges (RI / CM / 2010) and the Rules of the College of Campo Grande Military (RI / CMCG / 2011), which the meanings were removed through content analysis, according to Bardin (2012). Resorted to theorists such as Weber (1982,2012), Foucault (2000; 2011), Fernandes (1978), Chau (2003), Ciampa (1984), Rivers (1998), Thiesen (2008), Mello (2004; 2012), Finance (2009), Marconi & Lakatos (2003), Rojas (2001), with which "dialoguei" to constitute the theoretical framework of the dissertation. The interdisciplinary nature of methodology allowed to adopt the conceptual polysemy rather than generalizations; and from a qualitative approach stand out from the textual analysis valid and representative results of the studied phenomenon. The military ethos is working day and night through the use of clothing (uniform), the standardization of the appearance and behavior of the students, the distribution of a complex hierarchical structure and applying a rigid disciplinary system, all within a discursive and symbolic mesh that combine the cult of military traditions with predominantly military teaching techniques.

**Keywords:** Education - Education Military - Military College.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DCEX).....	34
Figura 2 – Organograma do DCEX.....	37
Figura 3 – Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).....	57
Figura 4 – Cerimônia anual dos Cadetes da AMAN.....	57
Figura 5 – Ethos (Homem Social) .....	73
Figura 6 – Desfile 7 de Setembro – Alunos do CMSM-RS.....	118
Figura 7 – Desfile 7 de Setembro do CMN.....	120
Figura 8 – Gen. Luiz Antônio Silva dos Santos, em visita ao CMF.....	121
Figura 9 – Gen. De Nardi entrega a medalha de 1º lugar ao Coronel Aluno Veber....	126
Figura 10- Programa de Estímulo a aprendizagem e à disciplina.....	127

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –Trabalhos realizados sobre os Colégios Militares.....	27
Quadro 2 – Dados atuais sobre os Colégios Militares do Brasil.....	36
Quadro 3 –Aprovação dos alunos do 3º ano do Ensino Médio.....	37
Quadro 4 – Aprovados na Escola Preparatória de Cadetes do Exército/2013.....	38
Quadro 5 – Classificação do CMCG IDEB/2011.....	39
Quadro 6 – Definições de Ethos.....	76
Quadro 7 – Deveres Militares.....	88
Quadro 8 – Categorias e subcategorias representativas do ethos militar.....	98
Quadro 9 – Comparação entre dispositivos disciplinares do Exército e dos Colégios Militares.....	103
Quadro 10 – Categorias presentes nos documentos RI/CMCG – RDE – RI/CM.....	105
Quadro 11 – Distribuição das turmas: Educação Básica.....	115
Quadro 12 – Distribuição hierárquica dos alunos do ensino médio.....	126
Quadro 13 – Distribuição hierárquica dos alunos do ensino fundamental.....	126
Quadro 14 – Valoração do comportamento dos alunos.....	136
Quadro 15 – Valoração das punições impostas aos alunos.....	136

## **LISTA DE SIGLAS**

**AMAN** - Academia Militar das Agulhas Negras  
**ANPED** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CM** – Colégio Militar  
**CMCG** - Colégio Militar de Campo Grande  
**CMF** - Colégio Militar de Fortaleza  
**CMJF** - Colégio Militar de Juiz de Fora  
**CMM** - Colégio Militar de Manaus  
**CMO** – Comando Militar do Oeste  
**CMPA** – Colégio Militar de Porto Alegre  
**CMR** - Colégio Militar de Recife  
**CMRJ** - Colégio Militar do Rio de Janeiro  
**CMS** - Colégio Militar de Salvador  
**COPEMA** – Comissão Permanente do Magistério  
**CoPeSE**- Seção de Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar  
**DE** – Divisão de Ensino  
**DECEX** – Departamento de Educação e Cultura do Exército  
**DEP** - Departamento de Ensino e Pesquisa  
**DEPA** - Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial  
**ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio  
**EsFCEX**- Escola de Formação Complementar do Exército  
**EsPCEX** - Escola Preparatória de Cadetes do Exército  
**IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
**IME** - Instituto Militar de Engenharia  
**ITA** - Instituto Tecnológico da Aeronáutica  
**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional  
**OM** – Organização Militar  
**QCO** - Quadro Complementar de Oficiais  
**RI** – Regimento Interno  
**RICM** - Regimento Interno dos Colégios Militares  
**SCIELO** – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)

**SCMB** - Sistema Colégio Militar do Brasil

**R-126** - Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército

**R-69** - Regulamento dos Colégios Militares

**RM** - Região Militar

**SCMB** - Sistema Colégio Militar do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>16</b>
<b>1 O SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL (SCMB)</b> .....	<b>23</b>
1.1 A EDUCAÇÃO MILITAR EM FOCO: O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PESQUISAS EDUCACIONAIS EM COLÉGIOS MILITARES.....	23
<b>1.1.1 A importância do Estado do Conhecimento ou Estado da Arte</b> .....	<b>24</b>
<b>1.1.2 Análise dos resultados da produção científica sobre os Colégios Militares</b> .....	<b>25</b>
1.2 A ESTRUTURA DO SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL.....	33
<b>1.2.1 O Sistema dos Colégios Militares na Avaliação do IDEB</b> .....	<b>38</b>
1.3 EDUCAÇÃO MILITAR DO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	40
<b>1.3.1 As primeiras Academias Militares do Brasil</b> .....	<b>43</b>
<b>1.3.2 A expansão do Ensino Militar</b> .....	<b>49</b>
1.4 AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO MILITAR.....	51
<b>2 A CATEGORIA E A IDENTIDADE MILITAR NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR</b> .....	<b>60</b>
2.1 NECESSÁRIOS APONTAMENTOS SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE.....	60
2.2 A CATEGORIA MILITAR E SUAS ESPECIALIDADES.....	65
2.3 O ETHOS MILITAR.....	68
<b>2.3.1 Ethos (militar) Conceitos</b> .....	<b>68</b>
2.4 A INVENÇÃO DO EXÉRCITO: A IDENTIDADE NA DOCTRINA MILITAR.....	76
<b>2.4.1 A identidade Militar</b> .....	<b>77</b>
2.4.1.1 A identidade individual e a sócio grupal.....	80
2.4.1.2 Em busca de uma identidade “militar” .....	83
2.5 O ETHOS PRESENTE NA DOCTRINA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL.....	85
<b>3 O ENFOQUE QUALITATIVO DA PESQUISA: TECENDO OS FIOS DA EDUCAÇÃO MILITAR</b> .....	<b>91</b>
3.1 ACERCA DA PESQUISA QUALITATIVA.....	91
<b>3.1.1 Pré-análise: Leitura flutuante, escolha dos documentos e preparação do material Empírico</b> .....	<b>93</b>
3.1.1.1 Dos pressupostos teóricos e dos objetivos.....	96
3.1.1.2 Exploração do material selecionado.....	96
3.1.1.3 O processo de categorização.....	96

3.2 TRATAMENTO DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO.....	100
<b>3.2.1 Análises de conteúdo: Apresentação dos resultados.....</b>	<b>101</b>
<b>3.2.2 Interpretação e conclusão preliminares.....</b>	<b>107</b>
3.3 A GESTÃO EDUCACIONAL MILITAR E SUAS ESPECIFICIDADES.....	109
3.4 LÓCUS DA PESQUISA: O COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE (CMCG).....	113
<b>4 O ETHOS MILITAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL.....</b>	<b>116</b>
4.1 AQUI, ONTEM E HOJE, O LIVRO E O SABRE SE OMBREIAM.....	116
4.2 O ETHOS NA SIMBOLOGIA DOS COLÉGIOS MILITARES.....	119
<b>4.2.1 Culto à disciplina consciente: A essência do espírito militar.....</b>	<b>121</b>
<b>4.2.2 Culto à hierarquia: A espinha dorsal de sustentação de uma instituição militar.</b>	<b>124</b>
<b>4.2.3 Estímulos à aprendizagem e a guarda dos preceitos disciplinares.....</b>	<b>128</b>
4.3 DO REGIME, DAS FALTAS E DOS RECURSOS DISCIPLINARES.....	132
<b>4.3.1 Do Regime Disciplinar.....</b>	<b>133</b>
<b>4.3.2 Das faltas e dos recursos disciplinares.....</b>	<b>135</b>
<b>4.3.3 Classificações das faltas disciplinares.....</b>	<b>136</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>138</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO: *Uma metáfora, uma escolha, uma possibilidade...*

---

### **Poema: Filhos**

*Vossos filhos não são vossos filhos.  
São os filhos e as filhas da ânsia da vida por si mesma.  
Vêm através de vós, mas não de vós.  
E embora vivam convosco, não vos pertencem.  
Podeis outorgar-lhes vosso amor, mas não vossos pensamentos,  
Porque eles têm seus próprios pensamentos.  
Podeis abrigar seus corpos, mas não suas almas;  
Pois suas almas moram na mansão do amanhã,  
Que vós não podeis visitar nem mesmo em sonho.  
Podeis esforçar-vos por ser como eles, mas não procureis fazê-los como vós,  
Porque a vida não anda para trás e não se demora com os dias passados.  
Vós sois os arcos dos quais vossos filhos são arremessados como flechas vivas.  
O arqueiro mira o alvo na senda do infinito e vos estica com toda a sua força  
Para que suas flechas se projetem, rápidas e para longe.  
Que vosso encurvamento na mão do arqueiro seja vossa alegria:  
Pois assim como ele ama a flecha que voa,  
Ama também o arco que permanece estável.*

**Gibran Khalil Gibran<sup>1</sup>**

---

Minha história de vida está intimamente ligada à instituição que investigo, pois passei vários anos nela e hoje componho seus quadros da reserva. Em fevereiro de 1985, naquela incipiente democracia, eu como muitos outros jovens encontrei na carreira militar o reconhecimento e a chance de uma ascensão social que muitos de meus amigos de infância não tiveram. Naquele mesmo ano fiz os cursos de soldado, de cabo e de sargento temporário, algo inédito, segundo relatos de meus superiores, sendo que com apenas 11 meses de Exército cheguei à graduação de 3º Sargento. Posteriormente galgando todos as graduações possíveis, cheguei em 2010 à graduação de Subtenente, sendo que poderia seguir na carreira até ao posto de capitão se não houvesse um sonho maior: o desejo de prosseguir nos estudos e de um dia vir a ingressar como docente numa universidade pública. Julgo que essas informações são pertinentes para ficarem claras as posições críticas que assumi durante a realização desta pesquisa, considerando-se que estive imerso nesse universo simbólico permeado pelos *ethos* militar durante quase três décadas.

O interesse por pesquisar o *ethos* na prática pedagógica dos Colégios Militares surgiu diante dos diversos relatos de colegas militares - pais de alunos - que chegavam ao meu

---

<sup>1</sup> Poeta e escritor libanês. O Profeta Título do original em inglês: *The Prophet* Tradução e Apresentação: Mansour Challita Rio de Janeiro, 1975. Compilação, organização e digitalização: Lumensana. Disponível em <http://www.filosofia.art.br/download/filosofia/o-profeta-de-gibran-khalil-gibran.pdf>. Acesso em 24 Out 2013.



conhecimento. Preocupados com o tratamento disciplinar rígido que seus filhos estavam sendo submetidos, houve em alguns casos relatos de desencadeamento de problemas psíquicos/psicológicos dos alunos.

Quanto a escolha da metáfora do poeta *Gibran Khalil Gibran*, li o livro - *O Profeta* - ainda adolescente e apesar da pouca intimidade com a literatura e com o estudo, por força de questões socioeconômicas (parei de estudar por quadro vezes na antiga 5ª série, pois precisava trabalhar para ajudar meus pais), o poema *Vossos Filhos* deixou marcas em minha vida. Naquela época, apesar de não entender corretamente o que aquelas palavras significavam do ponto de vista filosófico, as decorei e ainda hoje lembro-me de trechos daquele belo e profundo poema e aqui o trago com o intuito de compartilhá-lo com meus possíveis leitores.

Segundo Faria (2006) o termo metáfora deriva do grego *metapherein*, em que *meta* significa mudança e *pherein* significa carregar, transferir. Na obra “Metáforas da Vida Cotidiana” *Lakoff e Johnson* já sugeriam que a metáfora seria bem mais que um simples ornamento no discurso. “Eles retomam o conceito de metáfora não mais como uma figura de linguagem desprovida de qualquer dimensão cognitiva, mas sim como figura do pensamento com manifestações linguísticas”. (FARIA, 2006, p.19).

Segundo Rojas (2001) “Metáfora como convite à descoberta é um processo mental que, auxiliado pela imaginação e pelo sentimento, leva ao *insight*, conduzindo-nos à realização”. (ROJAS, 2001, p.209); e como a metáfora se constitui uma “[...] propriedade adequada do escrevente-pesquisador [...]”, como diz Mello (2004, p.114), procurei fazer dela uma ponte entre o texto e o leitor. A utilização de uma metáfora pode cumprir várias finalidades, dentre elas a de servir para comunicar ideias cuja expressão literal se restringiria a um grupo de leitores específicos.

O esforço empreendido na construção de um texto que mescle o rigor acadêmico e a beleza da linguagem metafórica tem por finalidade a acessibilidade tanto de autores quanto de possíveis leitores. A metáfora tem o objetivo de significar aquilo que as palavras, em sua significação mais literal, representam. (MELLO, 2004). Com essa visão, busquei construir o texto dentro da perspectiva de uma criação metafórica, que atendendo as normas inerentes ao trabalho acadêmico formal, pudesse criar um liame entre autor e leitor no seu sentido plural.

Dessa forma, dentro da perspectiva do poema *Vossos filhos* de Gibran Kalil Gibran, tive a pretensão de fazê-lo ser a sustentação entre o entrelaçamento de fios de trama (transversais) com fios de teia ou urdume (longitudinais), na tecedura deste texto.

A metodologia de cunho interdisciplinar possibilitou adotar a polissemia ao invés de generalizações e, através de uma abordagem qualitativa, destacam-se da análise textual resultados válidos e representativos do fenômeno pesquisado. A partir da minha experiência de vida e dos referenciais teóricos que me serviram de suporte, tem-se o olhar necessário à compreensão do *ethos* militar no contexto da educação do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). Conforme nos diz Mello (2004),

Está aí a natureza antropológica da pesquisa interdisciplinar: a estratégia de estudar a prática do vivido, de grupos, comunidades, meios de formação [...] situações nas quais se compartilha a vida, atividades, até mesmo atitudes e sentimentos das pessoas nos quais o pesquisador integra-se. [...] Enfim, o pesquisador deve integrar-se ativamente no campo em que quer explorar [...]. (MELLO, 2004, pp.40-41).

A escolha de uma metáfora não é tarefa fácil pois dela se espera que surpreenda e encante; que lance luz sobre o oculto; que seja uma ponte entre um leitor e o autor através de seu texto. Mas do que isso se espera da metáfora que ela seja o principal caminho entre dois paralelos que por vezes só se encontram no ignoto. Minha intenção foi de tentar unir, proporcionar um encontro, um diálogo, entre dois sujeitos tão controversos e conflituosos a saber: O autor desta dissertação e seu principal e mais crítico leitor, ele mesmo.

Como nos diz Goodman (1992) a função da metáfora vai além da mera ornamentação de um texto, pois ela “[...] participa plenamente do progresso do conhecimento, ao substituir algumas insulas categorias “naturais” por categorias novas e esclarecedoras, ao revisar a teoria e ao trazer novos mundos.” (GOODMAN, 1992, apud BLÓS, 2012, p.15).

Escolhi a metáfora na concepção do filho<sup>2</sup> representando o conhecimento para traduzir o percurso investigativo. Essa escolha se deu por vários motivos, dentre os quais pode-se citar a comum expressão de que a conclusão de um trabalho acadêmico é equiparada ao parto, a geração de um novo “ser literário”, ao ato de proporcionar luz a este “ser”, tal qual na *maiêutica* socrática se referindo ao partejar de ideias.

Durante o processo de produção de um texto passamos por diversas dificuldades e transformações tanto de ordem psíquica quanto intelectual. Não somos pesquisadores somente, temos outros papéis sociais a cumprir que demandam um turbilhão de sentimentos e que podem ser comparados metaforicamente às transformações químicas e hormonais pelas quais passa um corpo em processo gestacional.

---

<sup>2</sup> Segundo o Minidicionário da Língua portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, dentre outras, o vocábulo filho significa: Procedente, resultante.

Pensei, durante a busca da metáfora, que ela deveria representar aquilo que sentimos durante todo nosso processo “gestacional” da dissertação: nossas inquietações, expectativas, prazeres e angústias; etapas essas inerentes à investigação e ao próprio processo de pesquisa e de produção de conhecimento.

Nesse sentido, um filho preencheria a vontade de perpetuação da vida como se a extensão de nossa existência fosse possível por meio dessa dádiva da natureza, tanto no seu sentido literal quanto no metafórico. Filhos representariam, assim, o eternizar-se.

O filósofo Aristóteles<sup>3</sup> nos dizia que não devemos dar ouvidos àqueles que aconselham ao homem, “[...] por ser mortal, que se limite a pensar coisas humanas e mortais; ao contrário, porém, a medida do possível precisamos nos comportar como imortais e tudo fazer para viver segundo a parte mais nobre que há em nós”. Dessa forma, a ideia aristotélica de sentir e viver como imortais dá sentido à nossa metáfora filho, pois projetamos nele em essência e, de certa forma, deixamos no final de nossas produções intelectuais traços de nossa própria alma.

Nesse processo de produção de conhecimento é imprescindível o diálogo com os pares teóricos, a análise dos documentos, a necessária cumplicidade e interação entre orientando e orientadora acerca da compreensão dos elementos constituintes do *ethos* militar.

A produção desse filho representa o lançar de um novo olhar para um seguimento que esteve durante anos à margem das pesquisas acadêmicas, mas que vêm ganhando notoriedade, dentro do processo educativo brasileiro, e espaço na academia; no que concerne, principalmente, às pesquisas sobre a educação básica na rede pública de ensino. Assim, a pesquisa metaforizada no poema *Vossos Filhos* amplia sua revelação e possibilidade de escrita no foco dos estudos sobre a Educação Militar praticada no Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB).

A pedagogia militar no contexto dos Colégios Militares, assim como os assuntos inerentes ao pensamento e a história militar ainda são pouco estudados nos Programas de Pós-graduação no Brasil<sup>4</sup>, mas essa produção vem crescendo. Entendo que é importante analisar esse processo pedagógico, principalmente os voltados para as instituições que conjugam o ensino tradicional preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) e Diretrizes Curriculares Nacionais com o ensino militar; como é o caso dos

---

<sup>3</sup> Aristóteles (384 – 322 a.C.) REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: filosofia pagã antiga – volume 1*. Trad. Ivo Storniolo, 3ª Ed. São Paulo: Paulus, 2007.

<sup>4</sup> Conforme Estado da Arte realizado identificamos - entre Teses, Dissertações e Artigos - somente 19 trabalhos realizados, sendo que o mais antigo é de 2005.

tradicionais Colégios Militares do Exército Brasileiro que fazem parte da própria história da educação no Brasil.

Há tempos o modelo de projeto pedagógico do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) vem sendo copiado/adaptado em algumas escolas públicas sob a administração das Polícias Militares. Como exemplos temos os tradicionais Colégios Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais; os Colégios Militares de Pernambuco, Paraná, Bahia, Manaus, Palmas dentre outros<sup>5</sup>. Alguns valores que são trabalhados durante todo o período de formação de um militar são reforçados nas atividades diárias dos alunos dessas instituições de ensino.

A relevância de se estudar os Colégios Militares está na busca por tentar “[...] anular a barreira existente entre a vida militar e a vida civil que no Brasil [...] que constituem dois mundos à parte que se ignoram completamente”<sup>6</sup>; além de se buscar compreender esse universo educacional e suas especificidades. Segundo Ludwig(1998), os cientistas da educação ainda não perceberam a importância de pesquisar o ensino militar. Ele ressalta que o ensino militar é responsável pela formação de um profissional das armas com fortes tendências interventoras. “[...] são elementos desse grupo que geralmente participam das articulações golpistas, mobilizam contingentes de apoio aos conspiradores e lideram os subalternos no combate aos movimentos perturbadores da ordem social (LUDWIG, 1998, p. 07).

Dentro desse contexto o trabalho proposto apresenta a seguinte estrutura:

Capítulo I - O SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL (SCMB). Esse capítulo apresenta os resultados da análise sobre o Estado da Arte realizado com o intuito de se estabelecer um contato com as principais produções acerca do Ensino militar nos Colégios Militares. É descrita a estrutura do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) e apresentado os resultados da avaliação dos Colégios Militares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). É analisada a evolução histórica, a expansão e as reformas da educação militar no Brasil quando o processo educacional militar passou por várias fases e reformas, estando sua gênese relacionada à chegada da Corte Portuguesa e da Família Real em janeiro de 1808, o que demandou o planejamento de uma reestruturação do Exército visando a

---

<sup>5</sup> Segundo a Secretaria de Educação de Goiás, recentemente, o Governo do Estado anunciou que várias escolas públicas estaduais passarão a ser administradas pela Polícia Militar, como foi o caso recente da Escola Estadual Fernando Pessoa em Valparaíso/GO. O mesmo já aconteceu em Manaus/AM, onde, em 15 de dezembro de 2010, o governo passou para a administração da Polícia Militar uma escola pública que se tornou seu segundo Colégio da Polícia Militar.

<sup>6</sup> Jornal “O Diário”. 21 de março de 1956. In: artigo A Espada e a Pena: Um projeto político de Brasil a partir de um Colégio Militar em Minas Gerais, *Wesley Silva*. Centro Universitário FUMEC. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo8/completos/espada-e-pena.pdf>. Acesso em 06 Set 2013.

uma força militar mais eficiente e menos “amadora”<sup>7</sup>.

Capítulo II - A CATEGORIA E A IDENTIDADE MILITAR NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR. A identidade militar foi apresentada em diversas perspectivas que a compreensão do termo envolve, tendo como objetivo analisar o processo de criação de uma identidade própria do seguimento militar. São apresentados alguns apontamentos sobre as características de uma pesquisa interdisciplinar. Conceituou-se categoria militar e suas especificidades a partir do livro “Os Militares como Categoria Social”, de Heloísa Fernandes. Os conceitos de *ethos* foram trabalhados a partir das concepções dos clássicos da filosofia Grega, Platão e Aristóteles; buscando-se numa perspectiva interdisciplinar o diálogo com diversos autores das áreas da filosofia, da educação, da história, da sociologia etc., numa tentativa de demonstrar as transformações porque passou o termo *ethos* até a perspectiva que lhe é dada no presente trabalho dentro da doutrina presente nos Colégios Militares do Brasil.

Capítulo III- O ENFOQUE QUALITATIVO DA PESQUISA: TECENDO OS FIOS DA EDUCAÇÃO MILITAR. Neste capítulo é apresentada a metodologia utilizada na presente pesquisa. A partir de Bardin (2012) é aplicada a técnica de análise de conteúdo em documentos que regulamentam as atividades no Sistema dos Colégios Militares do Brasil. São elencados todos os procedimentos da pesquisa: Pré-análise, leitura flutuante, escolha dos documentos, preparação do material empírico, apresentação de pressupostos, objetivos e exploração do material selecionado. Foram feitos o tratamento dos resultados, a inferência e as devidas interpretações e conclusões preliminares. É descrito um breve histórico do Colégio Militar de Campo Grande e os resultados de uma pesquisa documental realizada naquele estabelecimento de ensino, dando ênfase para a Gestão Educacional Militar e suas especificidades.

Capítulo IV- O ETHOS MILITAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL. O conceito de *ethos* militar é analisado dentro do conjunto de práticas simbólicas comuns aos Colégios Militares: O culto à disciplina consciente; o culto à hierarquia e a distribuição dos alunos num rígido sistema hierárquico; as diversas formas de estímulos à aprendizagem, a rigorosa guarda dos preceitos disciplinares e o complexo aparato disciplinar aplicados aos alunos. Nesse espaço da pesquisa é apresentada a estrutura regimental disciplinar dos Colégios Militares: Dos recursos e Classificação das faltas

---

<sup>7</sup> Ao referir-se a Ensino Militar faz-se alusão ao ensino profissional do Exército; entretanto dentro do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) são pertinentes a utilização tanto de Ensino Militar quanto Educação Militar, haja vista que os Colégios Militares são Organizações Militares que funcionam como Estabelecimentos de Ensinos do Exército Brasileiro. Parágrafo 1º, do Art. 2º da Lei 9.786, de 08 Fev 99 (Lei do Ensino no Exército).

disciplinares.

O esteio teórico no qual se amparou a pesquisa foi construído dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido optei por pares teóricos que permitiram compreender, em toda sua amplitude, os conceitos de categoria e *Ethos* militar; hierarquia; disciplina: Weber (1982; 2012), Foucault (2000; 2011), Fernandes (1978) dentre outros. Na perspectiva conceitual interdisciplinar busquei amparo em: Fazenda (1979; 2009), Mello (2004; 2012), Rojas (2007). A historiografia sobre a evolução da educação/ensino militar no Brasil teve respaldo nas obras Castro (2002), Motta (1998) e Pirassinunga (1958). Na seara da Análise de Conteúdo têm-se as obras de Bardin (2012) e Franco (2003). As questões metodológicas: Mello (2004); Triviños (1987) e Lakatos&Marconi (2003). Outros autores, não menos importantes, serviram de apoio nessa empreitada intelectual pela compreensão desse universo educacional peculiar.

Os resultados obtidos apontam um moderno e complexo Sistema Educacional que tem no *ethos*, na doutrina, nos valores e na tradição do Exército Brasileiro os sustentáculos de uma ideologia secular. São práticas cotidianas que vão sutilmente introjetando valores da doutrina militar, por isso os indivíduos envolvidos nesse processo acabam não percebendo o quanto eles são determinantes em seus comportamentos, discursos e visões de mundo. Nesse processo de assimilação de preceitos atinentes ao *ethos* militar, o sujeito acaba defendendo os valores e princípios próprios da instituição Exército Brasileiro como se fossem seus.

## 1 O SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL (SCMB)

---

*“Filhos [...] Podeis outorgar-lhes vosso amor, mas não vossos pensamentos, porque eles têm seus próprios pensamentos. Podeis abrigar seus corpos, mas não suas almas; Pois suas almas moram na mansão do amanhã, Que vós não podeis visitar nem mesmo em sonho [...]”. Gibran Kalil Gibran.*

---

Filho e conhecimento, duas partes de nós. Maternidade de corpos e ideias, essa é a minha criação metafórica. **Conhecer** “1. Ter noção de; saber; 2. Ter relações com; 3. Saber quem é; 4. Ter experimentado; 5. Julgar, avaliar; 6. Distinguir”. **Filho**: “Proveniente, conseqüente, resultante”<sup>8</sup>. Como diz Gibran com relação aos filhos, “[...] **Podeis outorga-lhes vosso amor, mas não vossos pensamentos, porque eles têm seus próprios pensamentos [...]**”, assim pode-se dizer também do conhecimento, cuja expressão maior está na etimologia da palavra filosofia “amor pelo saber”. Ninguém produz conhecimento sem essa fagulha que é o amor. O conhecimento tem sua própria essência a qual buscamos quando nos predispomos a produzi-lo no parto das ideias. É importante refletir sobre a produção do conhecimento acerca da Educação Militar no Sistema dos Colégios Militares do Brasil, tendo sempre em mente que “Pesquisar é ver o que os outros viram e pensar o que nenhum outro pensou” – Albert Szent-Gyorgyi.

### 1.1 A EDUCAÇÃO MILITAR EM FOCO: O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PESQUISAS EDUCACIONAIS EM COLÉGIOS MILITARES.

O estudo referente a educação militar em geral sempre esteve à margem das pesquisas educacionais na academia. Esse quadro, porém, vem se modificando, principalmente no que tange às pesquisas educacionais em Colégios Militares.

Realizei um estudo do Conhecimento privilegiando o universo das pesquisas feitas na área da educação que abrangem por objeto o Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) em geral, e os colégios militares em particular. As pluralidades dos temas abordados acerca da educação militar foram mapeadas com o objetivo de ser descrito um panorama do que vem acontecendo, quais os enfoques, quais as dimensões dessas pesquisas sobre a educação militar nas diversas regiões do país.

O objetivo principal foi identificar os trabalhos já realizados sobre os temas: profissão docente; formação de professores; identidades; relações de gênero, políticas de formação, dentre outros. A importância desse tipo de trabalho está no fato de possibilitar aos pesquisadores

---

<sup>8</sup> Soares Amora. **Dicionário da Língua Portuguesa**, 1999.

uma visão mais geral sobre o que já foi produzido nas pesquisas de certo objeto específico. Outra possibilidade é a realização de um balanço sobre os principais temas abordados nas produções acadêmicas em diversas instituições de ensino. Inicialmente, o ponto de partida são os questionamentos: Existem pesquisas sendo realizadas e /ou já concluídas sobre a educação militar? Quais as temáticas trabalhadas? A educação militar tem lugar de destaque nas pesquisas acadêmicas?

Dentro desse contexto, optei por fontes básicas de referência para realizar o levantamento dos dados como: sites institucionais de universidades públicas e privadas e órgãos de fomento da pesquisa. Pretendi identificar e analisar quais os trabalhos já realizados tendo como temática a educação militar nos Colégios Militares do Brasil.

### 1.1.1 A importância do Estado do Conhecimento ou Estado da Arte

A busca de informações sobre trabalhos acadêmicos é facilitada na internet pela apresentação dos resumos em diferentes portais. Certamente os resumos podem ser limitados quanto a profundidade do estudo. Entretanto, como meu objetivo foi identificar de uma forma geral como anda a produção sobre a educação militar no Brasil, os resumos foram muito relevantes para a conclusão desse intento, pois,

Ao lidarmos com um conjunto de resumos de uma certa (sic) área do conhecimento, buscando identificar determinadas *marcas de convencionalidade deste gênero discursivo*, podemos constatar que eles cumprem a finalidade que lhes está prevista em catálogos produzidos na esfera acadêmica: informam ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam. Eles trazem, enquanto gênero do discurso, um *conteúdo temático*, que é o de apresentar aspectos das pesquisas a que se referem; trazem uma certa (sic) padronização quanto à *estrutura composicional*: anunciam o que se pretendeu investigar, apontam o percurso metodológico realizado, descrevem os resultados alcançados; e, em sua maioria, seu *estilo verbal* é marcado por uma linguagem concisa e descritiva, formada de frases assertivas, em um certo tom “enxuto”, impessoal, sem detalhamento, com ausência de adjetivos e advérbios. (FERREIRA, 2013, grifo do autor).<sup>9</sup>

Minha escolha em trabalhar com os resumos foi proposital, haja vista que pretendia ter o maior número de trabalhos possíveis analisados neste Estado da Arte.

De todo modo, pode-se estabelecer a partir de certa ordenação de resumos uma rede formada por diferentes elos ligados a partir do mesmo *suporte material* que os abriga, pela *opção teórica* manifesta, pelo *tema* que anuncia, pelo *objetivo* explicitado da pesquisa, pelo *procedimento metodológico* adotado pelo pesquisador. Um conjunto de resumos organizados em torno de uma determinada área do conhecimento (Alfabetização, Leitura, Formação do Professor, Educação Matemática, por exemplo)

<sup>9</sup> FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em 18 Ago 2013.



pode nos contar uma História de sua produção acadêmica. (FERREIRA, 2013, grifo do autor).<sup>10</sup>

A importância das pesquisas denominadas Estado da Arte ou Estado do conhecimento também são objetos de pesquisa em todo o Brasil,

[...] significa uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (RAMANOWSKI; ENS, 2006, p.39)

Busquei identificar as produções sobre a educação militar, analisando-as e categorizando-as em seus diversos enfoques e perspectivas. Para tanto, pesquisei os resumos de monografia, dissertações, teses, artigos, produções apresentadas em congressos, e publicações de periódicos; em sites de universidades públicas e privadas, em bancos de dados sobre teses e dissertações e em bibliotecas eletrônicas. Também utilizei o banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na biblioteca eletrônica Scielo Brasil<sup>11</sup>, no Portal Domínio Público<sup>12</sup>.

Utilizei como procedimento de pesquisa a busca na internet pelas palavras chave: educação militar e colégio militar. Não me limitei ao estudo de uma categoria específica, mas sim, temas abrangentes que tiveram como sujeitos: alunos, professores, equipe pedagógica ou direção. Por fim, realizei a análise dos resumos com elaboração de síntese, identificando tema, ano de defesa, problema, metodologia, referencial teórico e o local de publicação e realização da pesquisa.

### **1.1.2 Análise dos resultados da produção científica sobre os Colégios Militares**

Quadro sobre a produção acadêmica acerca do objeto de estudo Colégio Militar. Apesar de ainda incipiente, esta produção é um indicador de que interessa a diversas áreas do

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em 18 Ago 2013.

<sup>11</sup> A Scientific Electronic Library On line. [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

<sup>12</sup> <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>.

conhecimento, dentre elas a História, a Antropologia, Desenvolvimento Sustentável e Educação. Procurei identificar o ano da produção, o título, o pesquisador e a sua vinculação institucional, conforme abaixo:

Ano	Tipo	Área	Título	Autor	Local
1997	T	Antrop.	Meia-volta volver: Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar	Piero de Camargo Leiner	FGV/RJ
2006	T	His	Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946.	Fernando da Silva Rodrigues	UFRJ
2008	D	His	A Ética Castrense e a Intervenção Militar como recurso de manutenção da ordem institucional.	Kleber da Silva Tavares	UFES
2009	D	His	Por trás dos Portões: a disciplina no Colégio Militar de Curitiba (1959-1964)	Fabiana Maria Leal	Uni-Tuiuti-PR
2006	D	Edu	O Ensino no Exército Brasileiro: Histórico, quadro atual e reforma.	Maria Salute Rossi Luchetti.	Met/SP
2007	D	Edu	Autonomia Viglada: Caminhos para a construção da Identidade Profissional dos docentes do Colégio Militar de Campo Grande.	Aílton Souza de Oliveira	UCDB
2008	D	Edu	Educação ambiental e Interdisciplinaridade: Desafio ou realidade no Colégio Militar de Belo Horizonte?	Jaqueline Andrade Botelho Lima	PUC/MG
2008	D	Edu	O CASARÃO DA VÁRSEA: Um espaço masculino integrando o feminino (1960 a 1990)	Patrícia Rodrigues Augusto Carra	PUC/RS
2011	D	Edu	Colégio Militar de Campo Grande –MS: tecendo os fios do Habitus Professoral	Miriam Ferreira de Abreu da Silva	UFMS
2011	D	Edu	A educação física escolar e o lúdico no Colégio Militar de Campo Grande: uma leitura fenomenológica	Kléber Augusto Ribeiro	UFMS
2012	D	Edu	Coordenador/Supervisor Pedagógico do Colégio Militar de Campo Grande: Uma Prática Refletida.	Neiva Blós	UFMS
2012	D	Edu	Colégio Militar e Direção por Valores: Que liderança(s)?	Elisa Alice Pereira Machado da Silveira	Avero/Portugal
-	A	-	A espada e a Pena: um projeto político de Brasil a partir de Um colégio militar em Minas Gerais.	Wesley Silva	FUMEC
2005	T	Saúde	Limites e Desafios aos Militares brasileiros em Relação a questão ambiental	Hermes de Andrade Júnior	FIOCRUS
2008	D	Des. Sustent.	A Prática Pedagógica da educação Ambiental. Um estudo de Caso sobre o Colégio Militar de Brasília	Agnaldo Salomão Silva	UNB
2007	D	Psic.	Estresse Ocupacional. Síndrome de Bournout e Hardiness em Professores do Colégio Militar de Campo Grande	Helen Paola Vieira	UCDB
-	A	-	O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919)	Beatriz Rietmann De Costa e Cunha	UFF
-	A	-	Estabelecidos e Outsiders no Colégio Militar do Rio de Janeiro	Fábio Facchinett Freire	UNIRIO
2006	A	-	A inserção acadêmica e esportiva da	Liliana Adiers	UNB

			primeira turma feminina no Colégio Militar do Rio de Janeiro	Lohmann; Sebastião Vodre	Josué	
--	--	--	--	--------------------------	-------	--

#### QUADRO 1 – TRABALHOS REALIZADOS SOBRE OS COLÉGIOS MILITARES

Fonte: Organização do Autor.

LEGENDA: T = Tese; D = Dissertação; A = Artigo; M= Monografia. Organização: Autor

Nos trabalhos selecionados as temáticas são variadas e vão desde os estudos de educação ambiental até ao estudo das relações de gênero. Utilizei como critério a seleção de temas que se aproximavam mais do objeto de pesquisa, me limitando a analisar os pontos julgados mais importantes para que tivesse uma visão ampla sobre as pesquisas que foram realizadas nos últimos anos e que tenham como foco geral a educação militar.

A tese de doutorado de Thelmy Arruda de Rezende, do programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, teve como tema: **MENINAS AQUI? A EXPERIÊNCIA CONSTITUTIVA DAS ALUNAS PIONEIRAS DO COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA (1989-1995)**, defendida em 2009. As palavras-chave do trabalho foram 1. História da educação, 2. Feminismo, 3. Educação militar, 4. Educação de mulheres, 5. Estudo de gênero e 6. História das mulheres. A proposta do trabalho foi uma reflexão sobre as subjetividades das alunas pioneiras do Colégio Militar de Brasília, que em 1989 integraram a primeira turma de meninas a estudar naquela instituição de ensino. A pesquisadora partiu de entrevistas com as ex-alunas e outros sujeitos, bem como da análise de documentos da época, visando compreender como estas meninas representaram e foram representadas ao ingressarem naquele ambiente tipicamente masculino até então. Rezende (2009) buscou compreender se a presença feminina teria modificado as representações sociais e auto representações enquanto sujeitos políticos e agentes sociais. Seu aporte teórico foram os estudos feministas e as representações sociais.

Ainda dentro desse contexto das relações de gênero, com o tema: **O CASARÃO DA VÁRZEA: um espaço masculino integrando o feminino (1960 a 1990)**, Patrícia Rodrigues Augusto Carra apresentou sua dissertação de mestrado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2008, na cidade de Porto Alegre. Suas palavras-chave: escola masculina, cultura escolar, feminino, escola mista. A autora se propôs a analisar a cultura escolar do Colégio Militar de Porto Alegre durante o período de 1962 a 1990, a partir da memória de ex-alunos. Seu estudo visou trazer aspectos da cultura e organização escolar do colégio enquanto instituição de ensino masculina. Buscou analisar os sujeitos discentes e suas formas de compreender, conviver e significar aquele

ambiente escolar. Carra (2008) destaca que nesse espaço de tempo esta escola alterou a sua característica de educandário masculino através da entrada gradativa de mulheres em seus quadros de funcionários e do ingresso das meninas na qualidade de alunas em 1989, dando início ao Colégio Militar enquanto escola mista.

Encontrei um artigo que também abordou a questão de gênero: **A INSERÇÃO ACADÊMICA E ESPORTIVA DA PRIMEIRA TURMA FEMININA NO COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO**<sup>13</sup>, dos autores Liliana Adiers Lohmann e Sebastião Josué Votre. O artigo trouxe as palavras-chaves: mulheres; gênero; educação física; representações sociais; colégio militar. A pesquisa objetivou contextualizar o ambiente em que se deu a inserção da primeira turma feminina no Colégio Militar do Rio de Janeiro, em 1989. Procurou identificar e analisar as representações femininas e masculinas sobre a inserção acadêmica e esportiva dessa primeira turma. A metodologia, qualitativa e etnográfica, fundamenta-se na teoria das representações sociais. Os autores utilizaram o método da observação participante e de seis entrevistas individuais não diretivas de "elite": três ex-alunas e três homens. Analisaram, também, reportagens de jornais e revistas entre 1989 a 1996. Os autores concluíram na pesquisa que o incentivo ao esporte, proposto pelo comandante do Colégio e liderado pela professora de Educação Física influenciou e consolidou o espaço para a participação e integração feminina no Colégio e para o seu êxito acadêmico e esportivo.

Dois trabalhos tiveram como temática a educação ambiental. Aguinaldo Silva Salomão apresentou sua dissertação intitulada: **A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA**, em 2008, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Seu trabalho objetivou investigar como a educação ambiental estava sendo trabalhada no ensino fundamental e médio do Colégio Militar de Brasília (CMB). As palavras-chave foram: Meio ambiente, Educação ambiental, Sociedades sustentáveis, Colégio Militar de Brasília.

Ele faz uma crítica sobre a forma como o ensino de educação ambiental vem sendo desenvolvida pelo CMB, cujos objetivos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais não vêm sendo satisfatoriamente atendidos. Afirma o autor que: “Concluindo este trabalho, podemos afirmar que existe uma prática educacional voltada para o ensino das questões ambientais. Entretanto, a forma pela qual a mesma vem sendo desenvolvida teórico-conceitual

---

<sup>13</sup> Revista de Estudos Femininos, vol.14, Nr 3. Florianópolis, Set/Dez/ 2006

e metodologicamente, pouco está contribuindo para a formação dos cidadãos comprometidos com a formação de uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa”.

Com o tema **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE: DESAFIO OU REALIDADE NO COLÉGIO MILITAR DE BELO HORIZONTE**, Jaqueline Andrade Botelho Lima, apresentou sua dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), em 2008, na cidade de Belo Horizonte. Seu trabalho teve como Palavras-chave: Educação Ambiental – Interdisciplinaridade – Colégio Militar.

Lima (2008) propôs com seu trabalho uma investigação qualitativa do tipo estudo de caso, visando verificar se a Educação Ambiental estava sendo desenvolvida no contexto da interdisciplinaridade no Colégio Militar de Belo Horizonte. Seu objetivo era saber se a educação ambiental, no contexto da interdisciplinaridade, era contemplada nos documentos escolares, assim como os conceitos, as dificuldades e facilidades dos professores em desenvolvê-la dentro da instituição pesquisada.

A autora utilizou-se de aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas aos professores. Suas pesquisas levantaram que os documentos do Colégio Militar de Belo Horizonte têm procurado desenvolver a colaboração entre as disciplinas, o que pode gerar a construção de um conhecimento sistematizado, contribuindo para o campo interdisciplinar em meio ambiente. Porém, destaca a autora, não foi identificado em nenhum documento de práticas em Educação Ambiental. Pela sua conclusão, a Educação Ambiental ainda está restrita a conteúdos afins, como os de Ciências e Geografia.

Ailton Souza Oliveira, com a dissertação intitulada **AUTONOMIA VIGIADA: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS DOCENTES DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE-MS**, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), no ano de 2007. Com as palavras-chave: Formação de Professores; identidade profissional; Autonomia e desenvolvimento profissional docente. A pesquisa objetivou analisar a influência da Instituição Militar sobre o desenvolvimento profissional e a construção da identidade profissional dos professores do Colégio Militar de Campo Grande - MS. Ela foi desenvolvida tendo por fonte primária a documentação regulamentar daquela instituição de ensino, sua organização e funcionamento e em entrevistas realizadas com 27 professores. As histórias de vida dos docentes mostraram, segundo o autor, um processo marcado por ambiguidades. Os relatos evidenciaram que a construção da autonomia profissional é permeada por uma relação

de controle e poder que perpassa a instituição. Não obstante as dificuldades apresentadas na construção da autonomia, os entrevistados relataram que o Colégio Militar é “um ambiente que permite a profissionalização, apoio, respaldo social e possibilidades de qualificação profissional”.

Também pela UCDB, Helen Paola Ribeiro, apresentou sua dissertação intitulada **ESTRESSE OCUPACIONAL, SÍNDOME DE BURNOUT E HARDINESS EM PROFESSORES DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE**, esta apresentada ao Mestrado em Psicologia, em 2007. A pesquisa objetivou identificar os níveis de Estresse ocupacional e Síndrome de *Burnout* e de *Hardiness* nos professores civis e militares do CMCG.

No site do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, encontramos três dissertações que tinham como objeto de pesquisa o Colégio Militar de Campo Grande. Neiva Blós apresentou em 2012 sua dissertação intitulada: **COORDENADOR/SUPERVISOR PEDAGÓGICO DO COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE: UMA PRÁTICA REFLETIDA**. Palavras-chave: Coordenador/Supervisor Pedagógico; Colégio Militar; Interdisciplinaridade; Formação Continuada. A autora buscou compreender como se constitui a identidade do coordenador/supervisor pedagógico no interior do Colégio Militar de Campo Grande (CMCG). Para tanto, delineou o histórico sobre o profissional coordenador/supervisor pedagógico apontando os antecedentes da criação desse “especialista” da educação. Traçou a trajetória da função de coordenador/supervisor pedagógico destacando suas denominações, suas variantes e sua posição na escala hierárquica do Colégio. Procurou identificar o perfil do coordenador pedagógico que trabalha com o apoio pedagógico do CMCG e identificar práticas desenvolvidas no âmbito da SEPPe, verificando se elas são permeadas pelo viés interdisciplinar. Sua pesquisa contou com o quadro teórico ancorado no estado do conhecimento sobre a temática e dos pares teóricos que compuseram o construto dessa investigação: Almeida; Placco (2010); Christov (2009); Clementi (2010); Fazenda (1979, 1992,1994, 1997, 2002, 2010); Japiassu (1976); Libâneo (1994, 2009, 2010); Lück (1994); Mello (2004); Nóvoa (1995); Pombo (2005); Saviani (1995); Tardif (2010), entre outros. Sua metodologia pautou-se por meio da observação participante e da entrevista semiestruturada.

Míriam Ferreira de Abreu da Silva, com o tema: **COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE-MS: TECENDO OS FIOS DO HABITUS PROFESSORAL**, apresentou em 2011, sua dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. Essa investigação teve como objeto a constituição do *habitus* professoral de professoras

militares, oficiais do Exército pertencentes ao Quadro Complementar de Oficiais (QCO). A autora buscou nas narrativas (auto) biográficas, a (re) construção das trajetórias pessoais e profissionais de duas professoras militares a fim de compreender o ser e o estar na profissão docente. Seu aporte teórico fundamentou-se na teoria da prática de Pierre Bourdieu e seus interlocutores. A investigação focou questões pertinentes à memória, à importância da utilização das narrativas (auto) biográficas de professores e a evidências do *habitus* professoral encontradas nas trajetórias escolares de professores.

Kleber Augusto Ribeiro apresentou a dissertação intitulada **A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O LÚDICO NO COLÉGIO MILITAR: UMA LEITURA FENOMENOLÓGICA**, em 2011. Palavras-chave: Educação Física escolar; lúdico; infância; prática docente; Fenomenologia. O trabalho privilegiou o estudo e a prática pedagógica em educação física escolar e teve como sujeitos e *locus* de pesquisa os professores dessa área do Colégio Militar de Campo Grande. O autor buscou apresentar o lúdico, o jogar e o brincar, como importante elemento da cultura da infância e da educação física escolar e que tem sido roubado, em muitos momentos, desses dois contextos. Tendo a fenomenologia sua perspectiva e pesquisa, sua intencionalidade se expressou na seguinte pergunta de pesquisa: como é a prática pedagógica da educação física escolar no Colégio Militar de Campo Grande?

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha, apresentou um artigo nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, na cidade de São Paulo, em julho 2011, intitulado: **“O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919)”**. Cunha realizou uma investigação na constituição do ensino secundário militar nas primeiras décadas da República, privilegiando a expansão inicial do Colégio Militar na Corte, instituição criada em 1889 na esteira das transformações por que passava o Exército em seu processo de profissionalização.

Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul encontramos a dissertação de Mestrado em Matemática, de Gustavo Quevedo Carvalho. Seu tema foi **O USO DOS JOGOS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE CONTAGEM: UM ESTUDO DE CASO EM UMA TURMA DO 8º ANO DO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE**, em 2009.

O Colégio Militar de Curitiba foi objeto de pesquisa de Fabiana Maria Leal, numa monografia publicada na revista monografias da Universidade Tuiuti do Paraná, do curso de História, em 2009. Teve por tema: **“POR TRÁS DOS PORTÕES” – A DISCIPLINA NO COLÉGIO MILITAR DE CURITIBA (1959-1964)**.

A única dissertação encontrada em universidade estrangeira, tendo como temática o Colégio Militar, foi de Elisa Alice Pereira Machado da Silveira, com o tema **COLÉGIO MILITAR E DIREÇÃO POR VALORES: QUE LIDERANÇA (S)?** Esta dissertação foi apresentada ao Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, Portugal, em 2012. Com o objetivo de obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação na área de Especialização de Administração e Políticas Educativas. Esse trabalho teve como palavras-chave: Direção por Valores, Liderança, Colégio Militar. A pesquisa visou compreender o contexto em que surgem os líderes e procurou conhecer o método de liderança através da direção por valores. A autora desenvolveu sua pesquisa utilizando a metodologia de estudo de caso realizando entrevistas e fazendo observações do Colégio Militar. Os dados recolhidos foram analisados utilizando enquadramentos teóricos de liderança e modelos organizacionais permitindo caracterizar o modelo de Direção por Valores. Apesar da pesquisa não fazer referência aos Colégios Militares do Brasil, servirá como referência para pesquisas dos mesmos.

Percebe-se que as pesquisas que contemplam a educação militar, ou diretamente os Colégios Militares, estão ainda incipientes nos programas de Pós-Graduação no Brasil. Dos resultados alcançados, 04 artigos científicos publicados: 01 relações de gênero, 01 Política Educacional, 01 processo de inclusão e 01 história do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em doze dissertações de mestrado, constatou-se uma variedade de temas: **Educação ambiental** 02 dissertações, sendo uma na área da educação e outra em desenvolvimento sustentável; **Relações de gênero**: 02 dissertações, sendo uma na área de História e outra na área da educação; **Formação docente**: 01 dissertação na área da educação; **Estresse ocupacional**: 01 dissertação na área da psicologia; **Coordenação pedagógica**: 01 dissertação na área da educação; **Hábitus professoral**: 01 dissertação na área da educação; **Educação Física**: 01 dissertação na área da educação; **Matemática**: 01 dissertação na área da matemática, 02 na área de história. Teses de doutoramentos, tivemos 03, sendo uma na antropologia, 01 na história e 01 na Saúde Pública.

Notei que o Colégio Militar de Campo Grande - MS vem se destacando quanto a contribuição com as pesquisas acadêmicas. Só no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, já foram produzidas três dissertações nos últimos três anos, sendo que outras pesquisas estão em andamento. Esse aumento de produção sobre o Colégio Militar de Campo Grande tem sido resultado de parcerias entre a UFMS e o CMCG, que tem permitido pesquisas no interior de sua instituição estreitando os laços com a UFMS e, ao mesmo tempo, permitindo que a comunidade acadêmica possa ter um conhecimento da política e da prática pedagógica do Sistema dos Colégios Militares do Brasil.



Pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) da cidade de Campo Grande - MS, duas dissertações foram produzidas: uma no mestrado em educação e outra no mestrado em psicologia. A segunda universidade que mais privilegiou a Educação Militar como tema foi a Universidade Federal de Brasília, com dois trabalhos.

Esse interesse por ter como objeto de estudo a educação militar do Sistema dos Colégios Militares do Brasil, pode estar relacionado aos seguintes fatores: Primeiramente a abertura democrática que ocorreu no Brasil em 1985 a partir da qual os militares vêm permitindo uma relativa interação com o meio civil. Outro indicativo são os ótimos resultados que os Colégios Militares vêm conseguindo nos últimos anos no IDEB, o que tem despertado o interesse de diversos pesquisadores.

A hierarquia e a disciplina são fatores que intrigam os pesquisadores pois são apontados pelos militares como o diferencial para se conseguir esses bons resultados tanto no IDEB, quanto em aprovações de seus alunos nas melhores Escolas Militares do país e nos mais concorridos vestibulares.

Esse Estado da Arte me permitiu ter uma visão acerca da produção científica que tem na educação militar seu foco. Outra contribuição é que a partir dos trabalhos indicados aqui, pude ter acesso aos referenciais teóricos utilizados nos diversos trabalhos e temas, o que pode facilitar futuras pesquisas.

## 1.2 A ESTRUTURA DO SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL

O Colégio Militar mais antigo do Brasil é o do Rio de Janeiro, criado em 1889. A expansão do Sistema se deu de forma gradativa, sendo que os mais recentemente criados foram os Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF), o Colégio Militar de Campo Grande (CMCG) e o Colégio Militar de Santa Maria (CMSM).

Em 1988 foram fechados os seguintes colégios: Colégio Militar de Curitiba (CMC); o Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH); o Colégio Militar de Salvador (CMS) e o Colégio Militar de Recife (CMR), entretanto, todos foram reativados na década de 1990.

Dentro da complexa estrutura do Exército Brasileiro está um departamento responsável por toda a formação educacional da tropa. A educação militar é ministrada a todos os militares sem exceção, mesmo para aqueles que já chegam à instituição com uma formação civil, como é o caso dos médicos, dos enfermeiros etc., haja vista que esses passam por uma formação

militar mínima onde terão instruções diversas como: Ordem Unida, Hierarquia e Disciplina, Sinais de Respeito, Código Penal Militar (CPM), Código do Processo Penal Militar (CPPM), Serviço de Saúde em Campanha etc.

A incumbência de gerir a educação no Exército está nas mãos do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), anteriormente denominado Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) que foi criado em 1970 para enquadrar e otimizar as atividades de ensino e de pesquisa no âmbito do Exército.<sup>14</sup>

A DECEX possui uma ampla estrutura e está diretamente subordinada ao Órgão de Direção Setorial, que por sua vez se subordina diretamente ao Órgão de Assessoramento Superior ligado diretamente ao Comandante do Exército.

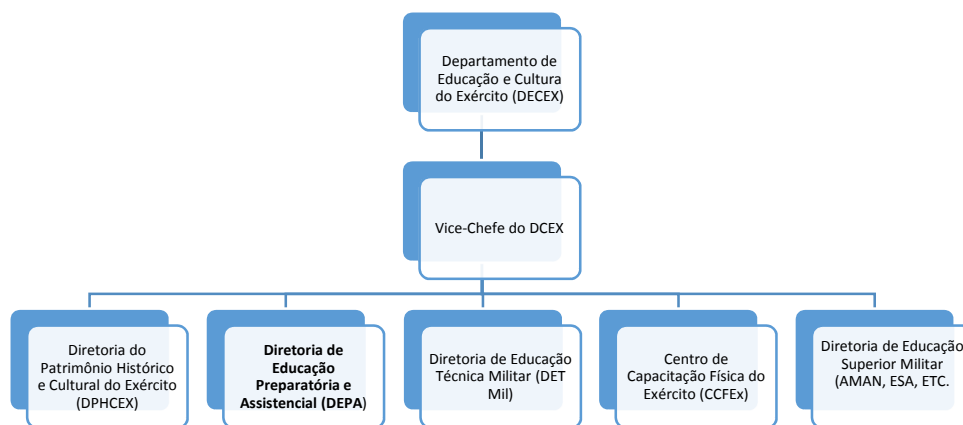


Figura 1 - Estrutura do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DCEX)

Fonte: [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br) – Organização do Autor.

À DECEX cabe administrar a execução das políticas de Ensino e Pesquisa no âmbito da Força Terrestre, além de promover o aperfeiçoamento contínuo da formação dos militares; cabe-lhe, também, distribuir os recursos necessários ao ensino e à pesquisa; homologar métodos, processos, estudos e manuais referentes à sua área de atuação; estabelecer e manter contatos com a comunidade nacional de ensino e pesquisa, dentre outros.

<sup>14</sup> Em 1915, foi criado o primeiro órgão específico para sistematizar o ensino em toda a instituição, a Inspeção do Ensino Militar (1915-1922). Ao longo do tempo, a Inspeção Geral do Ensino recebeu diversas denominações: Diretoria de Ensino do Exército; Diretoria-Geral de Ensino; Departamento de Ensino e Pesquisa; e, com o Decreto N° 6710, de 23 de dezembro de 2008, tornou-se o Departamento de Educação e Cultura do Exército. (BLOS, 2012, p. 44).

Além da formação profissional e continuada dos militares, a DECEX coordena ainda as atividades do Ensino Preparatório e Assistencial, que são de responsabilidade de execução da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), uma de suas cinco Diretorias vinculadas.

No Exército o ensino militar abrange vários níveis: I - formação, II - graduação; III - especialização; IV - extensão; V - aperfeiçoamento; VI - altos estudos militares; VII – preparação.<sup>15</sup> Através do Sistema dos Colégios Militares o Exército proporciona, também, o ensino fundamental e médio.

O Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB)<sup>16</sup>, é formado por 12 Colégios Militares, que oferecem o ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e o ensino médio<sup>17</sup>. Esses estabelecimentos de ensino, localizados em vários Estados do Brasil, propiciam uma educação de alta qualidade<sup>18</sup> a aproximadamente 14 mil jovens, sendo que do efetivo total de alunos as alunas já representam 47% do efetivo total em 2014.

As práticas didático-pedagógicas nos Colégios Militares subordinam-se às normas e prescrições do Sistema de Ensino do Exército e, ao mesmo tempo, obedecem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) e Diretrizes Curriculares Nacionais, principais referências que estabelecem os princípios e as finalidades da educação no País.<sup>19</sup>

**Art. 7º** O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às modalidades militares propriamente ditas, o ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, por intermédio dos Colégios Militares, na forma da legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades. § 1º O ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio a que se refere o caput poderá ser ministrado com a colaboração de outros Ministérios, Governos estaduais e municipais, além de entidades privadas. §2º Os Colégios Militares mantêm regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória para a carreira militar. (BRASIL,1999, p.1)

O ensino nos Colégios Militares compreende: o Ensino Preparatório e o Ensino

<sup>15</sup> Art. 6º, Lei 9786/99-Lei de Ensino do Exército (BRASIL, 1999).

<sup>16</sup> O sistema de ensino dos Colégios Militares orienta-se pela legislação federal, relativa aos ensinos fundamental e médio, tendo peculiaridades que o identificam como o Sistema Colégio Militar do Brasil, constantes dos documentos de referência relativos ao Ministério da Defesa, e em especial o Regulamento dos Colégios Militares, R-69, aprovado pela Portaria Nr. 042, de 06 de fevereiro de 2008.

<sup>17</sup> Essa modalidade de ensino é de responsabilidade da DEPA, órgão criado pelo Decreto nº 71.823/73, que visa a atender às necessidades de caráter técnico normativo do DECEX.

<sup>18</sup> Em 2012, dos 12 colégios militares mantidos pelo Exército, todos ficaram no topo do *ranking* do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde num universo de 30.842 escolas públicas, os Colégios Militares ficaram entre a 6ª e a 70ª posição. Fonte: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

<sup>19</sup> Informações obtidas no site oficial do Exército Brasileiro, disponível em <http://www.exercito.gov.br/web/ingresso/colegios-militares>, acesso em 29 Jun 2013.

## Assistencial.

No **Ensino Preparatório**, a conduzir: 1. Com prioridade, candidatos para ingresso nas Escolas Militares (EsPCEx e AMAN); 2. Candidatos a outras instituições militares e civis de ensino superior. No **Ensino Assistencial**, a atender: 1. A dependentes dos militares de carreira, com prioridade para os do Exército; 2. Por intermédio do concurso de admissão, também a dependentes de civis. A Instrução Cívica e Militar é ministrada com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de atributos da área afetiva, despertar vocações para a carreira militar, em especial no Exército, e permitir enquadramento disciplinar e hierárquico, coerente com a proposta pedagógica. A 3ª série do ensino médio enfatiza a preparação dos alunos para o ingresso em instituições militares e civis de educação superior. (BRASIL/CMB, 2013, p.10, grifo do original).

Segundo Blós (2012), em uma palestra proferida pelo General Santos, diretor do DEPA, por ocasião de sua visita de inspeção ao CMCG em maio de 2011, foi passada a informação de que o SCMB, em 2011, contava com um efetivo de 1.370 docentes; desses, 756 eram civis, a maioria concursados e alguns contratados, além de 618 militares. Em 2014 esses dados não são muito diferentes:

<b>Nº Total de alunos</b>	<b>13.793 alunos</b>
Nº Total de Professores	1362 professores
Professores civis	661 professores
Professores militares	701 professores
Militares do Exército	3.342 militares
Militares de outras Forças	179 militares
<b>Colégios Militares</b>	<b>Número de alunos</b>
CMB (Criação 1978)	2849 alunos
CMRJ (Criação 1989)	2025 alunos
COMP (criação 1912)	1077 alunos
CMCG (criação 1996)	998 alunos
CMC (criação 1959)	961 alunos
CMF (Criação 1919)	946 alunos
CMM (Criação 1971)	909 alunos
CMR (Criação 1959)	867 alunos
CMJF (Criação 1993)	866 alunos
CMS (Criação 1957)	848 alunos
CMSM (criação 1994)	786 alunos
CMBH (criação 1955)	661 alunos

**QUADRO 02 - DADOS ATUAIS SOBRE OS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL**

Fonte: Palestra SCMB. VII encontro de Itaipava, 2014.

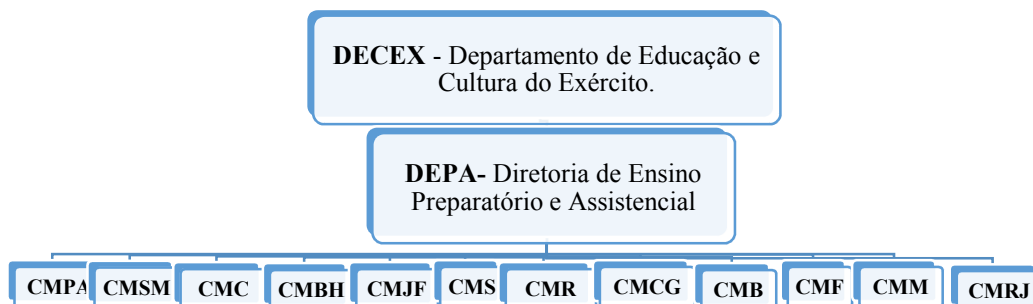


Figura 2 – Organograma do Departamento de Educação e Cultura do Exército. (DECEX).

Fonte: [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br). Organização do autor

A característica principal que se apresenta como diferencial metodológico dos Colégios Militares é a aplicação de um dos pilares de sustentação das Forças Armadas em geral e do Exército Brasileiro em particular, qual seja, a hierarquia e a disciplina. Há um destaque, também, dos Colégios Militares quanto à inclusão no ensino superior e nas Escolas de Formação Militares.

Ano	Ensino Público	Ensino Privado	Escolas Militares
2009	53,50 %	57,39 %	29,80 %
2010	51,80 %	68,40 %	30,70 %
2011	53,00 %	68,30 %	20,90 %
2012	47,80 %	65,50 %	26,90 %
2013	51,60 %	88,50 %	33,10 %

### QUADRO 3 - APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO 3º - ANO ENSINO MÉDIO

Fonte: Palestra SCMB. VII encontro de Itaipava, 2014.

A ênfase no relativo sucesso dos Colégios Militares no IDEB está no fato de que apesar de suas especificidades de autogestão com recursos próprios do Ministério da Defesa, esses são Instituições de Ensino Público, sendo que como Organizações Militares próprias, possuem um sistema diferenciado de ensino que privilegia o binômio hierarquia e disciplina na condução do processo pedagógico da formação de seus alunos.

Outra característica quase que exclusiva dos Colégios Militares é que os mesmos funcionam como uma “pré-escola” militar, considerando-se que anualmente muitos dos cadetes que ingressam nas diversas academias militares, como por exemplo, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e a Academia Militar das Agulhas Negras do Exército (AMAN), são egressos dos Colégios Militares.

ANO	EsPCEX
2009	26,73 %
2010	29,87 %
2011	20,27 %
2012	25,97 %
2013	33,90 %

**QUADRO 4 - APROVADOS NA ESPCEX/2013.**

Fonte: Palestra SCMB/VII Encontro de Itaipava/2014.<sup>20</sup>

A forma de admissão nos Colégios Militares está diretamente ligada aos demais estabelecimentos de ensino militar do Exército e a pedagogia de ensino em consonância com a instrução militar profissional,

[...] Art. 5. As atividades de ensino e de instrução militar devem estar integradas, observadas a doutrina militar, a valorização dos recursos humanos e a busca constante do aperfeiçoamento. [...] Art. 21. A matrícula nos estabelecimentos de ensino é regida pelos regulamentos, com a observância do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-125) [...] <sup>21</sup>

A missão da DEPA é coordenar as atividades de planejamento e condução do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), bem como cooperar nas atividades didático-pedagógicas da Fundação Osório<sup>22</sup>. A Diretoria tem como objetivos gerais:

I - proporcionar, no âmbito do Exército, ensino preparatório e assistencial de qualidade nos níveis fundamental e médio, na modalidade presencial, por meio dos CM; e II - proporcionar a educação básica aos dependentes de militares que servem nas regiões em situação emergencial e aos que acompanham militares em missão no exterior, por meio do ensino a distância, desenvolvido pelos CM designados para esse fim. (BRASIL, 2006, p. 02).

### 1.2.1 O Sistema dos Colégios Militares na avaliação do IDEB<sup>23</sup>.

Ao longo dos últimos 123 anos, data a que remonta a criação do primeiro Colégio Militar, o do Rio de Janeiro; o SCMB atua prestando assistência aos filhos dos militares e a civis. O SCMB por ser um órgão de Educação Básica integra o rol de escolas públicas do Brasil, participando das diversas modalidades de avaliações do Ministério de Educação e Cultura

<sup>20</sup> Em 2013, dos 520 alunos aprovados na EsPCEX, 162 são oriundos dos CM. Fonte: Palestra SCMB/VII Encontro de Itaipava/2014.

<sup>21</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. **Decreto Federal Nr. 3.182, de 23 Set 1999.** (Regulamenta a Lei Nr. 9.786, de 08 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências).

<sup>22</sup> A Fundação Osório, entidade de direito público vinculada ao Comando do Exército, [...] tem como finalidade instruir, educar e profissionalizar filhos e filhas dependentes legais dos militares do Exército e das demais Forças Singulares, podendo ser estendida aos dependentes de civis, desde que haja vagas e que as instalações permitam. Oferece Educação Infantil (Alfabetização), Ensino Fundamental (1oe 2o Segmentos) e Ensino Médio / Profissionalizante (Técnico em Administração). (Fonte: <http://www.fosorio.ensino.eb.br>, apud BLÓS, 2012, p. 46)

<sup>23</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo MEC em 2007.

(MEC).

Um dos fatores responsáveis pelo aumento do interesse pelo estudo da educação nos Colégios Militares é que em âmbito nacional, dos 12 colégios militares mantidos pelo Exército, todos estão no topo do *ranking* do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB/2011), onde num universo de 30.842 escolas públicas, eles ficaram entre a 6ª e a 89ª posição.

<b>Colégio Militar</b>	<b>IDEB</b>	<b>CIDADE</b>	<b>ESTADO</b>	<b>BRASIL</b>
CMS	7,2	1º	1º	6º
CMBH	7,2	1º	1º	7º
CMC	7,0	1º	1º	8º
<b>CMCG</b>	<b>6,9</b>	<b>1º</b>	<b>1º</b>	<b>12º</b>
CMF	6,8	1º	1º	13º
CMSM	6,8	1º	2º	15º
CMB	6,7	1º	1º	20º
CPA	6,6	1º	3º	26º
CMR	6,6	3º	3º	28º
CMJF	6,5	1º	5º	34º
CMRJ	6,4	6º	9º	40º
CMM	6,2	2º	2º	89º

**QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS COLÉGIOS MILITARES. IDEB / 2011**

Fonte: IDEB/2011. Quadro: Criação do autor

Esses resultados têm suscitado debates entre especialistas e não especialistas sobre estes desempenhos dos Colégios Militares. Essa visibilidade dos Colégios Militares foi conquistada também pelo sucesso que os seus alunos estão alcançando num programa de televisão que recebe o nome de “soletrando” onde há uma disputa entre alunos de escolas públicas de todo o país. Em 2012, todos os três finalistas do referido programa foram de Colégios Militares, sendo um do Colégio Militar de Salvador, um do Colégio Militar de Recife e a vencedora, aluna Yasmin Lews, de 14 anos, do Colégio Militar de Porto Alegre. A notícia sobre o resultado do programa foi destaque em diversos jornais e revistas semanais, o que aqueceu as discussões sobre qual seria o diferencial da educação militar.

No resultado do IDEB 2009, publicado pelo MEC em 2010, os Colégios Militares obtiveram um rendimento bastante significativo, alcançando os 1º lugares em 8 municípios e os 1º lugares em 6 estados, sendo que 6 colégios militares ficaram entre os 20 melhores índices do país. Em 2011, pelos resultados publicados pelo MEC no ano de 2012, os colégios militares ficaram em 1º lugar em nove municípios; em 1º lugar em 6 estados, sendo que sete colégios militares ficaram entre os 20 melhores índices do país.

Dentro desse contexto o Colégio Militar de Campo Grande vem se destacando e angariando respeito tanto da sociedade sul-mato-grossense quanto da comunidade militar, sendo que a guarnição militar de Campo Grande está entre as mais solicitadas pelos militares para suas transferências internas, já sendo muito difícil, até para os militares que possuem vagas garantidas por Lei, conseguir uma vaga para seus filhos no CMCG. Nos âmbitos municipal e estadual o CMCG está em primeiro lugar entre as escolas públicas de ensino. Sua colocação em âmbito Nacional também é de destaque, pois alcançou o 12º lugar geral.

A relevância de se estudar os Colégios Militares está na busca por tentar [...] anular a barreira existente entre a vida militar e a vida civil, que, no Brasil [...] constituem dois mundos à parte, que se ignoram completamente<sup>24</sup>; além de se buscar compreender esse universo educacional e suas especificidades.

### 1.3 EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A simples agregação do adjetivo militar ao substantivo educação já desperta interesse. No dicionário encontramos as seguintes definições: *mi.li.tar adj (lat militares)*. 1. Que diz respeito à guerra, à milícia, às tropas. 2. Que se baseia na força militar ou nos costumes militares. 3. Determinado pelas leis da guerra. 4 Pertencente ao exército (em contraposição a *civil*). 5. Próprio de quem segue a carreira das armas, tendo como função específica a defesa da Pátria. 6 Que ama a carreira das armas. *SM*. Aquele que faz parte do exército ou segue a carreira das armas; soldado.

O termo militar serve para indicar os profissionais ou membros das instituições que possuem a autorização para o “uso legítimo da força”. Segundo Max Weber (1919), O Estado moderno é “[...] uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território [...] reivindica o monopólio do uso *legítimo* da violência física” (WEBER, 1919, p. 60).

No caso específico do Exército Brasileiro (EB) - na definição acima citada, “4. *Pertencente ao exército (em contraposição ao civil)*” - fica clara quando observamos sua estrutura organizacional que funciona, muitas vezes, como se fosse uma sociedade dentro da sociedade. O Exército conta com Centros de Formação Profissional<sup>25</sup> próprios; possuem um

<sup>24</sup> Jornal “O Diário”. 21 de março de 1956. In. Artigo: **A ESPADA E A PENA: UM PROJETO POLÍTICO DE BRASIL A PARTIR DE UM COLÉGIO MILITAR EM MINAS GERAIS**, Wesley Silva. Centro Universitário FUMEC. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo8/completos/espada-e-pena.pdf>. Acesso em 06 Set 2013.

<sup>25</sup> Dentre os vários centros de formação temos a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), o Instituto Militar de Engenharia (IME), dentre outros.



sistema habitacional para os militares; um amplo sistema de assistência à saúde, tanto para os militares quanto para seus dependentes; possui assistência religiosa e, como o nosso objeto de pesquisa indica, possui o Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB), que dá assistência educacional para os filhos de militares e, mais recentemente, para os filhos de civis<sup>26</sup>. Todos esses aspectos possibilitam à Instituição um relativo funcionamento, independente da sociedade civil.

Através do Estado do Conhecimento realizado, mais especificamente sobre as pesquisas com temas variados sobre os Colégios Militares, constatei um crescimento, ainda tímido é verdade, de pesquisas nessa área do conhecimento. Já nos estudos atinentes a história da Educação Militar no Brasil, a maioria dos especialistas encontrados são autores militares, pois esta temática ainda não tem uma significativa ressonância no meio acadêmico.

A contribuição do Exército para a cultura nacional e a valorização do homem brasileiro, conquanto seja assunto de evidente interesse histórico e social, não tem merecido o adequado enfoque pelos que escrevem a história da educação nacional (TAVARES, apud LUCHETTI, 2006, p.63).

A instituição Exército Brasileiro sempre viu na educação uma oportunidade de fazer a interação ou de estreitar laços com a sociedade civil, buscando diminuir as barreiras historicamente existentes entre militares e civis que se ignoravam mutuamente. Assim, suas escolas cumprem o papel de transmissoras da cultura e dos valores militares, quando, “A preocupação na formação intelectual do aluno vem acompanhada de um **interesse em formar um determinado indivíduo para uma determinada sociedade**”. (ZENI, 2009, p. 01, grifo nosso). Dessa forma, a educação militar exerce a função de preparar seus alunos tanto para as carreiras militares quando para o exercício nas diversas profissões e funções públicas civis, sempre transmitindo e preservando os valores éticos, históricos e culturais da Instituição.

O Exército vem utilizando a educação como uma ponte entre setores militar e civil; assim sendo, os Colégios Militares despontam como uma forma eficaz de aproximação entre ambos os setores, fazendo com que os ideais defendidos pelo Exército sejam disseminados nos demais setores da sociedade civil.

O processo educacional do Exército passou por várias fases. Numa primeira fase germinal, encontra-se no período anterior à vinda da Família Real ao Brasil (1699 a 1808), quando o ensino era precário e improvisado. A chegada da Corte Portuguesa e da Família Real em janeiro de 1808, demandou o planejamento de uma reestruturação do Exército, visando a

---

<sup>26</sup> Os filhos dos militares entram nos Colégios Militares por amparo legal, os filhos de civis via processo seletivo.

uma força militar mais eficiente e menos “amadora”. Nesse período foi criada a Real Academia, onde funcionavam, concomitantemente, cursos eminentemente militares e cursos de engenharia.

Nesse contexto, a origem do ensino militar no Brasil é bastante antiga e remonta ao fim do século XVII. Segundo Pirassinunga (1958), vamos então encontrar o primeiro vestígio do ensino militar, em 1698, no Rio de Janeiro, nas lições mandadas dar aos contestáveis e Artilheiros dessa Praça, sobre uso e manejo da artilharia. Este ensino foi ordenado pelo Rei em Carta Régia de 22 de outubro de 1699.

[...] e ser conveniente a meu serviço haver Mestre que lhes dê lição por estarem comendo os seus soldos com pouco préstimo no seu ofício. E pareceu-me, dizer-vos que quando o Engenheiro que eu nomear em lugar de Gregório Gomes, não tenha a ciência que convém do uso e manejo da arma para o ensinar, neste caso se tratará de prover outrem no posto de Capitão da Artilharia desta Praça, e por ora esta doutrina pode dar na Cadeia o Engenheiro onde é mais fácil recebê-la os que quiserem aprendê-la do que ir o mesmo Engenheiro às fortificações para cuja diligência o mando desembaraçar na prisão em que está. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 9).

Segundo LUCHETTI (2006), o ensino militar no Brasil Colônia era precário e as aulas eram ministradas de forma avulsas e descentralizadas. O primeiro núcleo de formação de ensino militar no Brasil foi o *Curso Prático de Fortificação* instalado em 1699 na cidade do Rio de Janeiro.

Sua finalidade era a preparação de um pequeno número de portugueses, ou de seus descendentes, para dirigir a construção de fortificações na costa litorânea de modo que estas facilitassem a ação defensiva portuguesa contra as investidas de ataques estrangeiros. (LUCHETTI, 2006, p.64)

Essas iniciativas educacionais visavam atender as demandas por um mínimo de instrução que possibilitasse a defesa da Costa Brasileira.

Esse ensino, como característica da época, era ministrado em aulas, que eram cursos avulsos e descentralizados, com finalidades específicas tanto para formações técnicas quanto profissionais. Era um ensino específico voltado para atender às exigências imediatas da defesa nacional. (LUCHETTI, 2006, p.64)

Curiosamente o ensino militar começou por aulas ministradas na cadeia da cidade do Rio de Janeiro, dadas pelo então Capitão Engenheiro Gregório Gomes, por ordem do Rei de Portugal. Em 1699, através da Carta Régia de 15 de janeiro, D. Pedro II, rei de Portugal, resolve a criação de uma Aula de fortificação, no Brasil.

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa capitania em que há engenheiro, haja aula em

que possa ensinar a fortificar , havendo nela três discípulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos 18 anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo, vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para ver se se adiantam nos estudos e se tem gênio para eles, porque quando não aproveitem incapacidade serão logo excluídos, e quando não seja pela pouca aplicação. Se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos. E quando haja pessoas que voluntariamente queiram aprender sem partido, serão admitidas, e ensinadas para que assim possa nessa mesma Conquista haver engenheiros, e se evitem as despesas que se fazem ao meu serviço, enquanto chegam depois dos outros serem mortos, de que me pareceu avisar-vos, para que tenhais entendido a resolução que fui servido tomar neste particular; e esta ordem mandareis regular nas partes necessárias, e fareis com que se faça pública para que venha a notícia a todos. Eu vi-a “Rei”. Conde de Alvor. (PIRASSININGA, 1958, p.9).

Tem-se assim, o primeiro registro da gênese do ensino militar no Brasil, da forma de admissão e dos critérios de avaliação pelos quais deviam passar os primeiros alunos. Em 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa, começa uma nova fase da educação militar no Brasil. A necessidade de um Exército minimamente eficiente para suprir as demandas de segurança da família Real, fez com que D João VI determinasse que o Exército passasse por uma reestruturação, o que implicava diretamente numa reforma no modo de instruir os militares da Corte.

### **1.3.1 As primeiras Academias Militares do Brasil**

Em 1792, foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, pelo Conde de Resende, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, primeira Escola Militar das Américas. A história da educação militar no Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento do Exército Brasileiro e a criação das Forças Armadas, que remontam à chegada da Família Real ao Brasil, em 1808. “[...] o Exército, na concepção moderna da palavra, é um acontecimento do século XIX, que no Brasil começa a ser efetivamente pensado a partir da chegada da família Real”. (TAVARES, 2008, p. 50).

A Carta de 21 de dezembro de 1792, o Conde de Resende remete a D. Martinho de Melo e Castro, o Estatuto da Academia e da sua inauguração.

Remeto á V. Exa. Os Estatutos da nova Aula Militar que no dia 17 do presente mês, por ser o dos Anos de Sua Majestade, mandei abrir nesta Cidade, á (sic) qual assisti com um grande número de oficiais e concurso de muitas pessoas, que além dos matriculados, a quem com antecedência havia prevenido e feito avisar para assistirem a este ato, poderão aproveitar-se dos Estudos da mesma Aula. (PIRASSININGA, 1958, p.29)

Em 1795 ocorreu a criação de uma Academia Militar destinada, exclusivamente, a formar oficiais da Arma de Infantaria<sup>27</sup>. Esta criação se deu pela não adaptação dos alunos infantis às aulas ministradas na Real Academia da Artilharia, Fortificações e Desenho. Segundo Pirassininga (1958), esta Academia serviria exclusivamente aos alunos de infantaria, sendo denominada de Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa, sendo erigida na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1795.

Uma das características dessa nova Academia Militar era a rigidez com que os alunos eram tratados, conforme um decreto do Conde de Resende, datado de 20 de junho de 1797.

Todo o Estudante, seja qual for a sua graduação, que faltar nos dias de Estatuto à Aula, não qualificando as causas que tem para o fazer, e que sendo advertido e convencido do seu delito, se não corrigir, o suspendo do exercício do seu Posto, e o prenderei em uma Fortaleza, não lhes assistindo senão com metade do Soldo da sua Patente; pois como S. Majestade (sic) despense para a conservação do seu Exército imensas somas estas se inutilizam quando se empregam em pessoas inhabeis (sic) e até prejudicialíssimas (sic) porque abandonando-se ao domínio dos seus vícios não podem jamais sujeitar-se as regras da virtude, do valor, do patriotismo e da ciência. (PIRASSININGA, 1958, p.53)

Em 27 de janeiro de 1808, Dom João VI que governava o Reino de Portugal em nome de sua mãe D. Maria I, fugindo da invasão do Exército Frances, chega ao Brasil se instalando inicialmente em Salvador, na Bahia. Dom João se deparando com a precariedade das forças destinadas a segurança territorial, incumbiu seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, da criação de um Exército, pois “[...] os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltava-lhes articulação e o sentido de conjunto, próprios dos organismos militares evoluídos”. (VIANNA, 1956, p. 268).

Nesse período teve início toda uma remodelação do ensino militar no Brasil. Assim no dia 5 de maio de 1808, é mandado estabelecer a Real Academia de Guardas Marinha no Convento de São Bento, no Rio de Janeiro. (PIRASSININGA, 1958).

O Príncipe Regente, Nosso Senhor houve por bem destinar as hospedarias dos Religiosos Beneditinos para nelas se estabelecer a Real Academia das Guardas Marinha; pelo que ordeno o mesmo senhor de Vm. (sic) proceda logo a encomendar os armários, bancos e cadeiras que forem necessárias para esse fim, mandando fazer tudo por ajuste, de que dará parte a esta Secretaria de Estado para que se mande entregar a Vm. (sic) O valor da importância. Ao dito Abade do Convento de S. Bento escrevo agora participando-lhe (esta real determinação de Sua Alteza real, afim de que desocupe e entregue as referidas hospedarias, para que Vm. (sic) as possa ocupar de fazer os convenientes melhoramentos. Deus Guarde a Vm. (sic). Paço em 5 de maio

<sup>27</sup> A carreira militar é dividida em Armas, Quadros e Serviços. Dessa forma, temos como Armas a Infantaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações etc. Como Quadros a intendência, a topografia e o Serviço de Saúde do Exército.

de 1808. (PIRASSININGA, 1958, p.59).

A criação de um Exército que garantisse a segurança da Família Real passava pela idealização de um processo educacional capaz de instruir os futuros oficiais militares, pois somente bem instruídos eles seriam capazes de dar sustentabilidade a um Exército forte e eficiente, nos moldes dos exércitos europeus.

Assim, a estruturação de um exército compatível com as necessidades vigentes passaria inevitavelmente pela formação de um corpo de oficiais como primeiro elemento, no sentido de reformar o Exército para dar-lhe disciplina e instrução. Ideia que tem sua materialização com a criação da Real Academia Militar, dois anos após a chegada da família real, aprovada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. (TAVARES, 2008, pp. 50-51).

Dessa forma, a Real Academia Militar<sup>28</sup>, criada por “Carta de Lei” em 4 de dezembro de 1810, foi inaugurada efetivamente em 23 de abril de 1811, tendo o tenente-general Carlos Antônio Napion como seu primeiro comandante. (PIRASSININGA, 1958)

Essa academia foi instalada no mesmo local da anterior e foi chamada também de Casa do Trem da Artilharia, hoje Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. A Casa do Trem destinava-se à guarda do “Trem da Artilharia”, conjunto de apetrechos bélicos usados na defesa da cidade, e, mais tarde, abrigou o Arsenal de Guerra. Em 1812, a Casa do Trem foi transferida para o Largo de São Francisco, local que oferecia melhores condições para o exercício da arte da guerra. Com a Independência do Brasil, em 1822, passou a chamar-se Imperial Academia Militar e, durante o Período Regencial, denominou-se Academia Militar da Corte.<sup>29</sup>

O ensino da Real Academia Militar foi padronizado pelo modelo francês. Esse modelo de ensino foi cuidadosamente preparado e submetido a atualizações constantes. Esse progresso foi possível graças a adoção de livros franceses sempre atualizados “[...]para elevar o nível da cultura de seus homens, dando-lhes acesso às ideias novas, que eram privilégio e monopólio exclusivo dos colonizadores ou de poucos brasileiros premiados com o curso em Coimbra” (TAVARES, apud LUCHETTI, 2006, p.68). Com a Real Academia Militar ocorre a progressiva substituição dos oficiais portugueses por oficiais brasileiros nos postos de comando.

Luchetti (2006) destaca que a Real Academia recebeu várias denominações diferentes de acordo com as finalidades prepostas.

Em 1822, proclamada a Independência, a Academia passou a ser designada de Imperial Academia Militar; em 1832, de Academia Militar de Marinha, quando nela

<sup>28</sup> A criação dessa escola fez parte da reforma pedagógica, instituída pelo Estado. A Academia instalou-se no ano seguinte, 23 de abril de 1811, na Academia do Trem, donde se transferiu em 1812, para o edifício do Largo de São Francisco, sede, hoje, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. (LUCHETTI, 2006, p. 67)

<sup>29</sup> Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em [www.aman.ensino.eb.br](http://www.aman.ensino.eb.br). Acesso em 07 Set 2013.

se incorporou a Academia Imperial da Marinha (1832), e em 1838 de Escola Militar, quando da separação definitiva entre a Marinha e o Exército (LUCHETTI, 2006, p. 67).

Tavares (2008) ressalta que na “Carta de Lei” de 4 de dezembro de 1810”, era possível perceber as audaciosas intenções de seus criadores, que não se intimidavam em dizer suas pretensões quanto à formação de um Exército que estivesse em mesmo padrão de profissionalismo de exércitos de outras nações do velho continente.

Na carta caberia à junta militar da Academia o dever de propiciar as condições necessárias para levar os alunos “[...] ao maior grau de perfeição [...] a fim de que ali se formassem oficiais completamente habilitados [...] na arte da guerra e que nada nos exercícios possam encontrar que lhe sejam novos [...]” (MOTTA, apud TAVARES, 2008, p. 51).

Assim, por ordem de D. João VI, a Academia Militar ficou incumbida de funcionar com uma abrangência que vai além do ensino meramente militar, visando a uma formação mais completa dos novos alunos.

[...] um curso completo das ciências matemáticas, de ciências de observações, quaes (sic) a física, química, a mineralogia, metalúrgica e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação, e artilharia, na forma que mando especificar; havendo uma Inspeção Geral que pertencerá ao Ministro e Secretário de Estado de Guerra, e imediatamente debaixo de suas ordens, à junta Militar que mando crear (sic) para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na forma dos seguintes estatutos [...] (PIRASSININGA, 1958, p.61)

Segundo Motta (apud TAVARES, 2008), a Academia Militar tinha dois objetivos específicos bem definidos, quais sejam: Formar oficiais de infantaria e de cavalaria, sendo esses combatentes formados especificamente para as operações de guerra, e formar oficiais de artilharia e oficiais engenheiros<sup>30</sup>, incluindo geógrafos e topógrafos, aptos para direção de construção de estradas, pontes, portos, etc.

No Brasil, com o fim do Império e início da República, uma parcela da oficialidade do Exército era formada na Escola Militar da Capital Federal (1889 –1898), local que continuava a ser um centro militar de estudos de matemática, de ciências físicas e naturais, desde 1858, com a criação da Escola Central, local em que se ministrava um ensino basicamente científico, deixando o ensino militar profissional em segundo plano. A Escola Militar da Capital Federal foi substituída pela Escola Militar do Brasil (1898 – 1905), que manteve as mesmas características de suas antecessoras (RODRIGUES, 2008, p. 59).

---

<sup>30</sup> “No Império, pela reforma de 1845, também conhecida como reforma Gerônimo Coelho, foram atribuídos aos concludentes da Academia os títulos de bacharel e de doutor: os títulos indicativos de postos hierárquicos foram substituídos pelo “doutor”, mais especificamente, oficial doutor e oficial bacharel” (LUCHETTI, 2006, p. 70).

Apesar do grande avanço que representou para o ensino militar a criação da Real Academia, as dificuldades encontradas para a administração da Academia foram inúmeras: “[...] falta de professores, de livros, reprovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática militar” (LUCHETTI, 2006, p. 67).

A extinção da Academia Real Militar se deu através do decreto nº 2.116, de 1º de março de 1858, o qual cria a Escola Central do Exército, também na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1858, Em substituição à Academia Real Militar, foi criada pelo decreto número 2.116, de 1º de março de 1858, a Escola Central do Exército que, além de atender à dupla formação, de militares e de engenheiros, passou a funcionar em dois prédios diferentes: na Praia Vermelha, com a formação de oficiais, e no Largo de São Francisco, o centro de formação de engenheiros civis, o único do período. “Numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro” (MOTTA, 1998, p.113).

Segundo Luchetti (2006), essa divisão da Escola Central do Exército, proporcionou uma dicotomia na forma de ensino do Exército. Enquanto uma parte, a da Praia Vermelha, primava mais pela operacionalidade da tropa, a Escola do Largo de São Francisco visava a uma formação mais técnica e científica, ficando assim bem delimitados os objetivos da nova escola.

A Escola da Praia Vermelha, de formação eminentemente militar recebeu o nome de Escola de Aplicação do Exército, e durante o período de 1855 a 1874 passou por várias reformulações que primavam, na essência, pela regulamentação do currículo aplicativo de regime acentuadamente militar, pelos rigores da disciplina e regime de internato, com horários pré-determinados e rígidos, e pelo tempo dedicado ao estudo. A Escola Central do Exército, do Largo de São Francisco, no período compreendido entre 1855 e 1874, tratou da formação de engenheiros civis [...] (LUCHETTI, 2006, pp. 71-72).

Ainda nesse período foram criados dois cursos cujas finalidades eram de preparar os futuros candidatos às escolas militares. Luchetti (2006) destaca em 1858 foi criado o primeiro curso preparatório, sob responsabilidade do Ministério da Guerra, com duração de um ano. As disciplinas ministradas eram o Latim, história, geografia, aritmética, álgebra, geometria e metrologia. Já em 1863, foi criada a Escola Preparatória de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com os mesmos objetivos.

Luchetti (2006) ressalta que estes cursos preparatórios são considerados o marco inicial da introdução do ensino secundário militar, que cumpria duas funções específicas: a primeira era preparar os alunos com uma base educacional sólida, que lhes garantissem o

acompanhamento do ensino superior nas Escolas de Formação. A segunda, garantir que os filhos de militares tivessem o devido respaldo do Estado na sua educação secundária.

Desde então, aos poucos, foi sedimentada a ideia de que ao Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”. A princípio, o problema era visto sob o ângulo da necessidade de assegurar, aos alunos matriculados na Escola, preparo capaz de lhes permitir enfrentar os estudos superiores, de matemáticas e ciência. Depois, outro aspecto foi se juntando a esse: o dever do Estado de prover a educação secundária dos filhos dos militares. Os dois ângulos se somando acabaram por impor uma política educacional uniforme e permanente, já agora secular. **Se há uma tradição, na vida do Exército Brasileiro, é esta de ser, também, uma agência realizadora do ensino médio, pois que aquela política, vinda de 1858, acabou por se fazer realidade incontestável, acima dos partidos, dos regimes políticos, das gerações que vão mudando e contra ela nada podem. São seus passos, ou marcos crescentes: o ‘ano preparatório’, o ‘curso preparatório’, ‘a escola preparatória’ e o ‘colégio militar’.** (MOTTA, apud LUCHETTI, 2006, p.72, grifo nosso).

Dentro desse contexto, em 1989, é criado o primeiro Colégio Militar do Brasil, o atual Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1906 o Exército cria a Escola de Guerra, na cidade de Porto Alegre – RS. Essa Escola se destinava a aprimorar a formação combatente dos oficiais do Exército. Em 1913, com a criação da Escola Militar de Realengo (EMR), no Rio de Janeiro, ocorreu o fechamento da Escola das Armas de Porto Alegre, a qual foi transferida para Realengo, para unificação de todas as Escolas Militares.

A Escola Militar do Realengo passou então a formar a elite dos oficiais do Exército por quase quarenta anos.

Após a sedição militar que envolveu seus alunos, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em quatro escolas: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática no Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como ideia principal abandonar o cientificismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo na formação do oficial do Exército. As quatro Escolas que sucederam a Escola Militar do Brasil foram sendo unificadas até serem transformadas, em 1913, na Escola Militar do Realengo. (RODRIGUES, 2008, p. 58)

Diferente das demais, a Escola Militar do Realengo se destacava pela politização de parte de seus alunos. Havia uma clara dicotomia entre um grupo de militares que visavam, unicamente, às atividades profissionais; e outro grupo, mais politizado, que participou ativamente das agitações políticas dos anos de 1920.

Historicamente, a Escola Militar no Realengo passou um período de grandes agitações políticas, de 1922 a 1930, quando muitos alunos da Escola e oficiais intermediários (capitães e tenentes) foram punidos em virtude de sua participação no Movimento Tenentista, causando uma grande tensão entre um grupo de oficiais que pretendia isolar os militares de participações políticas, preferindo ver seus membros envolvidos



com a prática profissional [soldado profissional] e outro grupo que apoiava a participação na política [soldado cidadão]. (RODRIGUES, 2008, p. 58).

A adesão dos alunos de Realengo a manifestações políticas, fez com que as novas Escolas de Formação de Oficiais revisassem seus currículos e passassem a implementar uma formação profissional técnica/militar e uma aplicação rigorosa dos preceitos disciplinares a seus alunos.

No contexto desse movimento de renovação ocorrido no início do século XX, tivemos o desencadeamento de uma repressão enérgica do Estado contra aqueles que participaram da Revolta de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, tais como: repressão policial da massa popular; limpeza social do centro do Rio de Janeiro; abertura de Inquéritos e de Conselho de Investigação e de Guerra contra os militares envolvidos na Revolta, que culminou com a exclusão a bem da disciplina de 275 (duzentos e setenta e cinco) alunos da EMB; abertura de duas Escolas Militares no subúrbio do Rio de Janeiro (Realengo e Curato de Santa Cruz), uma em Rio Pardo, e uma em Porto Alegre, afastando seus alunos das intensas atividades políticas desenvolvidas na região. (RODRIGUES, 2008, p. 217)

Rodrigues (2008) destaca que no início do século XX, no período de 1910 a 1912, alguns oficiais brasileiros foram enviados para estagiar nos Corpos de Tropas da Alemanha. Esses oficiais retornaram ao Brasil com novas ideias e influenciaram as transformações que ocorreram na doutrina do ensino militar a partir de então.

Ao voltarem [os oficiais], foram responsáveis pela divulgação da doutrina militar alemã através da Revista *A Defesa Nacional* e foram integrados a diversas unidades para divulgar os novos conhecimentos trazidos da Europa. Posteriormente alguns desses oficiais fizeram parte da chamada “Missão Índigenas”, cujo objetivo era instruir os alunos da Escola Militar no Realengo de acordo com o modelo germânico. (RODRIGUES, 2008, p. 59).

Esse contato entre oficiais brasileiros e alemães culminou numa ampla campanha por reformas na Instituição com o objetivo de transformá-la do ponto de vista profissional, abandonando o modelo até então existente que era considerado teórico cientificista.

### **1.3.2 A expansão do Ensino Militar**

Inicialmente o ensino militar ficou mais concentrado na cidade do Rio de Janeiro, onde mais se desenvolveu. Mas, antes mesmo da chegada da família real em 1808, já havia ordem para que se expandisse esse ensino para as outras regiões da Colônia.

Segundo Pirassininga (1958), durante o período colonial, o ensino militar foi também motivo de grande cuidado e preocupação por parte do governo português, que determinou que

o mesmo fosse ampliado para outras Capitânicas. Com exceção de Pernambuco e da Bahia, essa expansão praticamente não existiu, ao que se atribui a falta de empenho dos outros governadores.

Já em 1705, através da Carta Régia de 7 de outubro, foi ordenado que o ensino militar fosse levado “[...] a todas as partes em que havendo Capitão Engenheiro ou Sargento Mor, houvesse pessoas que quisessem aprender a ser engenheiros” (PIRASSININGA, 1958, p.79). A imensa extensão territorial da Colônia, bem como as dificuldades de comunicação e acesso entre as capitânicas; a falta de disponibilização de materiais didáticos e recursos financeiros, além da escassez de pessoal qualificado para ministrar as aulas, dificultaram o cumprimento estrito dessas ordens vindas de Portugal. “Conquanto representasse esta Carta, como que uma ordem taxativa, não foi executada em nenhuma Capitania, a exceção da do Rio de Janeiro.” (PIRASSININGA, 1958, p.79).

A preocupação de Portugal com a expansão do ensino na Colônia era evidente, haja vista a necessidade de segurança de seu novo Domínio. Em outra Carta Magna, datada de 06 de março de 1713, determinava aos Capitães donatários: “[...] aos comandantes de armas que nos seus domínios promovessem o estudo das ciências Militares”. Contudo, mesmo com as insistentes recomendações do Rei de Portugal, as condições diversas da colônia não permitiram que o ensino militar fosse implantado nas demais capitânicas. Entretanto há alguns registros que nas capitânicas de Pernambuco e Bahia ocorreram algumas aulas. “Da Capitania da Bahia temos notícia de uma Aula de Fortificação e Artilharia mandada criar pelo então Governador e Capitão General D. Manoel da Cunha Menezes, depois de Conde de Lumiar” (PIRASSININGA, 1958, p.80).

Inaugurada na capital da capitania, na cidade de Salvador, em 1774, esta Aula não teve longa duração, pois os Governadores que sucederam D. Manoel não deram continuidade ao projeto. Já na Capitania de Pernambuco, o ensino começou em 1788, com D. Tomaz de Melo, governador e Capitão General daquela Capitania, criando a Aula Militar que funcionou com a seguinte orientação estatutária:

Atendendo o quanto importante e indispensável é no corpo militar hajam pessoas que possam desempenhar os postos que S. Majestade (sic) lhes confia, mando que se estabeleça nesta Praça de Recife de Pernambuco uma Academia Militar, em que se ensinem aquelas partes mais essenciais do Curso de Matemática de Belidor e Bezout que necessário seja para qualquer ação do real serviço [...] (PIRASSININGA, 1958, p.81).

Dessa forma precária, mas contínua, o ensino militar no Brasil foi se consolidando e

ganhando importância devido as necessidades de aprimoramento do Corpo de Tropa e da formação de um Exército que fosse capaz de fazer frente às constantes ameaças de invasões na costa brasileira. Nesse trajeto, o ensino militar passou por inúmeras reformas até ganhar o contorno atual, sendo que, na maioria das vezes, essas reformas ocorrerem à revelia e a margem das reformas educacionais ocorridas no Brasil.

#### 1.4 AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO MILITAR

Desde os seus primórdios, a Real Academia possuía como atividade fim formar oficiais eminentemente combatentes, ou seja, aqueles oficiais aptos a atuarem na linha de frente, na linha de combate. Para tanto, aquela instituição de ensino passou por diversas reformas no período compreendido entre 1831 e 1850. Segundo Luchetti (2006), a Real Academia passou por cinco reformulações em 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845, na tentativa de adequá-la ao seu fim, ou seja, ajustar o ensino militar às novas demandas da profissionalização militar.

Muitas reformas, alternância de regimes escolares, ausência de sistematização didática, aulas em sala, meramente expositivas, compêndios desajustados ao nível dos alunos, normas militares frouxas, senão inexistentes, eis o que pode ser dito como síntese do período (MOTTA, apud LUCHETTI, 2006, p.70).

Do fim do período monárquico, 1874 até o início da República, 1904, o ensino militar brasileiro passou por mais quatro reformas: 1874, 1889, 1890 e 1898.

A primeira delas [1874], conhecida como Regulamento Polidoro que desvincula do Exército a função de formação de engenheiros civis e centraliza numa só sede educacional (Praia Vermelha) os estudos militares. Além disso, delibera sobre o currículo, teórico e prático, delimitando o tempo de formação dos cursos das armas de Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Curso de Engenharia Militar (5 anos) e do Curso do Estado-Maior (4 anos), sendo, este último, voltado eminentemente para as atividades práticas. (LUCHETTI, 2006, p.77)

Na reforma de 1889 é criada a Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>31</sup>, cuja finalidade era formar engenheiros, artilheiros e oficiais do Estado-Maior. A Reforma de 1890, conhecida como Benjamin Constant, retoma os estudos preparatórios de 3 anos e a profissionalização de 5, 6 e 7 anos para infantaria e cavalaria, artilheiros e oficiais do Estado-Maior, respectivamente. “Essa reforma trouxe perda de relevância ao ensino prático militar pela amplitude dada aos estudos das ciências gerais. O Regulamento de 1890 continuou oferecendo

---

<sup>31</sup> Três anos depois da criação da similar norte-americana – O “*National War College*” – é fundada aqui a Escola Superior de Guerra, sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas. BRASIL NUNCA MAIS: **Um relato para a História**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 70.

aos oficiais uma formação excessivamente teórica, faltando instrução militar adequada” (MOTTA, apud LUCHETTI, 2006, p. 77).

Para entender pormenorizadamente quais motivos foram determinantes de todas essas reformas ocorridas no ensino militar brasileiro, seria necessário aprofundar nas análises das transformações pelas quais passou o Exército e a sociedade brasileira naquele conturbado momento histórico – Guerra do Paraguai, abolição da escravatura, fim do regime monárquico, proclamação da república - assuntos relevantes, mas que, no momento, fogem a nossa temática. Entretanto, não posso deixar de mencionar qual era o papel que o Exército desempenhava antes e após a proclamação da república.

A criação de uma Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, pela Regência Trina Permanente que assumiu após a abdicação de D. Pedro I, foi inspirada na experiência da França<sup>32</sup> e surgiu quando o país passava por um momento de intensa luta política e social. A Regência Trina via no Exército um pilar de sustentação do despotismo de D. Pedro I, dessa forma sentiu que era preciso garantir o fortalecimento do poder central, conciliar os interesses do governo imperial com os dos mandatários locais. Foi com esse intuito que a Guarda Nacional foi criada.

Desde o início do período regencial, o Exército era mal visto por aqueles que consideravam as tropas oficiais uma ameaça à ordem política e um instrumento de dominação do poder central. No entanto, com a Proclamação da República, em 1889 a situação se inverte. “No Império a sua [do Exército] posição política era considerada como marginalizada e, na República, assume posição privilegiada, de centro de poder, com a instauração da ordem burguesa e da composição social hierárquica do seu corpo”. (LUCHETTI, 2006, p. 79).

Germano (1993) destaca que no período monárquico escravista<sup>33</sup>, o Exército era permeado de elementos de origem popular, sendo que na república, tornou-se “[...] mais seletivo, mais excludente, com relação ao acesso de indivíduos oriundos das classes subalternas ao oficialato.<sup>34</sup>” (GERMANO, 1993, p.40)

---

<sup>32</sup> “A Guarda Nacional foi criada com base na experiência da França, que havia transferido a segurança do país para os próprios cidadãos, que teriam a função de auxiliar as forças policiais e o Exército a manter a ordem no país.” Disponível em [www.infoescola.com/historia-do-brasil](http://www.infoescola.com/historia-do-brasil), Acesso em 23 Set 2013.

<sup>33</sup> No Império, a Escola Militar, era o único acolhimento dos indivíduos menos favorecidos que pretendiam ascender socialmente. Na República, o cenário alterou, “O tipo comum que ali ingressava era o do jovem provinciano que, tendo verificado praça antes como medida preparatória, [...] encontrava na escola da Praia Vermelha o caminho natural” (SODRÉ, 1979, p. 166).

<sup>34</sup> Oficialato é um termo utilizado para se referir ao oficial das Forças Armadas. Na hierarquia militar há Postos e Graduações. Os postos são dos oficiais, que se subdividem entre subalternos, intermediários, superiores e gerais; já os Praças se subdividem nas graduações de Soldado, cabo, 3º, 2º e 1º sargentos, Subtenentes e

A marginalização e o desprestígio político do Exército, no Império [...] são motivados pela instauração de um aparato militar de defesa formado por uma estrutura dual. Instaurado pela composição entre a Guarda Nacional (1831) a qual servia diretamente ao Estado monárquico escravista nas questões internas, e pelas tropas do Exército que cabiam, exclusivamente, a defesa externa. A Guarda Nacional competia o padrão político social privilegiado, enquanto que ao Exército era reservada uma tropa de excluídos sociais. (LUCETTI, 2006, p. 79)

Com a importância e o novo papel político/social que o Exército Brasileiro assume após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, esse dá continuidade às reformas nas esferas de sua política educacional de formação de seus quadros, implementando meios para selecionar candidatos com reais aptidões para a carreira militar<sup>35</sup>.

O novo Regulamento organizado em 1905 para os Institutos Militares de Ensino, após o fechamento da Escola Militar do Brasil e a abertura de quatro novas escolas militares que substituíram a anterior, foi uma tentativa de abandonar o modelo teórico cientificista que existia e tentar introduzir um modelo mais prático e objetivo. (RODRIGUES, 2008, p. 216).

Na busca por candidatos que apresentassem disposição e aptidão para a carreira das armas, a proposta do Exército era de instituir um novo método de ensino que corrigisse as falhas relacionadas à instrução e a educação militar do passado. A proposta era a de um ensino voltado para as atividades eminentemente militares em detrimento de uma formação humanística e crítica que levassem os seus alunos a se envolverem em questões políticas.

Essa nova postura do Exército com relação à educação militar e a formação de seus novos quadros veio da influência e das pressões internas que os oficiais brasileiros que estagiaram na Alemanha exerceram sobre o Comando, exigindo reformas na Instituição.

A organização do Regulamento da Escola Militar de 1913 tinha como objetivo continuar dando maior importância possível à instrução prática na formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, apesar de esbarrar na tradição do modelo teórico cientificista. O novo Regulamento foi repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa da Alemanha, pela renovação da cultura militar. Em 1914, o Regulamento de 1913 sofreu algumas alterações em seus artigos, estabelecendo o ensino teórico-prático ou prático unicamente, ou seja, significava que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, e se possível, sempre seguida de exemplos práticos. (RODRIGUES, 2008, p.217)

O Exército sempre possuiu e manteve um aparato educacional auto-suficiente e autônomo, com amparo legal para criar e gerenciar a sua política pedagógica que com o tempo

---

Praças especiais, que são os Aspirantes à Oficial.

<sup>35</sup> Sobre o processo seletivo para o quadro de oficiais do Exército, ver a Tese de Doutorado em História pela UERJ, de Fernando da Silva Rodrigues, de 2008, intitulada **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**.

foi se alterando e adequando às novas demandas da Força Terrestre. Desde a sua concepção, a educação militar passou por várias reformas sempre procurando o aperfeiçoamento técnico profissional e o adestramento da tropa.

Rodrigues (2008), destaca que no período de 1905 a 1946, as reformas nos Institutos Militares de Ensino Superior tinham o objetivo de acompanhar a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército.

A reforma de 1905, contextualizada pelo fim da revolta na Escola Militar do Brasil em novembro de 1904, foi mais uma tentativa para eliminar o excesso do chamado ensino teórico do currículo de ensino militar, procurando dar o máximo de relevo à instrução prática profissional. A reforma de 1913, como a anterior, buscava dar o máximo de atenção ao ensino prático. As reformas de 1918 e de 1919 foram consideradas por Jehovah Motta como dois Estatutos Gêmeos, pois estes regulamentos apareceram muito próximos no tempo, nas ideias e nos propósitos, e foram articulados ao desenvolvimento e ao fim da Primeira Guerra Mundial que, em tese, afetou muito a evolução do Exército Brasileiro, provocando reformas substanciais de estrutura, como o aumento de orçamentos da União. (RODRIGUES, 2008, p.13)

Segundo Rodrigues (2008) um marco divisório na história do Exército e, em consequência, nas Instituições Educacionais de Ensino Militar no Brasil, foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), devido à necessidade de fortalecimento das bases das Instituições Militares. No período pós-guerra o Ensino Militar começa a passar por sucessivas reformas, tendo sempre como foco a educação e formação dos oficiais do Exército.

A reforma de 1924 foi contextualizada pela necessidade de mudanças na estrutura do ensino verificada após a sedição na Escola Militar do Realengo em 1922 e responsável por abrir espaço para penetração da Missão Militar Francesa (MMF) em 1924. A reforma de 1929, que quase nada alterou o que já estava estabelecido, pois cerca de noventa por cento dos seus artigos repetiam o texto de 1924. A reforma de 1934, que foi suspensa em 1935. A reforma de 1940, apesar de promover poucas modificações, alterou em especial o tempo de duração do curso de formação de oficiais, que passou de três para quatro anos. Finalmente, a reforma de 1942, contrariando a reforma de 1940, retorna à duração de três anos do curso de formação de oficiais. (RODRIGUES, 2008, p. 14).

Todas essas reformas ocorreram à margem das reformas educacionais ocorridas no Brasil, sendo que, até hoje, o ensino militar possui uma autonomia regulamentada em Lei.

No entanto, podemos perceber que as reformas no sistema de ensino militar em nenhum momento acompanharam qualquer reforma de ensino feita no país, principalmente a reforma de 1931, de Francisco Campos e a de 1942, de Gustavo Capanema, que não fizeram qualquer ingerência no ensino militar do Brasil. **Ao contrário, causaram um isolamento com relação ao sistema de ensino civil e problemas de equiparação nas estruturas do ensino militar e civil brasileiro, que até hoje permanecem.** (RODRIGUES, 2008, p. 14, grifo nosso)

Não obstante ao fato de que com essas reformas o Exército estava buscando o aprimoramento técnico profissional de seus quadros, visando a torná-lo mais moderno, profissional e competitivo, havia também uma intenção de se formar profissionais mais preparados do ponto de vista doutrinário, voltados mais para as questões práticas em detrimento de uma formação teórica, sempre vista com ressalvas no meio militar.

A melhor interpretação para essas constantes reformas seria, em um primeiro momento, a necessidade de o Exército Brasileiro preparar melhor seu Corpo de Oficiais, buscando essas mudanças dentro do movimento da História Política Brasileira. Em um segundo momento, podemos dizer que a Escola Militar serviu como um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, com o progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico. Esse momento foi estabelecido com base na influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena, e da Missão Militar Francesa, marcado por revoltas sociais internas, como a Guerra do Contestado e o Tenentismo, e pelas duas Grandes Guerras Mundiais. (RODRIGUES, 2008, p. 14)

Apesar do viés doutrinário militarista, a Academia Militar teve muita importância na formação de engenheiros e topógrafos que muito contribuiu para a abertura de estradas e construções de portos no Brasil. “[...] a formação de engenheiros, é a que nos chama atenção, pois ela serviu como a alavanca que conduziu o Exército e seus oficiais a se envolverem desde cedo com as causas públicas do país.” (TAVARES, 2008, p. 52).

A partir de 1930, o ensino militar adquire novos contornos, caracterizado pelo enriquecimento, pela complexidade das Forças Armadas e pela crescente especialização, mecanização e avanços tecnológicos. Segundo Luchetti (2006), tem início na década de 1980 e estende-se até os dias atuais, um período esse que se caracteriza por mudanças, ditas modernizantes, com a finalidade de adequar o ensino militar aos requisitos da conjuntura nacional e mundial. Na atualidade, várias Escolas de Formação contam com o respeito e credibilidade junto a sociedade brasileira, como por exemplo, citamos o Instituto Militar de Engenharia (IME), grande centro de referência no campo da engenharia brasileira. Entretanto, segundo Rodrigues (2008), as diversas mudanças ocorridas no ensino desde o século XIX “[...] não impediam que a supervalorização da ciência deixasse esses oficiais distante do que seria o objetivo de uma Instituição militar, ou seja, a preparação para guerra”.

Essas reformas sofreram fortes influências estrangeiras, devido ao intercâmbio entre oficiais brasileiros e oficiais alemães, franceses e norte-americanos, cada uma a seu tempo.

Uma nova mentalidade profissional surgiu por influência direta dos “jovens turcos” ou “germanófilos” que eram oficiais que estagiaram no Exército alemão, entre 1904 e 1914, e trouxeram uma variedade de ideias novas, de cunho profissional, criando um proselitismo renovador sem embargo de problemas políticos. Após o estágio, esses “jovens turcos” trabalharam intensamente para implantar a concepção militar alemã à

brasileira. Esse grupo de jovens criou, em 1913, um veículo de comunicação que existe até os dias atuais: a revista *Defesa Nacional*. (LUCHETTI, 2006, p. 83)

Com a extinção, em 1918, da Guarda Nacional, o Exército assume seu papel de principal responsável pela segurança interna e externa do país. Um ano depois, em 1919, ocorre a regulamentação do ensino militar no Brasil.

A reforma de 1919 retifica e ratifica a operacionalidade profissional. O certo é que, em 1919, atinge-se, afinal, o objetivo perseguido desde 1905: uma escola moldada segundo padrões nitidamente militares, com um currículo em que os assuntos profissionais ocupam setenta por cento de estudos, com um “ensino prático” rigoroso e absorvente, e com um regime disciplinar severo, que por vezes até se reveste de uns certos (sic) toques de prussianismo [...] (MOTTA, 1998, p.264).

A primeira Lei de Ensino Militar data de 1928. Em consonância com a Lei de 1919, essa Lei dispunha sobre o ensino militar ampliando a sistematização de cursos para um conjunto de 12 Escolas de Formação do Exército Brasileiro. “É recriada a Escola de Engenharia Militar, o IME, órgão anexo ao Sistema Militar do Exército com especializações em várias modalidades de engenharia: engenheiro artilheiro, engenheiro eletrotécnico, engenheiro químico e engenheiro de construção.” (LUCHETTI, 2006, p. 89)

Atualmente o Exército possui uma formação exclusiva para a carreira militar, escalonada da seguinte forma: Escolas de Sargentos (Nível Médio); Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx/3º ano do Nível Médio); Escolas de Formação de Oficiais (AMAN/Bacharelado em Ciências Militares, reconhecido pelo MEC<sup>36</sup>); Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO/Equivalente ao Mestrado, não reconhecido pelo MEC); Escola Comando Estado Maior do Exército (ESCEME/ Nível Doutorado, não reconhecido pelo MEC).

Incluem-se nesse escalonamento as Escolas de Saúde do Exército (EsSEEx), destinadas aos quadros de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Veterinários do Quadro de Saúde; a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), destinada aos quadros do magistério militar, advogados, enfermeiros militares, psicólogos, e o Instituto Militar de Engenharia (IME), formação de Engenheiros Militares etc.<sup>37</sup>

O principal Centro de Formação do Exército foi criado em 1º de janeiro de 1944, na

<sup>36</sup> Regulamentado pela Portaria Normativa Interministerial Nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008.

<sup>37</sup> O Exército ainda conta com vários núcleos de Formação de Oficiais da Reserva (NPOR), Cursos de Formação de Sargentos Temporários, Diversos cursos de Aperfeiçoamento, como o Centro de Instrução de Guerra na Selva (SIGS) e a Escola de Instrução Especializada (ESIE), dentre outros.



cidade de Resende-RJ. Surgida da necessidade de centralizar e de se aperfeiçoar a formação do oficial para um Exército que crescia e se operacionalizava, a Escola Militar de Resende, em 1951, recebeu o novo nome: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que hoje é um centro de referência de formação militar da América Latina.



Figura 3 - AMAN – RESENDE  
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aman>



Figura 4 - CERIMONIA ANUAL DE FORMATURA DA AMAN  
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aman>

A evolução da Ensino Militar no Brasil está intimamente ligada à história do Exército, e é fator determinante para manutenção de uma ética profissional que distingue essa categoria, denominada Militar, das demais categorias profissionais. Ainda não há consenso entre os estudiosos das Ciências Sociais sobre a pertinência ou não de se falar que os militares pertencem a uma determinada classe social. Segundo Weber (2012), o conceito de classe está ligado à classificação social onde grupos de pessoas que em função de interesses específicos têm a mesma posição econômica. Weber (2012) afirma que a propriedade ou a não propriedade de bens materiais ou habitações específicas determinam a situação de classe.

Nesse viés weberiano, os militares não poderiam se enquadrar nesse conceito de classe, porque a categoria militar não forma um bloco homogêneo pois há na carreira militar uma longa estrutura hierárquica, diferenciada pela forma de acesso à carreira, pelo tempo de formação e

pelos diferentes graus hierárquicos e funções dentro da instituição.

A dificuldade de se falar em uma classe de militares esbarra na própria impossibilidade de determinar a origem social dos militares. Segundo Fernandes (1978), há uma tendência entre os estudiosos dessa temática em atribuir a classe média como referência. “[...] afirmou-se como uma evidência quase senso comum uma espécie de relação causal entre a origem de “classe média” dos militares latino-americanos e a importância desta presença (predominante) das “classes médias” nas Forças Armadas [...]”. (FERNANDES, 1978, p. 9).

Castro (2002) destaca que de todas as reformas educacionais ocorridas no campo do ensino militar, a reforma da Escola Militar de Realengo, idealizada e iniciada por José Pessoa, “[...] pode ser vista como um exemplo bem sucedido da criação de “novas tradições”, como prova a permanência por sete décadas das tradições então forjadas.” (CASTRO, 2002, p. 38). Ali, pode-se observar a gênese dos elementos simbólicos presentes no Exército Brasileiro.

As palavras de José Pessoa, por ocasião de sua tomada de posse como Comandante da Escola Militar de Realengo, em 15 de janeiro de 1931, após a Revolução de 1930<sup>38</sup>, mostra bem qual seria o novo papel do Exército frente aos problemas políticos a partir daquele momento histórico.

Cadetes! O dever que o Exército tinha com a república já está consumado... Mas a revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. A república está salva, mas resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. Revalidada a forma de governo, cumpre restaurar o Brasil. O Exército, como instituição democrática por excelência é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se de recompor, tanto é verdade, que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência. (CASTRO, 2002, p. 39).

Após a Revolução de 1930, o papel do Exército Brasileiro é o de ir além da preservação da ordem republicana. Com o novo cenário político que se estabeleceu, coube ao Exército, a missão de “salvar a Nação” e de “manter” a integridade da Pátria.

O Exército, enquanto “ossatura da nacionalidade”, teria um papel fundamental na fase de “reeducação” e “renovação” que se iniciava. A Escola Militar, onde seriam formadas as futuras gerações de oficiais, era vista como uma instituição seminal do “novo Exército” e, por extensão, da nova nação que se pretendia construir. (CASTRO, 2002, p. 39).

Um novo Exército para uma nova Nação. Dentro dessa perspectiva a educação militar

---

<sup>38</sup> A Revolução de 1930 foi desencadeada a partir do assassinato de João Pessoa, na Paraíba. José Pessoa, irmão de João Pessoa, teve participação ativa no cerco ao Palácio da Guanabara, em 24 de outubro de 1930, o que resultou na renúncia do presidente Washington Luís.

teve e ainda tem um papel relevante no reforço, na transmissão e na afirmação dos valores militares dentro da instituição.

## 2 A CATEGORIA E A IDENTIDADE MILITAR NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

---

*“Vossos filhos não são vossos filhos. São os filhos e as filhas da ânsia da vida por si mesma. Vêm através de vós, mas não de vós. E embora vivam convosco, não vos pertencem.” Gibran Kalil Gibran.*

---

Filho e conhecimento, duas grandes paixões. Meu esforço é pelo caminho da descoberta, do desnudamento, já que metáfora é um eterno vir a ser. *“Vossos filhos não são vossos filhos”*, nos diz Gibran. Da mesma forma, meu conhecimento não é meu somente, pois se assim fosse perderia sua essência. O conhecimento só se realiza na sua plenitude quando é passado para o “outro”, seja esse o “meu outro” ou o “outro de alguém”. Nessa produção do conhecimento busco identificar, ou melhor, desvelar a categoria e a identidade militar numa perspectiva interdisciplinar haja vista a complexidade que o termo abarca. Conforme nos diz Fazenda (2001) “A metáfora que a subsidia [a interdisciplinaridade], determina e auxilia sua efetivação, é a do olhar; metáfora que se alimenta de natureza mítica diversa” (FAZENDA, 2001, p. 11).

### 2.1 NECESSÁRIOS APONTAMENTOS SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE

A discussão em torno da interdisciplinaridade é uma realidade que está presente na maioria dos países ocidentais, que “[...] vem debatendo a questão da interdisciplinaridade, tanto no que se refere à organização profunda dos currículos, à forma como se aprende, quanto à formação dos professores” (FAZENDA, 2001, p. 12).

No Brasil desde a década de 1970 as reformas no campo da educação já apontam para a necessidade de uma nova postura que privilegie a inserção da interdisciplinar nos currículos. “Embora desde a década de 70 as reformas na educação brasileira acusem a necessidade de partimos para uma proposição interdisciplinar, ela não tem sido bem compreendida (FAZENDA, 1979, 1984), mesmo nas décadas subsequentes: 80 e 90.” (FAZENDA, 2001, p. 12).

Fazenda (2001) destaca que nas décadas de 70 e 80 o número de pesquisa sobre interdisciplinaridade era praticamente inexpressivo com uma bibliografia pouco difundida, portanto nas décadas seguintes esse quadro começou a mudar.

No final dos anos 80 e início dos 90, porém, começam a surgir centros de referência reunindo pesquisadores em torno da interdisciplinaridade na educação. É o caso do Centro de Pesquisa Interuniversitária sobre a Formação e a Profissão/Professor (CRIFPE), e do Grupo de Pesquisa sobre Interdisciplinaridade na Formação de Professores (GRIFE), coordenado por Yves Lenoir, no Canadá, e do Centro

Universitário de Pesquisas Interdisciplinares em Didática (CIRID), coordenado por Maurice Sachot, na França, bem como vários grupos de pesquisa sobre a interdisciplinaridade na formação de professores surgidos em outros países. (FAZENDA, 2001, p. 12).

O mesmo aconteceu nos Estados Unidos quando a interdisciplinaridade surgiu a partir dos “[...] estudos de Julie Klein, da *Wayne State University*, e William Newel, da *Miami University*, as pesquisas sobre interdisciplinaridade percorreram o país inteiro e disseminaram-se, interferindo diretamente nas reformas educacionais” (FAZENDA, 2001, p. 12). Assim, conforme ressalta Fazenda (2001) as discussões acerca da interdisciplinaridade rompem as barreiras fronteiriças e chega à Bélgica, com Gerard Fourez; na Colômbia, com Maritza Carrasco e no Brasil (em Recife), com Heloísa Bastos da Universidade Federal do Recife.

Em 1986, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a coordenação de Ivani Fazenda, criou o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Interdisciplinaridade na Educação (GEPI), produzindo mais de cinquenta pesquisas sobre diferentes aspectos da educação. Esse grupo iniciado na PUC-SP disseminou-se para outras universidades, tais como a Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID), que oferece mestrado em Educação, cujo núcleo temático é Interdisciplinaridade, Formação e Aprendizagem e conta com o Núcleo emergente de Pesquisa Interdisciplinar (NEPI) (FAZENDA, 2001, p. 12).

O Teólogo Leonardo Boff nos fala que “[...] encontramos espelhos de nós mesmos em todas as partes, mas não nos identificamos com nenhum deles [...]”. Atitude interdisciplinar perpassa por essa busca por nós mesmos, “[...] no espaço mais íntimo do diálogo entre “eu” e os comigo de mim”, como costuma brincar seriamente o professor Moacyr Laterza [...]”. (RIOS, 1998, p.133).

Segundo Fazenda(2001), neste processo dialógico de construção de conhecimento, a interdisciplinaridade visa religar os saberes outrora esfacelados, fragmentados, mas é uma atitude que, “Exige um processo de clarificação conceitual que pressupõe um alto grau de amadurecimento intelectual e prático, uma aquisição no processo reflexivo que vai além do simples nível de abstração, mas exige a devida utilização de metáforas e sensibilizações.” (FAZENDA, 2001, p. 12).

Thiesen (2008) vai nesta mesma direção quando afirma que existe uma posição consensual quanto ao sentido e à finalidade da interdisciplinaridade,

[...] ela busca responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento. Trata-se de um movimento que caminha para novas formas de organização do conhecimento ou para um novo sistema de sua produção, difusão e transferência [...]. (THIESEN, 2008, p. 545).

A interdisciplinaridade consolida-se na ousadia da busca que requer sempre uma pergunta, que suscita sempre novas respostas. Assim, parceria e interação social são imprescindíveis na ação interdisciplinar, pois essas são movimentos e não um modelo preestabelecido. Fazenda (2001) destaca que a interdisciplinaridade não se prende em nenhum paradigma em particular por ser ante paradigmática; entretanto, ressalta que ela não rejeita nenhum paradigma, nenhum modelo. “A análise conceitual facilita a compreensão de elementos interpretativos do cotidiano” (FAZENDA, 2001, p. 12). Assim a interdisciplinaridade visa a agregação dos diversos saberes.

Todo o processo interdisciplinar competente nasce de um *locus* bem delimitado; portanto, é fundamental contextualizar-se para poder conhecer. A contextualização exige que se recupere a memória em suas diferentes potencialidades, resgatando assim o tempo e o espaço no qual se aprende (FAZENDA, 2001, p. 12).

Para Morin (Apud THIESEN, 2008), a realidade complexa requer um pensamento também complexo, somente assim pode-se avançar “[...] a reforma do pensamento na direção da contextualização, da articulação e da interdisciplinarização do conhecimento produzido pela humanidade.” (THIESEN, 2008, p. 546).

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas [...] que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes. (MORIN, 2005, Apud THIESEN, 2008, p. 546)

Na pesquisa interdisciplinar é indissolúvel a história de vida do pesquisador da sua ação profissional, pois a interdisciplinaridade é um processo que precisa ser vivido e exercido, pois a interdisciplinaridade é uma categoria de ação que requer uma “imersão no social e no pessoal”. “Conhecer o lugar de onde se fala é condição fundamental para quem necessita investigar como proceder ou desenvolver uma atitude interdisciplinar na prática cotidiana” (FAZENDA, 2001, p. 14).

Superação da fragmentação e do caráter de especialização do conhecimento, eis o foco teórico-metodológico da ação interdisciplinar.

A interdisciplinaridade, como um movimento contemporâneo que emerge na perspectiva da dialogicidade e da integração das ciências e do conhecimento, vem

buscando romper com o caráter de hiperespecialização e com a fragmentação dos saberes (THIESEN, 2008, p. 546).

Nesse sentido, interdisciplinaridade é uma atitude, uma postura que o pesquisador tem diante do conhecimento. Essa postura, esse olhar, têm que ser abrangentes, focalizando o todo. “Para Goldman, um olhar interdisciplinar sobre a realidade permite que entendamos melhor a relação entre seu todo e as partes que a constituem.” (GOLDMAN, apud THIESEN, 2008, p. 546).

Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas categoria de ação, que nos conduz ao exercício do conhecimento, da pergunta e do espaço da dúvida. A interdisciplinaridade se desenvolve a partir das próprias disciplinas, numa busca por um contexto adequado.

A partir de uma leitura disciplinar cuidadosa da situação vigente, é possível antever a possibilidade de múltiplas outras leituras. A interdisciplinaridade permite-nos olhar o que não se mostra e intuir o que ainda não se consegue, mas esse olhar exige uma disciplina própria capaz de ler nas entrelinhas. (FAZENDA, 2001, p. 16).

Como ação prática, a interdisciplinaridade requer do pesquisador um envolvimento e o compromisso com a pesquisa. Em sua expressão máxima, a interdisciplinaridade visa ao resgate da formação humana no seu aspecto mais total.

A interdisciplinaridade visa a recuperação da unidade humana pela passagem de uma subjetividade para uma intersubjetividade e, assim sendo, recupera a ideia primeira de cultura (formação do homem total), o papel da escola (formação do homem inserido em sua realidade) e o papel do homem (agente das mudanças do mundo). (THIESEN, 2008, p. 546).

Uma ação exercida na prática pedagógica, assim se caracteriza a interdisciplinaridade, “[...] na intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (THIESEN, 2008, p. 548). A interdisciplinaridade é um processo que procura fazer com que as disciplinas, através do diálogo interdisciplinar, se interpenetrem e se fecundem cada vez mais reciprocamente.

[...] do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre a amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador. (JAPIASSU, 1976, apud THIESEN, 2008, p. 548)

São múltiplas as possibilidades de ação interdisciplinar. Abrangente na sua amplitude, ela deve nortear a atuação profissional em suas mais diversas faces.

A interdisciplinaridade é a articulação do processo de ensino e aprendizagem na medida em que produzem atitudes (FAZENDA, 1979-2008), modo de pensar (MORIN, 2005), maneiras de organização curricular (JAPIASSU, 1976), ou ainda como elemento orientador da formação de profissionais envolvidos. (MELLO, 2012, p.18)

A interdisciplinaridade, dessa forma, é uma postura, um modo de vida, um posicionamento ativo frente às principais questões do pensamento humano. “[...] o que se propõe é uma profunda revisão de pensamento, que deve caminhar no sentido de intensificação do diálogo, das trocas, da integração conceitual e metodológica nos diferentes campos de saber.” (THIESEN, 2008, p.548).

Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados (JAPIASSU, 1976, apud THIESEM, 2008, p. 548)

Para alcançarmos essa atitude/postura interdisciplinar em sua plenitude, devemos observar alguns princípios que, segundo Fazenda (2001) devem nortear a prática docente interdisciplinar: “[...] Humildade (perante o conhecimento); coerência; espera; respeito; desapego.” (FAZENDA, 2001, p. 11). Alguns atributos que são próprios de tais princípios, os determinam ou identificam. “[...] São eles a afetividade e a ousadia que impelem às trocas intersubjetivas, às parcerias.” (FAZENDA, 2001, p.13). Nesse processo de uma ação interdisciplinar são necessários, também, o diálogo, a interação social, a provisoriedade (do conhecimento); tudo isso conjugado com outros atributos como: Afetividade, ousadia, preparo e coragem.

Como o Mestre Sócrates nos ensinou com seu “Conheça a ti mesmo”, ou seja, pensar para fora de si num diálogo, pensar a si mesmo com o outro o pensar interdisciplinar, é fugir da armadilha de permitir que o conceito vire preconceito, que a teoria domine completamente o pesquisador a ponto dele não poder livrar-se dela. Falar de determinado lugar, sob a ótica de determinada teoria, requer que digamos quais as nossas lentes pelas quais olhamos. Não podemos reificar a teoria com perguntas prontas que só podem levar a determinadas respostas preconcebidas. Devemos ter a consciência de quando uma teoria não dá mais conta da amplitude de nosso objeto e quando estamos julgando à priori. A rigor, “Aquele que possui conhecimentos tem que por ele ser moralmente transformado. O Saber não é moralmente neutro. Ele nunca se separa por completo do âmbito existencial” (POL DROIT, 2011, p.24)



Nossa proposta é apresentar uma inserção na historicidade da educação do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) no sentido de desvelar o *ethos* como orientação da escola militar na formação de seus alunos, para isso precisamos buscar compreender as especificidades da categoria militar.

## 2.2 A CATEGORIA MILITAR E SUAS ESPECIFICIDADES

Um livro que pode ser considerado um clássico no estudo sobre militares, enquanto Categoria Social, é “Os Militares como Categoria Social”, de Heloísa Fernandes, filha de um dos maiores sociólogos do Brasil, Florestan Fernandes<sup>39</sup>. Entender a categoria militar é de suma importância na análise da constituição do *ethos* presente na educação militar aplicada no SCMB. O conceito sociológico que procura dar conta dos militares na sociedade capitalista é o de categoria social.

No que diz respeito à categoria militar é evidente como este tipo de constituição do conceito origina e fundamenta a própria ideologia civilismo X militarismo. Oposição que traz para a linha de frente da análise: as relações entre “os políticos” e os “militares”, por exemplo, a tese de necessidade, no caso brasileiro, de um “padrão (ou poder) moderador” entre os CIVIS e OS MILITARES; a ênfase nas alianças ou nos lugares de contato e de “sociabilidade” entre os dois “grupos”, etc. (FERNANDES, 1978, p. 21, grifo do autor).

A categoria militar é *sui generis*, tanto que na Constituição Federal do Brasil há um artigo específico para os militares das Forças Armadas.

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)<sup>40</sup>

Essa categoria não conta com os direitos básicos que garantam a seu pleno exercício da cidadania, como, por exemplo, o direito ao “*habeas corpus*”, o direito ao acúmulo de cargos públicos, garantido a outros funcionários civis como os da área da educação e da saúde. É-lhes proibido o direito à greve, à sindicalização e à filiação partidária. “Art. 142 - IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)” e “V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos; (Incluído

<sup>39</sup> FERNANDES, Heloísa. OS MILITARES COMO CATEGORIA SOCIAL. São Paulo: Global Universitária, 1978

<sup>40</sup> BRASIL. Constituição Federal, 1988.

pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)”. Portanto os militares são “distintos” dos demais cidadãos, pois estão sujeitos a todas as obrigações legais impostas aos civis, além das obrigações previstas em seus regulamentos, normas, portarias, estatutos etc.

Todo esse ostracismo constitucional em que se encontram os militares em relação à sociedade civil brasileira, fá-los pensar e sentir-se diferentes. O isolamento dentro da caserna, as longas jornadas de trabalho, as transferências constantes, o convívio em vilas militares, a recreação em círculos militares, a submissão aos regulamentos dentro e fora da atividade profissional e o ensino de seus filhos em Colégios Militares, contribuem, ainda mais, para esse “isolamento” social e essa invisibilidade na comunidade acadêmica.

José Murilo de Carvalho também chama atenção para o fato de que existe na comunidade acadêmica brasileira e latino-americana um veto aos estudos sobre militares. Para tanto, destaca três razões dessa rejeição: (1) A de natureza intelectual, devido à dificuldade de enquadrar os militares dentro dos esquemas tradicionais da ciência política; (2) A de natureza política, uma vez que qualquer estudioso dos militares, que não seja simplesmente um denunciador da tortura, torna-se suspeito de conivência ou de tolerância com as práticas subversivas; e, por último, (3) A de natureza social, sendo essa a resistência mais antiga, pois desde a burguesia agrária sempre houve certo desprezo dos intelectuais pelos militares do exército, sendo consideradas pessoas de classe social inferior e *a posteriori* veio a rivalidade política em torno do controle do Estado (CARVALHO, 2005 *passim*, apud TAVARES, 2008, p.24).

Segundo Carvalho (2005), o resultado de toda essa resistência está na expressiva ausência de pesquisas acadêmicas sobre militares. O autor alerta para a importância de se fazer estudos sobre a “família militar”, o cotidiano dos quartéis, a dimensão cultural, os valores e a mentalidade militar, ou seja, ele propõe um olhar aos estudos feitos sobre ângulos sociológicos ainda pouco realizados.

Quando fala-se de categoria militar uma das dificuldades é saber qual a origem social dos militares. “Por várias razões que não vêm ao caso explicitar aqui, a questão da origem social – apesar de sempre se reconhecer sua importância – ficava em aberto pela falta de dados” (FERNANDES, 1978, p. 9). No entanto essa dificuldade dos estudiosos do tema não os impediu de classificar os militares como pertencentes à “classe média”.

Mais ainda, praticamente todos são unânimes em afirmar um peso – maior ou menor – à influência da *origem de classe* sobre a atuação política dos militares nas sociedades latino-americanas. Em resumo, não obstante a ausência de dados sistemáticos relativos a esta questão e independentemente das diversas perspectivas e quadros teóricos, afirmou-se como uma evidência quase senso comum uma espécie de relação causal entre a origem de “classe média” dos militares latino-americanos e a importância desta presença (predominante) das “classes médias” nas Forças Armadas sobre a atuação política das próprias Forças Armadas. (FERNANDES, 1978, p. 09).

A complexidade da “categoria” militar está, também, na diversidade cultural de seus quadros, haja vista que a origem social desses é igualmente diversa devido às várias formas de admissão na instituição. São inserções que vão desde o alistamento militar obrigatório - como no caso dos soldados e dos acadêmicos concludentes dos cursos de medicina, odontologia, farmácia e veterinários - até os diversos níveis de concursos públicos, numa gama complexa de admissão.

O organismo militar [...] oferece um modelo destas organizações complexas graduadas: oficiais subalternos, oficiais superiores, estado-maior e não devem ser esquecidos os graduados de tropa cuja importância real é maior do que comumente se pensa. É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias e que os níveis inferiores manifestam um espírito de corpo mais visível; disto resulta um “orgulho” que com frequência os expõe aos gracejos e zombarias. (GRAMSCI, apud FERNANDES, 1978, p. 125).

Os militares vistos como um corpo social profissional e homogêneo é uma visão característica singular da Idade Moderna. O alto grau de burocratização das instituições militares, cuja estrutura está pautada no binômio, hierarquia e disciplina, pilares de sustentação dessas instituições, fez com que os exércitos fossem o principal elemento de sustentação dos Estados Nacionais Modernos.

A função militar corresponde a uma profissão ‘burocratizada’ que se especializou no exercício da violência, sendo responsável pela segurança do Estado. Valores e atitudes são parte da ética profissional dos militares se estão implicados ou derivam da peculiar habilidade, responsabilidade e organização militar (SANTOS, 1991, apud LUCHETTI, 2006, p. 32).

A profissão militar se distingue das demais, pois tem na lealdade uma das mais altas de suas virtudes, o que a caracteriza como um corpo social institucional que deve servir ao Estado sem restrições partidárias.<sup>41</sup> Essa obediência é vista e percebida no plano militar pelo seu aspecto estrutural hierárquico como valor primordial.

Outra característica inerente aos militares é o fato da Instituição militar poder regulamentar o acesso dos indivíduos dentro de uma perspectiva de seleção dos mais “aptos”, conforme a concepção institucional. O rígido recrutamento visa buscar aqueles cidadãos que possuem determinadas habilidades específicas para o desempenho de determinadas funções.

---

<sup>41</sup> Cabe ressaltar que no Brasil nem sempre funcionou assim, haja vista que em diversos momentos históricos os militares saíram dessa “neutralidade” institucional e chamaram para si a responsabilidade de governar o país, principalmente em momentos de graves crises institucionais como a que culminou com o golpe civil/militar ocorrido em 1964, onde os militares, com a aquiescência de diversos setores da sociedade civil brasileira, derrubaram do poder um presidente democraticamente eleito dentro das normas constitucionais vigentes, o presidente João Goulart, constitucionalmente o Chefe Supremo das Forças Armadas.

Logo, a profissionalização dos militares faz parte de um processo mais amplo de diferenciação estrutural que as sociedades atravessaram e ainda experimentam no decorrer da evolução do Estado. (LUCHETTI, 2006).

Os militares como objeto de estudo nos programas de pós-graduação no Brasil ainda seguem sendo um tabu. São poucas as possibilidades de aceitação de temas relacionados a essa categoria profissional.

[...] Tudo o que se fala ou que se pública sobre militares provoca, em grande parte das pessoas, a volta da velha ideia de que a força consegue tudo. Ora, se os militares são aqueles que detêm as armas, logo, são eles que possuem a força, o poder, a possibilidade de mudar as coisas, de fazer e desfazer. Daí uma atração pelo tema. Ao mesmo tempo, dá também a sensação de medo. Falar de militares logo traz à cabeça das pessoas, ou a ideia de secreto, ou a ideia de perigoso [...] (TREVISAN, 1985, p. 56).

Já o Sistema de Ensino Militar, principalmente os estudos referentes aos Colégios Militares, vem ganhando espaço na academia, mesmo que lentamente, e vai transpondo os muros da caserna, que afinal, é a “morada” de cidadãos brasileiros, antes de tudo.

## 2.3 O *ETHOS* MILITAR

*“Senhor, umas casas existem, no vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais[...] Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico[...] A gente conhece-os por militares[...] Porque, por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai coragem, e à sua direita a disciplina”.* MONIZ BARRETO – Carta ao El-Rei de Portugal, 1893.<sup>42</sup>

Essa epígrafe nos faz refletir sobre as especificidades inerentes à carreira militar, ou melhor, ao *ethos* militar. O tratamento teórico que dei ao termo *ethos* é definido como modo de ser, numa espécie de síntese dos costumes de um povo. O termo indica, de maneira geral, os traços característicos de um grupo social específico do ponto de vista sócio-cultural, que o diferencia dos outros grupos, e que assim, está vinculado a um valor de identidade social de uma categoria social específica.

### 2.3.1 –Ethos Militar: conceitos

Conceituar ou definir teoricamente o que vem a ser *ethos* não é uma tarefa fácil, pois

<sup>42</sup> A profissão militar. Disponível em <http://www.eb.mil.br/a-profissao-militar>. Acesso em 14 Nov 2013.

essa palavra é carregada de “significações” e a discussão a respeito de sua definição conceitual abarca vários campos do saber.

Não vivemos no mesmo mundo da retórica antiga e a palavra não está mais condicionada pelos mesmos dispositivos; o que era uma disciplina única – a retórica – reverbera hoje em diferentes disciplinas teóricas e práticas, que têm interesses distintos e **captam o ethos sob facetas diversas**. De todo modo, não é possível estabilizar definitivamente uma noção desse tipo, **que parece melhor apreendermos como um nó gerador de múltiplos desenvolvimentos possíveis**. (MAINGUENEAU, 2008, p. 12, grifo nosso)

Para alguns filósofos ética e *ethos* são tratados como sinônimos, ou melhor, em alguns textos há a descrição de derivação, ou seja, *ethos* deriva do termo ética. Chauí (2003), cuja formação teórica tem forte influência do filósofo Baruch Espinosa<sup>43</sup>, nos fala da origem etimológica do termo *ethos*.

Na língua grega existem duas vogais para pronunciar e grafar nossa vogal *e*: uma vogal breve, chamada *épsilon*, e uma vogal longa chamada *eta*. *Éthos*, escrita com a vogal longa, significa costume; porém, se escrita com a vogal breve, *éthos*, significa caráter, *indole natural*, *temperamento*, conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa. Nesse segundo sentido, *éthos* se refere às características pessoais de cada um, as quais determinam que virtudes e que vícios cada indivíduo é capaz de praticar (CHAUÍ, 2003, p. 320).

Moser (2010) coaduna com Chauí (2003) quanto a origem etimológica do termo; porém, vai um pouco mais além na sua definição. “Uma leitura mais acurada logo aponta para outro sentido subjacente na mentalidade grega: residência, moradia. Recolhendo estes significados etimológicos básicos se chega a perceber que **o *ethos* aponta para um modo próprio de ser e de viver onde se "abriga" o humano.**” (MOSER, 2010, grifo nosso)<sup>44</sup>.

O *ethos*, como elemento imprescindível ao discurso, está carregado de perspectivas quanto ao que se fala, quanto a mensagem que se transmite. Esse *ethos* está ligado à própria enunciação e não a um saber extra discursivo sobre o locutor.

[...] **persuade-se pelo caráter [= *ethos*] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé**; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador (ARISTÓTELES, apud MAINGUENEAU, 2008, p.13, grifo nosso).

<sup>43</sup> Filósofo holandês (1632-1677). Autor de do livro **Ética**, cuja primeira tradução brasileira contemporânea foi pela Autêntica Editora, em 1950.

<sup>44</sup> Prof. Dr. Antônio Moser. **Ética, Valores e Educação**. Disponível em <http://www.antoniomoser.com>. Acesso em 01 Nov 2013.

Essa perspectiva de análise do discurso através da retórica, ou seja, da mensagem que traz em si elementos que dentro de um determinado contexto histórico, pode ser aproveitada nessa empreitada de se compreender a formação do *ethos* militar, pois a retórica, os discursos oficiais, a fala dos comandantes e dos superiores são mensagens assimiladas prontamente, sem nenhuma margem ou possibilidade de questionamentos. Tidas como verdades absolutas as palavras ou discurso de uma autoridade militar são introjetadas nos sujeitos, pois uma postura que se cobra cotidianamente do militar é a de “não ponderação”. Ao militar não cabe à prerrogativa de “questionar o ato do superior hierárquico” e a premissa básica é que o superior sempre tem razão.

Segundo a teoria sociológica weberiana<sup>45</sup> os homens veem o mundo que os cerca a partir de seus valores que são compartilhados é claro, mas são inculcados, introjetados (subjetivados) de modos distintos, conforme o processo de interação em que o indivíduo está inserido, onde,

[...] um mesmo meio cultural pode assumir significados diferentes para os diferentes indivíduos nele imersos e, no momento da ação, ocasionar diferenças de comportamentos conforme o modo de assimilação dessa cultura, e, sobretudo conforme *os diferentes tipos de racionalidade empregados pelos indivíduos*. (WEBER, apud RODRIGUES, 2004, p. 61, grifo do autor).

O termo *ethos* adquire diferentes formas e conceitos a depender da área que faz uso dele. Seu sentido varia e não há como pensar numa forma específica e única de utilização do termo, pois o mesmo se presta a múltiplas aplicações.

De fato, esse termo *ethos* – de resto, não mais que sua tradução *mores* em latim – não tem um valor unívoco em grego. Há um sentido pouco especificado que se presta a múltiplos investimentos: na retórica, na moral, na política, na música [...] Mesmo que só consideremos os textos de Aristóteles, constatamos que o *ethos* é objeto de diferentes tratamentos na *Política* e na *Retórica*. Na *Ética a Nicômano* ou na *Política*, **trata-se efetivamente do *ethos* característico de um grupo, de seus traços de caráter, suas disposições estáveis**. (MAINGUENEAU, 2008, p.15, grifo nosso).

Alguns, como C. Kerbrat-Orecchioni (apud MAINGUENEAU, 2008), associam a noção de *ethos* aos hábitos locucionais partilhados por membros de uma comunidade.

Tal “*ethos* coletivo” constitui, para os locutores que o partilham, um quadro invisível e imperceptível. **É muito razoável supor que os diferentes comportamentos de uma mesma comunidade obedecem a uma certa (sic) coerência profunda e, então, esperar que sua descrição sistemática permita distinguir o “perfil comunicativo”, ou *ethos*, dessa comunidade (ou seja, a sua maneira de se comportar e de se apresentar nas interações – mais ou menos caloroso ou frio,**

---

<sup>45</sup> Max Weber, (1864-1920), Sociólogo alemão.

**próximo ou distante, modesto ou imodesto, “sem constrangimentos” ou respeitoso do território alheio, suscetível ou indiferente à ofensa etc.).** (KERBRAT-ORECCHIONI,1996, apud MAINGUENEAU, 2008, p.16, grifo nosso).

No clássico *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o Sociólogo Alemão Max Weber também trabalha com o conceito de *Ethos* para designar o comportamento específico de um grupo social - os protestantes. Weber (2002) parte do princípio de que o modo de vida, os costumes e os hábitos deles propiciaram um “espírito do capitalismo”<sup>46</sup> que o permitiu avançar e se tornar o que é hoje. Não por acaso, a maior potência econômica mundial nos dias de hoje, os Estados Unidos, é um país majoritariamente protestante. Assim Weber definiu os protestantes:

De fato, o que nos é aqui pregado não é apenas um meio de fazer a própria vida, mas uma ética peculiar. A infração de suas regras não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever. Essa é a essência do exposto. Não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um ethos. Essa é a qualidade que nos interessa. (WEBER, 2002, p. 46).

Weber (2002) destaca que o capitalismo se desenvolveu em outros países e que sempre existiu fora dos EUA, no entanto seu desenvolvimento foi diferenciado nos países protestantes; o capitalismo

[...] assume nesse outro o caráter ético de uma regra de conduta de vida. [...] O capitalismo existiu na China, na Índia, na Babilônia no mundo clássico e na Idade Média. Mas em todos esses casos, como veremos, o ethos particular faltou.” [...] Tudo isso dominava a conduta do negócio e, diríamos, está na base do *ethos* desse grupo de homens de negócio. (WEBER, 2002, p. 46)

Assim, diante dessa exposição teórica, temos que o *ethos* pode ser concebido como convencional, culturalmente transmitido e essencialmente praticado, como o *ethos* militar presente na ação da prática pedagógica militar. “É evidente que existe para um dado grupo social determinados *ethos* fixados, que são relativamente estáveis, convencionais.” (MAINGUENEAU, 2008, p.16).

**[...] o ethos é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro; – é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio histórica.** (MAINGUENEAU, 2008, p.16, grifo nosso).

---

<sup>46</sup> “O conceito de espírito do capitalismo é usado aqui no sentido específico de espírito do capitalismo modernos” – Max Weber (2002)

Essa discussão apresentada tem o intuito de subsidiar a proposta da pesquisa, analisando o *ethos* de uma forma mais geral, que implica na adesão dos sujeitos (alunos) a certas normas e práticas tipicamente militares que são apresentadas tanto na forma de discurso oral – através da persuasão por meio de argumentos - quando na forma de discurso escrito – coação – contido nas normas, regulamentos, Leis, etc. Essa aplicação do *ethos* na prática pedagógica dos alunos do Sistema dos Colégios Militares se faz tanto na repressão física quanto psicológica. Podemos dizer que “Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade” (MAINGUENEAU, 2008, p.17)

Dentro do escopo conceitual que delimitei para a pesquisa, a aplicação do *ethos* conjuga aspectos psicológicos com coação física, através do controle extremo da expressão corporal, dos gestos, da padronização da fala, da indumentária e dos cortes de cabelos impostos aos alunos dos Colégios Militares. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, “[...] **o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento**”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 18, grifo nosso).

Em sua dissertação de Mestrado em História, Kleber da Silva Tavares traz uma discussão interessante que vem ao encontro dessa pesquisa. Seu tema foi **A ÉTICA CASTRENSE E A INTERVENÇÃO MILITAR COMO RECURSO DE MANUTENÇÃO DA ORDEM INSTITUCIONAL**. Tavares (2008) parte da ideia de que o movimento militar de 1964, quando os militares derrubaram do poder o presidente João Goulart, fora todas as questões políticas, econômicas, ideológicas que estavam em pleno turbilhão naquele momento histórico. O que motivou os militares a agirem foi uma ética própria, um chamamento, uma postura da qual os militares se viam naquele momento, como únicos capazes de “proteger” a Nação dos perigos que a ameaçavam, ou seja, do comunismo. Tavares trabalha com a tese de que a ética militar foi fator imprescindível para o desencadeamento do golpe de 64, e para isto o autor faz toda uma análise história da Instituição Exército Brasileiro.

Em seu primeiro capítulo, Tavares (2008) faz justamente o percurso teórico para demonstrar as diferenças entre os termos: ética e *ethos*. Segundo ele, na distinção entre os termos – ética e *ethos*, Lima Vaz (2008) apresenta algumas questões pertinentes que merecem ser colocadas aqui. Para ele, *ethos* quando analisado em sua origem semântica, apresenta duas acepções que o definem e que podem ser entendidas como costumes:



[...] O *ethos* designa a morada do homem. *Ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro [...]. Este sentido de um lugar de estrada permanente e habitual de um abrigo protetor [...] que dá origem à significação do *ethos* como costume [...] (LIMA VAZ, 1988, apud TAVARES, 2008, p. 38).

Lima Vaz (1988, apud TAVARES, 2008) caracteriza *ethos* como o comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos. Assim, o *ethos* se estrutura em um movimento circular, entre o costume e o hábito, desembocando numa práxis. Em sua definição, *ethos* aparece como a experiência vivida na concretude. Trata-se do homem empírico: o homem agindo de maneira racional, sujeito da ação. O esquema abaixo serve para visualizarmos como Tavares (2008) trabalha a questão do *ethos* como uma práxis.

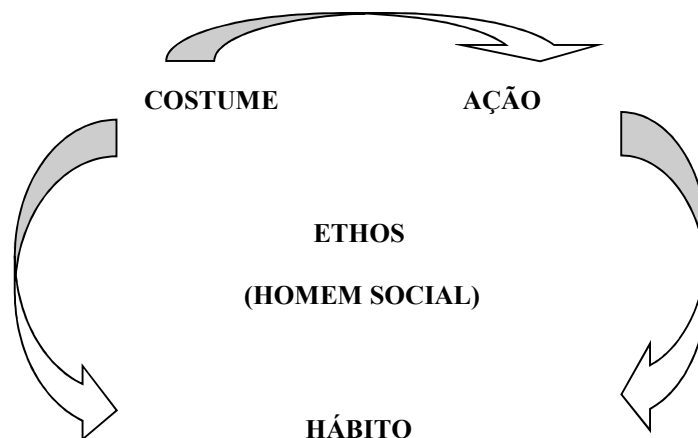


Figura 05 – ETHOS (HOMEM SOCIAL)  
Fonte: TAVARES (2008)<sup>47</sup>.

Dessa forma, Tavares (2008) vai buscar em Platão e Aristóteles os fundamentos para expressar essas diferenças entre *ethos* e ética.

Assim, quando o estudo se faz numa perspectiva aristotélica, se é orientado a entender a ética como campo de reflexão, que se localiza no próprio mundo concreto, o que leva, neste caso, a se identificar ética como um sinônimo de *ethos* e/ou moral. Em contrapartida, quando a referência é Platão, inclina-se a dividi-la em dois universos, que, embora não percam sua interdependência, atuam em espaços diferentes. *Ethos* e/ou moral passa a ser observado como as ações que se processam no mundo real, e Ética, a reflexão crítica da realidade que está numa outra esfera. (TAVARES, 2008, p. 39)

Tavares (2008) explica que essa divisão posta por Platão é consequência da própria

<sup>47</sup> TAVARES, Kleber da Silva. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2008. p. 39.

separação que ele faz em suas reflexões filosóficas, “[...] como a que ocorre no famoso texto “o mito da caverna”, onde expressa que a visão de dentro da caverna é somente sombra do que está do lado de fora”. (MARCONDES, 2007, apud TAVARES, 2008, p. 39). Nesse sentido, qualquer análise feita a partir de fatos concretos é incompleta, isto porque as ações que se verificam no mundo aparente representam apenas sombras da realidade que precisam ser compreendidas em um plano superior.

Assim, para Platão, ética estaria no mundo das ideias, enquanto o *ethos* está imerso no mundo prático. Ao contrário, porém, para Aristóteles, ética é igual a *ethos*, sendo que ambos estão inseridos nos mundos real e sensível. (TAVARES, 2008). Dessa forma, em Aristóteles, a reflexão crítica se processa dentro da própria realidade concreta, diferentemente do que propõe Platão, quando os dois termos aparecem separados. “[...] Para Platão, a realidade deve ser pensada em uma dimensão superior, que está além da experiência real. Assim, a ética de Platão vai ser chamada de ética metafísica.” (TAVARES, 2008, p.39). O termo *ethos* passa a designar as ações (hábitos e costumes) do homem empírico.

Rios (1998)<sup>48</sup> vai também ao encontro dessa proposta conceitual de *ethos*, quando faz distinção entre ética e moral: “Ética vem do grego *ethos*, que significa costume, jeito de ser, caráter (no sentido de marca)”. (RIOS, 1998, p. 123).

A especificidade da profissão militar é consolidada numa percepção de pertencimento à instituição. A admissão de um militar nas fileiras do Exército, por exemplo, é chamada de incorporação, ou seja, no sentido de “juntar num só corpo”, “reunir-se”. Assim os quartéis são chamados “Corpo de Tropa”.

São exatamente os costumes diferentes que dão uma configuração diferente às diversas culturas. Daí o significado do *ethos* como configurador de uma cultura, diferenciador de formas de o homem se relacionar com o mundo e com os outros. (RIOS, 1998, p. 123).

Essa aplicação do *ethos* nos alunos dos Colégios Militares pode ser compreendida se pensarmos na maneira como eles se apresentam diariamente: fardados como militares; possuem e ostentam sistemas de graduações; perfilam em dispositivos junto com a tropa de militares profissionais; são-lhes cobradas atitudes inerentes ao militarismo, como continências e os sinais de respeito para com os superiores hierárquicos; enfim, os alunos “incorporam” as atitudes, os gestos, o linguajar próprio e, principalmente, a postura do militar.

---

<sup>48</sup> RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e Interdisciplinaridade. In: Didática e Interdisciplinaridade. FAZENDA, Ivani. Campinas: Papirus, 1998.

Apesar desta pesquisa não ter como proposta a utilização de entrevistas, por impedimentos éticos, essa “deficiência” foi suprida pela leitura das pesquisas indicadas no Estado da Arte onde contamos com diversos trabalhos que utilizaram essa técnica e que me serviram de base. Desse modo foi possível perceber o resultado da aplicação do *ethos* através do depoimento de alguns ex-alunos extraídos de uma tese de doutorado referenciado abaixo, para ilustrar com um caso real.

**A formação disciplinar, baseada na relação superior inferior me fez sentir muitas vezes inferiorizada, destituída de visão crítica a respeito das coisas que aconteciam à minha volta, a respeito até do que eu lia.** Eu sentia que os próprios professores não tinham muita liberdade em sala de aula, pareciam estar amarrados. **Não nos foi ensinado a pensar criticamente.** Somente depois que saí do colégio é que pude perceber tudo isso. **Certa vez o comandante da companhia (5ª série) me torturou psicologicamente porque havia chegado à sala de aula 5 minutos atrasada e a professora não havia permitido minha entrada.** O comandante dizia que estava muito decepcionado, dizia que ligaria para minha mãe, que eu iria perder pontos no comportamento, eu chorava, chorava e ele ainda ria de mim. Uma outra vez, uma dupla de monitores pegou fez intrigas entre eu e uma outra amiga, a Leila, só porque estávamos usando walkman no trajeto de volta da educação física para o recreio. Eles pegaram nosso walkman, chamaram uma de cada vez e além de dar um sermão, tentaram fazer a cabeça de uma contra a outra. **O autoritarismo só me prejudicou. Perdi autoconfiança, me sentia inferiorizada. Olhava para todas as pessoas como se fossem autoridades e eu nada.** Somente com o tempo e terapia tenho conseguido modificar aos poucos isso em mim. (MORGANA). (REZENDE, 2009, p. 101, grifo nosso).

Através dos costumes, das tradições, das histórias da Instituição, os alunos acabam por trazer consigo os deveres que se instituem no âmbito do convívio social nos Colégios Militares. A inculcação do *ethos* tangencia o comportamento dos alunos que

[...] se acostumam e julgam adequado aquilo que se acostumaram, e o passo seguinte, é determinar aquilo que é ação costumeira como dever, como norma, como lei, como forma de comportamento que deve ser seguida pela sociedade [instituição]. Esse dever aparece no nosso horizonte como algo bom, algo que se relaciona com o bem. (RIOS, 1998, p. 123)

As diversas definições de *ethos* através de diferentes olhares permitiu-me compreender em qual perspectiva esse termo seria melhor aplicado no contexto de nossa pesquisa.

Definições de Ethos	Referências
“[...] éthos se refere às características pessoais de cada um, as quais determinam que virtudes e que vícios cada indivíduo é capaz de praticar.”	CHAUÍ (2003).
“[...] ethos aponta para um modo próprio de ser e de viver onde se "abriga" o humano”.	MOSER(2010).
“[...] Tudo isso dominava a conduta do negócio e, diríamos, está na base do ethos desse grupo de homens de negócio.”	WEBER(2002).
[...] o ethos é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o	MAINGUENEAU

outro”. “[...] o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento”.	(2008).
“[...] que dá origem à significação do ethos como costume [...].”	VAZ (1988).
“[...] ethos está imerso no mundo prático”.	TAVARES(2008).
[...] Ética vem do grego ethos, que significa costume, jeito de ser, caráter (no sentido de marca). [...] Daí o significado do ethos como configurador de uma cultura, diferenciador de formas de o homem se relacionar com o mundo e com os outros.”	RIOS(1998).
“O espírito que anima uma coletividade, instituição, e que marca suas realizações ou manifestações culturais.”	FERREIRA(2000).

#### QUADRO 06 – DEFINIÇÕES DE ETHOS

Fonte: Organização do Autor

Dentro da perspectiva interdisciplinar desse vasto quadro conceitual, o sentido que atribuo a *ethos* militar pode ser assim sintetizado: “*Ethos*, em grego antigo, designa, antes de tudo uma maneira de se comportar, uma forma de viver. [De um indivíduo ou de um grupo de indivíduos]” (POL DROIT, 2012, p. 48); e, ainda, “[...] o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 18, grifo nosso).

Como nos diz Mello no processo da

[...] pesquisa interdisciplinar a experiência é submetida a uma seletividade que determina o que deve ser retido e pode ser objetivado, conservado e/ou acumulado, constituindo o acervo de conhecimento, que inclui conhecimento da situação e de seus limites, permitindo a “localização” na ciência e seu manejo de forma apropriada (MELLO, 2004, p. 112, grifo da autora)

Neste trabalho foi estabelecido uma combinação orgânica entre várias ciências procurando as convergências de olhares sobre a questão do *ethos* no mundo prático da vivência em Colégios Militares.

#### 2.4 A INVENÇÃO DO EXÉRCITO: A IDENTIDADE NA DOCTRINA MILITAR

Minha intenção é uma imersão no pensamento militar visando compreender, em face de seus valores e de sua cultura organizacional, quais manifestações daquele segmento estão presentes na composição do *ethos* dos alunos dos Colégios Militares.

Segundo Gaio (apud ANDRADE JUNIOR, 2005), durante vários anos a interpretação acadêmica sobre os militares brasileiros, particularmente em relação a sua tendência para intervir na arena política, girou em torno do grau de independência deles como atores políticos em relação às classes, grupos e partidos.

E isso passa por uma interpretação que prioriza a investigação da existência de uma ética construída em anos de história e que é cultivada ao longo dos aproximadamente 35 anos de um militar de carreira na ativa. Valores que são sistematicamente trabalhados, desde o ingresso nas escolas de formação, ainda na juventude, passando pelas escolas de aperfeiçoamento e especializações. Conceitos que são alimentados por uma eficaz rede de comunicação, onde os livros e periódicos, editados pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX), o culto aos heróis e a ativa política de preservação da memória (museus, bibliotecas, arquivos) exercem importante função de coesão ética. (TAVARES, 2008, p.20)

#### **2.4.1 – A identidade militar**

A atmosfera que cerca os cerimoniais do Exército estão imersos numa simbologia que remete ao passado da instituição.

Quem assiste a uma cerimônia de formatura dos novos oficiais do Exército brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), dificilmente deixa de sentir-se imerso na atmosfera de tradição que cerca o evento. Vários elementos sugerem a herança de um passado imemorial: o espadim, cópia em miniatura da espada de Caxias, patrono do Exército; a entrada de cadetes no pátio principal trazendo bandeiras e estandartes, a aparição dos formandos vestindo uniformes históricos etc. (CASTRO, 2002, p.9).

Quando fala-se em identidade, logo vêm em nossa mente as identificações normativas ou descritivas de uma pessoa. Nesse contexto, a identidade adquire uma conotação de um conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa. Entretanto, identidade é um conceito carregado de significações que perpassam à mera descrição física de uma pessoa. Atrélado a esse conceito está implícito a influência da cultura, as características da personalidade, a história de vida passada e presente do indivíduo.

A questão da identidade é discutida em várias áreas do conhecimento, como em história, antropologia, sociologia, psicologia social dentre outras, portanto somente a partir de uma metodologia interdisciplinar podemos ter a dimensão de sua amplitude. Na questão da identidade metamorfose ela é abordada a partir de uma visão psicossocial, em um diálogo entre a Psicologia Social, a História e a Antropologia. Essa abordagem é feita a partir da interação entre indivíduo e ambiente social em que está inserido, sendo um processo dinâmico de transformações permanentes.

A identidade traz consigo a capacidade do indivíduo se descobrir, se aperceber como um sujeito único, num mundo cheio de significações e representações. Essa tomada de consciência de si mesmo no mundo, ocorre quando o sujeito toma consciência da realidade que o cerca. A identidade traz consigo não só as características inerentes ao indivíduo, pois agrupa,

também, várias ideias como a noção de permanência, de pertencimento a um grupo com a qual o sujeito se identifica.

Logicamente que em alguns aspectos as características individuais são imutáveis e permanentes, como o nome pelo qual o sujeito se identifica; a família a qual ele pertence; ao país que ele nasceu; enfim, todos esses aspectos são relevantes, pois nos dão a noção de unidade. Essas características nos distinguem uns dos outros e é a principal diferenciação entre o “eu” e o “outro”.

Dentro dessa perspectiva da identidade metamorfose em contraposição a percepção da identidade como algo estático, imutável e determinista, verifica-se a pertinência ou não de se falar de identidade própria de um grupo específico: Trata-se da categoria com suas especificidades profissionais que advoga para si uma identidade própria.

Teoricamente, e pensando em bases internacionais, pode-se dizer que a identidade individual e os sentimentos de autoestima e satisfação de um soldado estão vinculados a seu senso de participação e integração em uma identidade coletiva maior. Um senso de honra compartilhado serve de ligação entre o soldado individual e a identidade coletiva ou corporativa. A formação da identidade pessoal ocorre por meio da socialização, que envolve uma contínua revisão da autoimagem do indivíduo. O treinamento do Exército visa a transformar um civil de mentalidade independente em um soldado disciplinado cuja autoestima provém da fusão de sua individualidade com os coletivos e as exigências de sua Unidade. (IKEGAMI, apud MACCANN, 2009, p.35)

A constituição (características) dos militares é padronizada no mundo todo, por isso a estrutura organizacional segue o mesmo padrão das organizações burocráticas modernas. Segundo Weber (1982), A burocracia moderna funciona segundo algumas formas específicas. “Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas” (WEBER, 1982, p. 229). Weber (1982) destaca que a autoridade de dar ordens necessárias à execução desses deveres oficiais se distribui de forma estável, sendo rigorosamente “[...] delimitada pelas normas relacionadas com os meios de coerção, físicos, sacerdotais ou outros [militares], que podem ser colocados à disposição dos funcionários e autoridades”. (WEBER, 1982, p. 229).

Essa estrutura organizacional militar, pautada na burocracia moderna, tem na verticalização dos postos de comando sua característica principal e seus sustentáculos são a hierarquia e a disciplina.

Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual há uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. [...] O princípio da autoridade hierárquica de cargo encontra-se em todas as organizações burocráticas: Estado e nas organizações

eclesiásticas, bem como nas grandes organizações partidárias e empresas privadas. (WEBER, 1982, p. 230).

A organização militar se diferencia das organizações civis quanto ao fim que se destina, ou seja, o preparo para a guerra. Assim, os militares possuem um *ethos* próprio que serve de guia de conduta profissional, um código de conduta próprio e um sistema de linguagem, um vocabulário que os diferenciam e os tornam singulares.

Honra, dever, país e disciplina são lemas do vocabulário militar no mundo todo. O Exército czarista russo nas décadas de 1880 e 1890 mantinha tribunais de honra regimentares que determinavam como os oficiais ofendidos deveriam responder a insultos. Na Rússia “a defesa da honra era característica fundamental da identidade coletiva do corpo de oficiais. Um insulto à pessoa do oficial, a seu regimento, ao exército como um todo ou ao czar requeria resposta instantânea. Duelos de honra eram comuns em muitas sociedades do século XIX. (MAcCANN, 2009, p.36)

Pensar na questão da identidade militar, necessariamente nos remete a uma importante concepção de identidade que é a psicossocial descrita por Ciampa (1984), quando a identidade é pensada como um processo metamorfósico, ou seja, a identidade estaria sujeita às diversas mudanças pelas quais passam o sujeito, e essas mudanças interferem em seu processo de formação de sua identidade. Todas as manifestações culturais nos cerimoniais do Exército têm o objetivo de reforçar essa identidade militar através da manutenção do *ethos*.

**Essas cerimônias e símbolos permitem, através da evocação do passado, construir a identidade social do Exército, o sentimento de algo que permanece para além das mudanças.** Nesse processo, o próprio Exército inventa-se enquanto instituição. É necessário precisar desde logo o sentido em que uso a palavra “invenção”. Não se trata, em absoluto, de uma concepção do termo que denote algo supostamente falso ou mentiroso, por oposição a algo autêntico ou verdadeiro. Não há, portanto, qualquer julgamento de valor negativo na escolha dessa palavra. Minha perspectiva é parcialmente inspirada pela noção de “invenção das tradições”, consagrada por Eric Hobsbawm (CASTRO, 2002, p. 10, grifo nosso).

Do ponto de vista sociológico, na vida cotidiana, desempenhamos os chamados papéis sociais distintos. Somos obrigados pela dinâmica da vida social a exercer vários papéis no dia a dia. Em cada instância da vida social estamos fadados a nos adaptarmos e a nos enquadrarmos nas diversas normas que regem os grupos sociais específicos. Nesse aspecto a identidade psicossocial está vinculada justamente à realidade social na qual o indivíduo está inserido. Sua posição social, sua estrutura e modelo familiar, suas práticas religiosas, seus costumes e as tradições que segue, enfim, tudo influencia nesse processo de construção da identidade da pessoa, por isso cada atividade toma forma a partir dos papéis que desempenhamos, dos personagens que representamos nas diversas situações de nossas vidas. Portanto, identidade é, para a visão psicossocial, movimento constante.

#### 2.4.1.1 Identidade individual e a sócio grupal:

A identidade tem sido amplamente estudada na área da psicologia social por autores como Tajfel (1983), Sawaia (2001), Ciampa (2001) e Souza (2004). Segundo Ciampa,

Não podemos isolar de um lado todo o conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais, etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isto porque há como que uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada pressupõe um processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado (CIAMPA, 1984, p. 65).

Ciampa (1984) nos dá o exemplo de uma criança, que antes de nascer já é representada efetivamente como “filho” de alguém, pertencente a uma determinada família. “[...]posteriormente, essa representação é assimilada pelo indivíduo, de tal forma que seu processo interno de representação é incorporado na sua objetividade social como filho daquela família.” (CIAMPA, 1984, p. 65).

No entanto, segundo Ciampa (1984), devemos levar em conta outros fatores que não os da representação. Neste sentido, um indivíduo ao nascer vai reforçando sua conduta como filho pelo aspecto operativo e não só representativo.

Desta forma, a identidade do filho, se de um lado é consequência das relações que se dão, de outro - com anterioridade – é uma condição dessas relações. Ou seja, é pressuposta uma identidade que é repostada a cada momento, sob pena de esses objetos sociais “filhos”, “pais”, “família”, etc., deixarem de existir objetivamente (ainda que possam sobreviver seus organismos físicos meros suportes que encarnam a objetividade do social) (CIAMPA, 1984, p. 66).

Essa concepção, segundo Ciampa (1986), traz em si uma complexidade, pois traduz a identidade como um processo estático, pronto e acabado.

Isto introduz uma complexidade que deve ser considerada aqui. Uma vez que a identidade pressuposta é repostada, ela é vista como dada – e não como se dando num contínuo processo de identificação. É como se uma vez identificada a pessoa, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto. Na linguagem corrente dizemos “eu sou filho”; dificilmente alguém dirá “estou filho”. (CIAMPA, 1984, p. 66)

Dentro da perspectiva de que devemos agir de acordo com o que somos, vamos nos reatualizando,

[...] através dos rituais sociais uma identidade pressuposta que assim é repostada como algo já dado, retirando em consequência o seu caráter de historicidade, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social. (CIAMPA, 1984, p. 66).



A identidade deve ser vista pela totalidade, pela relação do sujeito com o contexto social em que está inserido. Para Ciampa (1994), identidade é metamorfose, mudança, processo: “Identidade é história. Isto nos permite afirmar que não há personagens fora da história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens” (CIAMPA, 1994, p. 157). Assim, já que a identidade é pensada como um processo dinâmico pode-se falar de identidades de grupos específicos isolados do todo a que pertencem? Poderíamos classificar a categoria militar como detentora de uma identidade de grupo, que os definissem como únicos?

A atividade militar, como vimos, é totalmente diferenciada de qualquer outra atividade profissional. Pelas suas especificidades, o militar, a priori, não possui as garantias e os direitos que são assegurados aos civis. A sua identificação pessoal é própria da instituição, a farda o distingue, sua aparência é estipulada e imposta pela instituição, seus gestos e comportamentos são controlados no meio civil.

Comum a todos os casos seria a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através de recurso à invenção de cerimoniais e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico (CASTRO, 2002, p. 11).

Com todas essas especificidades profissionais, é normal que os militares pensem, vejam e sintam-se diferentes, esses são possuidores de uma identidade única que os diferenciam dos demais brasileiros. Assim, o militar é militar ou está militar? Como distinguir essas situações, quando os regulamentos e estatutos regulam suas vidas dentro e fora da caserna, do exercício pleno de sua atividade profissional até em suas horas de lazer?

O caráter temporal da identidade fica restrito a um momento originário, quando nos “tornamos” algo; por exemplo, “sou professor” (= “tornei-me professor”) e desde que essa identificação existe me é dada uma identidade de “professor” como uma posição (assim como “filho” também). Eu como ser social sou um ser posto (CIAMPA, 1984, p. 66).

Segundo Ciampa (1984), cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações.

Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. Quando estou frente a meu filho, relaciono-me como pai; com meu pai, como filho; e assim por diante. Contudo, meu filho não me vê apenas como pai, nem meu pai como portador de um único papel, mas sim como representante de mim, com todas minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto. Desta forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade

de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. Este jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantido pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo em que reagem sobre ela conservando-a ou a transformando. (CIAMPA, 1984, p.67, grifo nosso)

Dentro desse contexto, à luz das reflexões de Ciampa, não há como se falar de uma identidade grupal, única e definitiva. Pela sua ótica, possuímos várias identidades, assim como representamos vários papéis sociais no nosso cotidiano, cada um desses papéis requer uma forma de “identidade”. Nessa “intricada rede de representações que permeia todas as relações”, ocorre que uma identidade reflete nas outras, “desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas” (CIAMPA, 1984, p. 67).

Entretanto, segundo Rodrigues (2006), quando os membros de uma profissão têm em comum a sensação de *unidade orgânica* e de *autoconsciência* como um grupo que difere dos leigos, tem-se a corporatividade, que implicaria numa identidade de grupo.

Essa identidade coletiva tem origem na disciplina diuturna, no treinamento indispensável à competência profissional, no vínculo comum de trabalho e na solidariedade com uma responsabilidade social única. O oficialato é uma profissão pública burocratizada. A estrutura corporativa do corpo de oficiais inclui não apenas burocracia oficial, mas também sociedade, associações, escolas, publicações, costumes e tradições. O espaço profissional do oficial abrange proporções maiores de suas atividades. (RODRIGUES, 2006, p. 42).

Castro (2002) nos lembra de que a invenção cultural [que dá sustentabilidade a identidade militar] não se dá num terreno absolutamente livre e sim num campo de possibilidades históricas e culturalmente limitado. “O passado é recriado por referência a um estoque anterior e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob risco de não vingar.” (CASTRO, 2002, p. 11). Difícil de mensurar sociologicamente, a categoria militar não nos permite nem ao menos enquadrá-los dentro da estratificação social da sociedade moderna,

Por outro lado, seria praticar uma forma de reducionismo conceptual analisar os militares como uma classe social. não existe uma classe militar, mas um subsistema social militar, integrado por pessoas de diferentes extratos econômicos, exercendo desde as funções subalternas de execução às de direção, passando pelas intermediárias de planejamento e coordenação (FIGUEIREDO, apud LUCHETTI, 2006, p.13).

O *ethos* próprio dos militares, que os diferencia, é uma norma de conduta, uma prática social, uma concepção de mundo, é uma ação social específica que os militares, enquanto um grupo - um corpo institucional – executa (reinventa) no seu cotidiano.

#### 2.4.1.2 Em busca de uma identidade “militar”.

*“A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre”.<sup>49</sup>*

Escolhi este tópico para usarmos essa epígrafe, por considerar que retrata bem o “ser” militar, detentor de uma identidade única, diferenciada das demais categorias profissionais, ou seja, detentor de um *ethos* específico. Essa concepção é disseminada na caserna em todas as suas atividades e a ênfase na questão dessa diferença entre militar e civil é estimulada e forjada em todos os rituais e atividades militares. *“A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim”*. Esse pensamento militar de que “somos diferentes dos demais cidadãos civis”, está representado em diversos momentos históricos em que os militares tomaram ou interferiram diretamente na tomada do poder político.

A tradição intervencionista dos militares na política brasileira está, em parte, relacionada a esta identificação de detentores e guardiões da Nação. *“Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos”*. Nesse trecho podemos verificar a devoção à atividade militar, como se ela fosse um sacerdócio, um exclusivismo que somente poucos podem se identificar com esse chamamento, com esta “missão”.

*“A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre”*. Aqui temos a representação da “incorporação”, da “encarnação” da profissão, da adesão ao corpo institucional Exército Brasileiro. Algo que transcende uma simples atividade, algo como uma doação, de corpo e alma, de exclusividade, de pertencimento, de devoção e culto à profissão. No juramento militar, há uma passagem significativa que não é encontrada em nenhuma outra profissão, quando ele diz que *“[...] cuja honra, integridade e instituições, defenderei com o sacrifício da própria vida”*. Dentro desse contexto é fácil perceber por que os militares advogam para si uma identidade própria, específica e exclusivista.

---

<sup>49</sup> BRASIL, Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002. Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil. **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército. Valores, Deveres e Ética Militar** (VM 10). Brasília. 1ª Ed. 2002.

Lopes (2013)<sup>50</sup>, numa palestra sobre identidades e pós-identidades, afirma que a identidade passa por uma crise e por isso está sendo repensada em várias áreas do conhecimento. “Exatamente agora todo mundo quer falar sobre identidade e pós-identidade. A identidade só se torna uma questão, quando está em crise.” Afirma, ainda, que “Quanto há algo entendido como fixo, coerente e estável, é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.”

As questões acerca da existência humana remontam aos clássicos da antiguidade. Tais questões persistem até os dias de hoje, por isso há em curso um repensar no mundo contemporâneo. Segundo Lopes (2013) as transformações tecnológicas, econômicas e culturais dos últimos tempos demandam investigações e esforço da área das ciências humanas em tentar buscar e compreender quem somos ou em quem estamos nos tornando na vida social e isto tem motivado esse grande interesse. Atualmente na mídia, na academia, a questão das identidades vem ganhando um foco primordial. Os significados sobre quem nós somos são produzidos nas práticas discursivas em que atuamos, afirma Lopes (2013).

As relações sociais não são naturais, são construídas culturalmente. Nesse processo, a linguagem constrói o mundo e nos constrói. Segundo Lopes (2013), as identidades hoje são consideradas sem essência, principalmente nas relações de gêneros, pois os gêneros da sexualidade são construídos na vida social. Os significados sobre quem nós somos são produzidos nas práticas discursivas.

Assim não há de se falar em uma identidade que identifique um grupo específico, pois nenhum sujeito possui uma identidade pronta e acabada. Somos produtos de uma sociedade que nos constrói e reconstrói continuamente, assim somos portadores de várias identidades que se sobrepõem umas às outras diante das diversas circunstâncias do nosso cotidiano, de nossa atuação profissional e do meio cultural pelo qual transitamos.

Se, conceitualmente, não podemos falar de uma identidade que expresse a categoria militar, certamente podemos falar de um *ethos* militar, esse modo de ser, de viver e compreender o mundo com um olhar próprio. Esse olhar é construído através das práticas culturais específicas, do culto das personalidades militares, dos cerimoniais militares, da formação e da educação militar, de uma ação social prática específica, e, principalmente, pela vivência da prática diária na caserna de dois aspectos primordiais para conservação desse *ethos*: a hierarquia e a disciplina.

---

<sup>50</sup> LOPES, Luiz Paulo da Moita. Professor Titular do Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada da UFRJ. Palestra do Núcleo de Pesquisa em Estudos Culturais através de produção da CPFL. **Identidades e pós-modernidade**. Disponível em [www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br). Acesso em 05 Ago 2013.

## 2.5 O *ETHOS* PRESENTE NA DOCTRINA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL (SCMB)

O Sistema de Ensino do Exército possui especificidades que o distingue dos demais sistemas educacionais brasileiros.

Essas especificidades são determinadas pela sua finalidade, pela estrutura organizacional de ensino, pelas relações entre os subsistemas, características estas observadas nos documentos oficiais que regulamentam o ensino militar. O ensino no Exército Brasileiro é regido e regulamentado por normas específicas, contudo, em consonância com o que estabelece a legislação federal. As políticas e estratégias do ensino militar são propostas pelo Estado-Maior do Exército ao Ministro de Estado que compete aprová-las e conduzi-las. (LUCHETTI, 2006, p. 117).

Entretanto, mesmo que normatizado por leis específicas, a matriz curricular dos Colégios Militares deve estar em consonância com a legislação que rege a educação nacional. Essas especificidades, em termos práticos, determinam o Sistema Militar de Ensino e a sua política deve ser articulada em integração com a legislação vigente. O Sistema de Ensino executa essas políticas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>51</sup>.

A política de ensino do Exército visa à preparação e ao treinamento do pessoal para o planejamento e o emprego do Exército Brasileiro. Paralelo a essa função constitucional, cabe-lhes ainda: atividades de ciência e de tecnologia; atividades na área de assistências e prevenção da saúde; atividades complementares de formação profissional e a condução do ensino preparatório e assistencial.

Como Organização Militar (OM), os Colégios Militares são regidos por Leis de Ensino Específicas<sup>52</sup>, quando os atributos da área específica inerentes à instrução militar podem ser aplicados de forma adicional ao ensino aprendizagem dos alunos, sendo que a educação convencional caminha *paripassu* com as atividades eminentemente militares (*Ethos* militar), como por exemplo, podemos citar a ordem unida, os “gritos de guerra”, o uso de uniformes (fardas), condecorações, sistema de escala hierárquica, atividades físicas e competições militares, formaturas etc.

A forma de admissão nos Colégios Militares está diretamente ligada aos demais estabelecimentos de ensino militar do Exército, e a pedagogia de ensino em consonância com

<sup>51</sup> Lei Ordinária Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O seu artigo 83 reza que: “O ensino militar é regulado por lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996, p. 30).

<sup>52</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. **Lei Ordinária Federal Nr 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. “[...] Artigo 83. O Ensino militar é regulado por Lei específica, admitida à equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino [...]”.

a instrução militar profissional,

[...] Art. 5. As atividades de ensino e de instrução militar devem estar integradas, **observadas a doutrina militar**, a valorização dos recursos humanos e a busca constante do aperfeiçoamento. [...] Art. 21. A matrícula nos estabelecimentos de ensino é regida pelos regulamentos, **com a observância do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-125)** [...] (Grifo nosso)<sup>53</sup>

Os alunos dos Colégios Militares possuem esses valores inculcidos e trabalhados cotidianamente nas diversas atividades da instituição. O *Ethos* militar faz parte da rotina e da vida social dos alunos dos Colégios Militares, pois tanto seus comportamentos -internos e externos- são regulamentados pelos regimentos: Compromisso dos pais ou responsáveis<sup>54</sup>: “Nr 10. Zelar pela conduta e boa apresentação do aluno, em suas atividades externas, principalmente quando *fardados* (grifo nosso)”. O termo “fardado” ao invés do “uniformizado” representa bem a inculcação do *ethos* na regulação da vida social dos alunos.

Weber (2012) parte do pressuposto de que os seres humanos são diretamente conscientes de suas ações. A ação social [segundo Weber] seria a conduta humana, pública ou não, a qual o agente atribui significado subjetivo; “[...] acentua a importância de ser a ação social uma espécie de conduta que envolve significado para o próprio agente” (WEBER, apud LAKATOS, 1985, p.70). Dentro desse contexto, as ações que são praticadas dentro dos Colégios Militares são estritamente baseadas nos princípios norteadores do *ethos* militar profissional, a partir de seus pilares institucionais que são a hierarquia e a disciplina.

Para Weber (2012), disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas em virtude de atividades treinadas. “O conceito de “disciplina” inclui o “treino” na obediência em massa, sem crítica nem resistência” (WEBER, 2012, p. 33).

O *ethos* militar, de uma forma geral, está presente nas relações sociais dentro dos estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro, mas faz parte da prática pedagógica dos Colégios Militares, haja vista que o poder<sup>55</sup> inerente aos postos e graduações militares está presente na vida dos alunos. O Colégio Militar tem seu alicerce, também, na hierarquia militar. Para efeito de hierarquia, os alunos dos anos escolares de maior nível têm precedência, exceto

<sup>53</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. **Decreto Federal Nr 3.182, de 23 Set 1999**. (Regulamenta a Lei Nr 9.786, de 08 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências).

<sup>54</sup> Conforme termo de compromisso firmado no ato da matrícula dos alunos.

<sup>55</sup> Segundo Weber (2012, p. 33), “Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.

no âmbito do Batalhão Escolar, quando prevalecerá a precedência de postos e graduações. (CMCG/MANUAL DO ALUNO, 2011, p.54)

O *ethos* militar na rotina e na vida dos alunos dos Colégios Militares está presente no uso obrigatório do fardamento; na presença dos alunos em formaturas e cerimoniais militares, perfilados com a tropa; em usos de insígnias e condecorações nos uniformes; na distribuição dos alunos em séries por graus hierárquicos; nos gestos comuns aos militares, como a obrigatoriedade da continência individual perante um superior hierárquico e nas atividades que incentivam a disputa por méritos individuais e coletivos, como as competições em diversas modalidades esportivas de cunho militar.

A ascensão na carreira escolar, por meio de premiações, promoções e ações de comando em que os alunos podem galgar o posto de comandante, são atributos militares constitutivos do *ethos* aplicado como meio de incentivar os alunos a continuarem na carreira militar através do acesso a estabelecimentos militares de ensino, como a Escola Preparatória de Cadetes do Exército e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, dentre outras.

Weber (2012) afirma que a ação social, como toda ação, pode ser determinada.

1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado. (WEBER, 2012, p. 15)

Essa ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja esse passado, presente ou esperado como futuro (WEBER, 2012, p. 13). Nesse contexto, na relação social<sup>56</sup> entre os integrantes dos Colégios Militares, as ações sociais que culminam com a “aplicação” do *ethos* militar na vida dos alunos dos Colégios Militares, podem ser consideradas, segundo a teoria weberiana, as seguintes: Ação tradicional por costume arraigado, que é aquela que: “[...] encontra-se por completo no limite e muitas vezes além daquilo que se pode chamar, em geral, ação orientada pelo sentido.” (WEBER, 2012, p. 15); como também podemos considerar a “[...] ação racional referente a valores”, que seria aquela

<sup>56</sup> “Por “relação” social entendemos o comportamento reciprocamente *referido* quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social *consiste*, portanto, completa e exclusivamente na *probabilidade* de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade” (WEBER, 2012, p. 16, grifos do autor)

que o agente age de maneira puramente racional referente a valores, quem, sem considerar as consequências previsíveis, “[...] age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma “causa” de qualquer natureza.” (WEBER, 2012).

Há elementos constitutivos do *Ethos* militar tanto na concepção teórica da “Ação tradicional por costume arraigado”, quanto na “Ação racional referente a valores”. **Os deveres militares** emanam de um conjunto de vínculos morais e jurídicos que ligariam o militar à Pátria e à Instituição, os quais estão expressos no quadro abaixo:

<b>DEVERES MILITARES</b>
Dedicação e fidelidade à Pátria
Respeito aos Símbolos Nacionais
Probidade e lealdade
Disciplina e respeito à hierarquia
Rigoroso cumprimento dos deveres e ordens
Trato do subordinado com dignidade

#### **QUADRO 07– DEVERES MILITARES**

Fonte: *Vade-Mécum* de Cerimonial Militar do Exército. 1ª Ed. 2002.

Todo Colégio militar tem suas atividades pautadas na doutrina ideológica do Exército Brasileiro, essa é aplicada aos militares profissionais pelas Unidades Militares espalhadas por todo o país. O corpo docente de um Colégio Militar (CM) é formado por professores civis e militares, exclusivamente oficiais.

As relações de poder e o respeito irrestrito à hierarquia são características militares aplicadas cotidianamente aos alunos dos Colégios Militares, por isso, desde cedo a obediência tanto aos professores quanto aos superiores hierárquicos, militares ou alunos mais “antigos”, são valores que implicam numa relação de dominação, de fazer prevalecer a vontade do superior, que detêm o poder sobre o subordinado, não havendo, portanto, uma relação própria de alteridade, haja vista que no meio militar a autoridade é impessoal.

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), considera que as relações humanas são todas relações de poder que “[...] adquirem um papel positivo, já que elas contribuem para criar o próprio sujeito: tornando-nos o que somos graças as relações de poder que fazem de nós, em



diversos momentos, pais ou filhos, alunos ou professores”<sup>57</sup>.

Em suas clássicas obras “*Vigiar e Punir*” e “*Microfísica do Poder*”, Foucault enfatiza que o poder se exerce na sociedade não apenas através do Estado e das autoridades constituídas, mas que o mesmo se manifesta de diversas maneiras e com sentidos variados que, por vezes, passa despercebido devido à forma sutil que se apresentam a quem recebe sua influência.

Segundo Foucault (2000), *Walhausen* bem no início do século XVII, falava-se da “correta disciplina”, como uma arte do “bom adestramento”. O autor ressalta que “O poder disciplinar é com efeito um poder que em vez de se apropriar e se retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2000, p.143). Com efeito, os manuais de instrução militar tratam os períodos do ano de instrução como períodos de “adestramento”.

A utilização da indumentária no meio militar serve para padronizar a aparência e despersonalizar o indivíduo, que a partir do momento que ocorre sua “incorporação” na Instituição, ele recebe um número que passará a ser sua nova “identidade”. Posteriormente, o posto ou graduação virão sempre precedendo seu “nome de guerra”.

Segundo Foucault, (2000) a “disciplina ‘fabrica’ indivíduos”; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seus exercícios. Para o filósofo, “[...] o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.” (FOUCAULT, 2000, p.143).

Foucault faz alusão à “vigilância hierárquica”, quando diz que “o olhar disciplinar teve, de fato, necessidade de escala”. (FOUCAULT, 2000, p.147). O trabalho de Foucault que deu origem a sua obra *Vigiar e Punir*, é um estudo das diversas formas de violência nas prisões, mas a essência de sua análise se enquadra nas diversas instituições que fazem uso de sistemas normativos, da vigilância hierárquica, dos aspectos punitivos em geral, nas ações controladoras e disciplinadoras, como manicômios, presídios, escolas, quartéis, colégios militares etc.

Essa “vigilância hierárquica” da qual fala Foucault, esse “olhar disciplinar”, no âmbito dos Colégios Militares são trabalhados cotidianamente e denominados de “disciplina consciente”: **Dos Direitos e Deveres dos Alunos. V – Cultivar os preceitos da sã camaradagem**

---

<sup>57</sup> PINSANI, Alessandro, Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Revista Ciência e Vida - FILOSOFIA, Ano I, nr 02.

e **disciplina consciente**. VI- Ter o perfeito conhecimento dos regulamentos, normas, diretrizes e ordens que orientam as atividades do **corpo discente**. (CMCG/MANUAL DO ALUNO, 2011, p. 12, grifo nosso).

A partir das conceituações de Foucault, podemos perceber como a disciplina, ao lado da hierarquia, regula a vida dos discentes, tanto dentro como fora do Colégio Militar. A forte influência desse *ethos* militar é mais evidenciada na vida dos alunos filhos dos militares do que na vida dos alunos civis, pois aqueles sofrem as consequências diretas da profissão de seus pais e da vida militar, qual seja: migrações frequentes, o convívio social das Vilas Militares que são, geralmente, uma extensão dos quartéis e são educados segundo valores militares.

Segundo Teles (1986) durante toda nossa vida, nos deparamos com duas forças interiores que são antagônicas:

[...] a que nos leva a preservar a nossa individualidade, a nossa ânsia de sermos únicos, separados, originais, de termos independência e livre-arbítrio” e a que “nos impele para o outro, para o grupo, o que nos obriga, a fim de conseguirmos a aprovação e a afiliação desejadas, a nos submetemos e a nos conformarmos com imposições que vêm de fora e que restringem e nos limitam (TELES, 1986, p.149).

Teles (1986) afirma que durante o período de desenvolvimento temos várias crises, as vezes violentas, na luta pela preservação de nossa individualidade. Essa força interior pode nos levar a nos rebelar contra qualquer força oposta que queira restringir-nos. O ensino militar profissional deve primar por manter suas especificidades características da profissão, haja vista ser a atividade militar de risco e de dedicação exclusiva. O ensino nos Colégios Militares é um instrumento preparatório que visa à carreira militar, e a aplicação do *ethos* militar no Sistema dos Colégios Militares do Brasil é uma realidade que se estende, também, aos alunos que não irão seguir a carreira militar.

### 3 O ENFOQUE QUALITATIVO DA PESQUISA: TECENDO OS FIOS DA EDUCAÇÃO MILITAR

---

*“Podeis esforçar-vos por ser como eles, mas não procureis fazê-los como vós, Porque a vida não anda para trás e não se demora com os dias passados. Vós sois os arcos dos quais vossos filhos são arremessados como flechas vivas. Gibran Kalil Gibran.*

---

Cada ser humano tem suas próprias características, cada um possui o seu “DNA” impresso em sua alma. Nossos filhos não nos pertencem, assim como nosso conhecimento, pois se assim for perde sua essência. *“Vós sois os arcos dos quais vossos filhos são arremessados como flechas vivas.”* Assim como nossos filhos ganham o mundo quando estão preparados, nossos conhecimentos devem também seguir seus destinos, cumprir seu papel social, romper barreiras, construir, contribuir, expandir-se, pois ninguém pode deter o conhecimento. Como nos diz o Filósofo Francês Michel Foucault, “Mudar algo no interior das pessoas, esse é o papel de um intelectual”. Lancemos, então, nossos conhecimentos como flechas vivas, que eles encontrem outros saberes e, numa perspectiva interdisciplinar, se reproduza e retorne para nós.

#### 3.1 ACERCA DA PESQUISA QUALITATIVA

Em pesquisa qualitativa não se recolhem dados ou provas com o objetivo de confirmar ou refutar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando. (MELLO, 2004, p. 26).

Dentro da perspectiva de Mello (2004) tomei como instrumento metodológico uma pesquisa qualitativa que se enquadra num *Estudo de Caso histórico organizacionais* quando o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição, no nosso caso os Colégios Militares, onde temos que

[...] a pesquisa qualitativa tem como fonte direta de dados o ambiente natural, constituindo-se o investigador seu principal instrumento. Ela é também descritiva, interessando-se mais pelo processo do que simplesmente pelo resultado do produto. Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva e o significado é de importância vital (BOGDAN&BIKLEN, apud MELLO, 2004, p.22)

Segundo Mello (2004), “[...] ao recorrer aos dados descritivos, o investigador qualitativo procura analisar toda a riqueza de informação neles contidas.” (MELLO, 2004, p. 26). A autora assinala a importância do pesquisador não utilizar-se de procedimentos sistemáticos que possam ser previstos em passos ou sucessões como uma escala em direção à generalização. Dessa forma, o quadro vai se constituindo à medida que se recolhem e examinam as partes.

O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início “ou no topo” e vão se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeja utilizar parte do estudo para reconhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação (MELLO, 2004, p. 26).

Considerando a natureza dessa pesquisa, o material para análise e compreensão teve como informação os seguintes documentos: arquivo pessoal, pesquisa nos sites dos grandes Centros de Formação Militar como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), a Escola de Estado Maior do Exército (EsEME) e da Escola de Administração do Exército (EsSAEx).

A revisão da literatura especializada e o levantamento historiográfico sobre a origem do ensino militar no Brasil, bem como sobre o surgimento e a concepção inicial das doutrinas dos Colégios Militares Brasileiros nos permitiu entender qual a dinâmica e a estrutura organizacional do Sistema de Ensino dos Colégios Militares do Brasil e como ele foi concebido. Toda a leitura documental foi orientada pelas questões: Quem já escreveu sobre o tema? O que foi publicado sobre o assunto? Quais os aspectos abordados? Quais as lacunas existentes?

A Instituição Colégio Militar foi analisada a partir de seu *corpus jurídico*, - fontes primárias: Leis, Regulamentos, Portarias Ministeriais, Manuais e o Regimento Interno do Colégio Militar de Campo Grande. Analisei também as diretrizes da DEPA para o ensino específico nos Colégios Militares do Brasil visando entender quais as orientações pedagógicas e suas implicações na aplicação do *Ethos* militar na rotina dos alunos do Colégio Militar de Campo Grande.

Com base em documentos oficiais, busco descrever como é a estrutura administrativa, pedagógica e operacional da DEPA, demonstrando como funciona o seu sistema hierárquico dentro da estrutura educacional do Exército Brasileiro. Para tanto descrevo o complexo organograma da instituição; sua dinâmica pedagógica; sua ideologia e seus objetivos específicos em curto, médio e longo alcance.

Dentro da percepção dos aspectos culturais do Exército incorporados aos alunos dos Colégios Militares, busquei analisar como a utilização da indumentária está diretamente relacionada ao *Ethos* militar, através da disposição e distribuição dos alunos por graus hierárquicos dentro das diversas séries do ensino básico, como funcionam e quais os aspectos objetivos e subjetivos dessa hierarquização. Nessa avaliação da indumentária destaquei também outros aspectos, como a postura e o comportamento dos alunos quando fardados, seus cortes de cabelo e sua apresentação individual em cada etapa dos cerimoniais militares, tudo através da análise do manual do aluno do CMCG/2011.

Minha escrita visa contribuir com o debate sobre a educação militar no Brasil, partindo de uma ampla pesquisa documental onde buscamos, através da técnica de análise de conteúdo, identificar, nos documentos relativos à normatização do funcionamento dos Colégios Militares do Brasil, os elementos que possam nos remeter aos constructos do *ethos* militar presente, de forma oculta ou aparente, na proposta de ensino dos Colégios Militares, visando à compreensão científica acerca de determinados recortes da realidade sócio-educacional-militar.

Devido a multiplicidade e diversidade de regulamentos e leis que regem o Sistema dos Colégios Militares do Brasil, enfatizei neste trabalho a relevância dos documentos de linguagem escrita. Nesse contexto apresento como fonte de pesquisa o Regimento Interno dos Colégios Militares, o Manual Interno do Colégio Militar de Campo Grande e o Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército, por acreditar que esses são suficientes para as intenções desse trabalho.

Como produto de uma sociedade, o documento manifesta o jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço. (CAMPELO DA SILVA et al, 2009, p. 4556)

No cerne da discussão busco, a partir de um olhar cuidadoso e crítico de fontes documentais, compreender as especificidades da educação militar. Nessa perspectiva, através da técnica de análise de conteúdo, a investigação permitiu identificar uma problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelos militares e que revelam o seu modo de ser, viver e compreender o mundo, ou seja, busco compreender um fato social específico, qual seja, o *ethos* militar.

### **3.1.1 Pré-análise: Leitura flutuante, escolha dos documentos e preparação do material empírico**

Uma pesquisa que tem por base um trabalho com fontes primárias é compreendida em dois momentos distintos: o primeiro de coleta e seleção desses documentos; o outro de análise do conteúdo. A coleta ou seleção dos documentos foi realizada através de consulta no site da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA). No ícone “legislação”, foi possível ter acesso de modo simples e direto a toda legislação que regula o funcionamento daquela diretoria, bem como as leis específicas sobre o funcionamento dos Colégios Militares e a educação militar no Brasil. Desse modo teve-se acesso aos seguintes documentos:

-Portaria nº 042, Regulamento dos Colégios Militares, de 6 fevereiro de 2008 - (R-69);

- Lei 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996;
- Lei 9.786, Lei de Ensino do Exército Brasileiro, de 08 de fevereiro de 1999;
- Portaria nº 606, Regulamento da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (R-15), de 06 de setembro de 2006;
- Normas de Supervisão Escolar da Educação Básica (NSEEB), de 20 ago. 2013;
- Normas de Psicopedagogia Escolar da Educação Básica (NPEEB), de 2013;
- Regimento Interno dos Colégios Militares - RI/CM, de 01 jan. 2010;
- Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande, 2013;
- Regulamento Disciplinar do Exército (R/4).

Entendendo que a coleta de documentos apresenta-se como uma das fases mais importantes da pesquisa documental, parti inicialmente para uma familiarização com toda a documentação que rege o Sistema Educacional do Exército através da leitura flutuante, com o intuito de delimitar os objetivos de pesquisa e manter os primeiros contatos com os acervos e fontes que, por serem de domínio público, não necessitou de autorização, o que facilitou essa etapa da pesquisa. Ressalva seja feita quanto a documentação interna do Colégio Militar de Campo Grande que contou com solicitação e autorização expressa documentada do Comandante/diretor do Colégio Militar de Campo Grande, conforme consta nos anexos.

Para Callado e Ferreira (apud CAMPELO DA SILVA et al, 2009) os espaços de pesquisa são orientados pela própria natureza do estudo, portanto a localização dos documentos pode ser muito diversificada. Essa distinção vai exigir que o pesquisador tenha conhecimento do tipo de registro e informações que abrigam as instituições visitadas e a seleção de fontes adequadas.

Ao recolher documentos de forma criteriosa o pesquisador passa a gerenciar melhor o tempo e a relevância do material recolhido, o que para alguns autores constitui a pré-análise. Flores (apud CALADO, 1994) diz que a atividade de coleta e pré-análise do documento, são duas tarefas que se completam e que se condicionam mutuamente. (CAMPELO DA SILVA et al, 2009, p. 4558).

Desse modo, a pré-análise, que foi um processo realizado de forma prudente e cautelosa do material recolhido, não se pautou na averiguação da veracidade e credibilidade dos documentos adquiridos, haja vista que foram retirados do site oficial da DEPA/Exército

Brasileiro; portanto a preocupação centrou-se na adequação desses às finalidades do projeto/objeto desta pesquisa.

Como essa fase de pré-análise não dá conta de interpretar de forma mais elaborada o teor que se encontra implícito nos documentos, a tarefa de interpretação do conteúdo do material recolhido ficou para a segunda fase: Exploração do material, tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Segundo Bardin (2012), inicialmente a técnica de análise de conteúdo se voltava para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Contudo, posteriormente, chegou-se à conclusão que seu uso poderia estar também relacionado a aspectos qualitativos. Assim, por meio das inferências lançadas a partir da descrição do conteúdo explícito, notou-se que havia a possibilidade de buscar, além das aparências, o conteúdo latente, indo muito além da mensagem expressa no documento.

A análise de conteúdo é, portanto, um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Após uma minuciosa pré-análise documental, escolhi os seguintes documentos que serviram de base para a análise:

1º - Regimento Interno dos Colégios Militares - RI/CM, de 01 jan 2010.

2º - Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto 4.346, de 26 Ago 2002).

3º - Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande- RI/CMCG/2011.

O Regimento Interno dos Colégios Militares (RI/CM) traz as diretrizes gerais para o funcionamento de todo o Sistema dos Colégios Militares do Brasil, ao passo que o Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande nos deu uma visão da aplicação prática dos preceitos estabelecidos pelo RI/CM. Ambos foram analisados a partir de uma busca de similaridade de conteúdo do ANEXO I do Regulamento Disciplinar do Exército, documento esse que regulamenta o processo disciplinar (punitivo) dos profissionais do Exército. O objetivo dessa etapa foi buscar e identificar na documentação do SCMB, os elementos que de forma implícita ou explícita pudessem expressar o modo de pensar da categoria militar quanto a questões inerentes ao controle do corpo através de um rígido sistema disciplinar punitivo.

### 3.1.1.1 Dos pressupostos teóricos e dos objetivos

Os pressupostos teóricos são que, através dos documentos selecionados, pudesse obter os elementos constitutivos do *ethos* militar presente na prática pedagógica extracurricular aplicada no dia a dia dos discentes do Sistema dos Colégios Militares do Brasil, principalmente nas atividades denominadas de Instrução Cívica Militar (ICM) que tem o objetivo de inculcar nos alunos o *ethos* militar, visando prepará-los para a carreira militar.

O objetivo geral é realizar uma pesquisa documental utilizando a técnica de análise de conteúdo, buscando identificar o *ethos* nas similaridades entre o Regulamento Disciplinar (Punitivo) do Exército – aplicado aos militares profissionais da Força – e o Regulamento interno dos Colégios Militares do Brasil/Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande (RI/CMCG/2011), documentos estes que regulam disciplinarmente esses dois universos: dos alunos e dos militares profissionais.

### 3.1.1.2 Exploração do material selecionado

Segundo Meireles & Cendón(2010), a exploração do material consiste no período mais duradouro. A etapa da codificação, na qual são feitos recortes em unidades de contexto e de registro, é a fase de categorização, na qual os requisitos para uma boa categoria são a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e produtividade. Codificação: Unidade de registro (UR) é o menor recorte de ordem semântica que se liberta do texto, podendo ser uma palavra-chave, um tema, objetos, personagens etc.

A Unidade de Contexto (UC) deve fazer compreender a Unidade de Registro, tal qual a frase para a palavra. Ex. as unidades de registro são algumas palavras e as unidades de contexto são um ou alguns parágrafos (MEIRELES; CENDÓN,2010).

### 3.1.1.3 O processo de categorização

Segundo Franco (2003), “[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios bem definidos. (FRANCO, 2003, p. 51)

O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas, por exemplo, todos os temas que significam ansiedade ficam agrupados na categoria “ansiedade”, enquanto que os que signifiquem a descontração ficam agrupados sob o título conceitual “descontração”



(BARDIN, apud, FRANCO, 2003, p.51). A categorização é o agrupamento em razão de caracteres comuns dos elementos (Unidade de Registro) sob um título geral.

Crítérios de categorização: *Semânticos*: agrupados por temas; *Sintáticos*: Verbos e adjetivos; *Léxicos*: classificação das palavras segundo o seu sentido, com aparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos. Nesse sentido, o processo de categorização se deu tendo por base o critério de categorização *Léxicos*, ou seja, classificação de palavras que denotem as chamadas virtudes militares.

Antes de entrar na seara das virtudes militares cabe trazer o entendimento conceitual filosófico do termo “virtude”. Segundo Botelho (2013) “A palavra em português vem do latim *virtus*, que por sua vez é uma tradução do grego *aretê*.” Entre os antigos esse termo não possuía um sentido moral; significa, pois, a excelência específica de cada coisa ou criatura. Virtude portanto seria a capacidade de agir de forma mais exemplar, mais humana possível, através de um esforço consciente ou de um talento inato as excelências específicas de nosso legado humano. (BOTELHO, 2013).

As virtudes militares são fundamentos e valores que tem relação com a conduta, com a postura, com os preceitos inerentes ao *ethos* militar. Segundo Schirmer (2007) várias são as chamadas virtudes militares: Caráter, ideal, espírito militar, disciplina, lealdade, obediência, decisão, respeito, subordinação, confiança, coragem, iniciativa, vontade, honra militar, tenacidade, abnegação, dever militar, espírito de corpo, senso de justiça, camaradagem, resignação, amor ao trabalho, probidade, postura militar, assiduidade e pontualidade, franqueza, bom humor, criatividade, autoestima e fé.

Dentro desse conjunto descritivo das virtudes militares, selecionei as categorias e subcategorias consideradas por serem os elementos mais representativos e trabalhados na inculcação diária dos valores do *ethos*, seja na caserna, seja no ambiente escolar.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
Hierarquia <sup>58</sup>	Subordinação; Respeito.
Disciplina (consciente).	Postura; Obediência; Assiduidade; Pontualidade.
Lealdade	Dever; Espírito de corpo; Camaradagem.

<sup>58</sup> A hierarquia, apesar de não ser caracterizada conceitualmente como uma virtude e sim como um dispositivo de controle, nos remete a duas virtudes expressas nas subcategorias Subordinação (consciente) e Respeito.

Decoro	Honra; Tradição; Moralidade.
--------	------------------------------------

**QUADRO 08 – CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS REPRESENTATIVAS DO *ETHOS* MILITAR**

Organização do autor.

Hierarquia e disciplina<sup>59</sup> são valores encontrados tanto na educação civil quanto na educação militar. Na educação militar prevalece uma crença nessa estrutura como sustentáculo da instituição, baseado nas relações de comando obediência “[...] como resultado [sentimento] institucional de se pertencer a um grupo baseado na hierarquia e na disciplina, na crença absoluta no valor da corporação, por ser ela leal a algo superior a ela própria, a nação. (LEINER, 1997, p. 68).

Mannheim & Stewart (1962) afirmam que a educação tem por finalidade não somente ministrar uma determinada soma de conhecimentos mas também modificar a vida do aluno. Já Dilthey (apud MANNHEIM & STEWART, 1962), fala da educação como uma atividade engenhosa de adultos com a finalidade de afeiçoar o espírito da geração mais nova.

Aqui a personalidade age sobre outra no intuito de modificar-lhe o desenvolvimento. Isso quer dizer que o processo não só é consciente mas também deliberado, pois o educador tem a intenção claramente compreendida de modelar e modificar o desenvolvimento do aluno. (MANNHEIM & STEWART, 1962, p. 38)

Tanto para Dilthey quanto para Adams (apud MANNHEIM & STEWART, 1962) na educação pode-se ver a influência da pessoa sobre a pessoa, quando a geração mais velha deseja preparar a geração mais nova em termos de ideias, conhecimentos e atitudes. Tanto nas instituições civis quanto nas instituições militares há o predomínio de uma rede disciplinar cujas características dependem do ambiente em que ela se situa. O que diferencia essas duas instâncias, escola civil e escola militar, são que nessa última há objetivos que vão ao encontro de interesses de um grupo social específico quando os alunos são educados em nomes de padrões e ideias que prevalecem no interior da caserna e que advém da doutrina militar, praticamente à margem da sociedade. Segundo Mannheim & Stewart (1962),

**Não podemos pensar em termos de compartimentos.** Aqui estamos lidando com a escola na sociedade, mas também com a escola e a sociedade. Isto quer dizer que **a educação deve ser considerada uma e indivisível, onde a instrução formal, vitalmente importante como é, precisa relacionar-se em todas as partes a outros fatores da sociedade.** (MANNHEIM & STEWART, 1962, p.42, grifo nosso).

<sup>59</sup> Assim aparece no *Estatuto dos Militares*: “[...] a hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas”.

Dessa forma não pode haver estranheza quando nos predispomos a estudar a educação militar no contexto dos Colégios Militares, haja vista que estamos pesquisando a educação básica que antecede a educação militar profissional. Os Colégios Militares não podem ser vistos como centros de formação profissional militar, pois apesar do respaldo e classificação legal de Organizações Militares, pela sua finalidade precípua (Preparatória e Assistencial), “[...] precisa relacionar-se em todas as partes a outros fatores da sociedade”. (MANNHEIM & STEWART, 1962, p.42, grifo nosso).

Na fase de exploração do material temos que os documentos selecionados traduzem tanto a doutrina pedagógica/educacional militar voltada para o despertar para a carreira militar quanto os elementos constitutivos do *ethos* militar propriamente dito, pois fazem parte do *corpus* de maior porte dentre os documentos que regulam a educação militar.

A escolha de palavras como categorias para nossa análise, se deu pelo entendimento de que

Se tomamos a palavra, não no sentido metonímico, mas no sentido da unidade que compõe a enunciação, na acepção de signo, temos que o que faz de uma palavra uma palavra é a multiplicidade de significações, é o caráter polissêmico do signo. O signo é por natureza vivo, móvel, plurivalente. Por estar ligado à situação social, o signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para veicular a ideologia, são modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos na vida corrente, é o caminho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas (BAKHTIN, apud MOTTER, 2001, p. 23).

As palavras, segundo Bakhtin (apud MOTTER, 2001) são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. “Assim, como a mesma palavra serve a formações sociais diferentes, ela assume uma coloração específica, portanto, um significado, em função do contexto em que é utilizada (MOTTER, 2001, p. 23). Nesse sentido, as palavras (categorias) escolhidas estão impregnadas da ideologia que norteia o *ethos* militar e são impressas, através dos tempos, na prática pedagógica, seja no âmbito profissional, seja no âmbito do ensino assistencial aos dependentes dos militares. As palavras constituem um meio efetivo de transmissão dos valores e preceitos morais atinentes à profissão militar, que produzem lentas acumulações simbólicas que permeiam o pensamento militar e constituem a base de sua doutrinação.

### 3.2 TRATAMENTOS DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO

A análise de conteúdo foi realizada em duas etapas. Na primeira delas identifiquei nos documentos apresentados categorias subdivididas em subcategorias. As categorias foram buscadas no Regime Disciplinar, do Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande (RI/CMCG, 2011, p. 45), onde são listadas 36 faltas disciplinares a que estão submetidos os seus alunos. Paralelamente busquei no Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército analisar os 113 dispositivos que regulam as transgressões disciplinares e estabelecem normas punitivas disciplinares aos militares do Exército Brasileiro e suas similaridades com o RI/CMCG. A busca por similaridade entre o *corpus* normativo disciplinar das duas instituições, corporativas, militar e educacional, visam levantar os possíveis aspectos pertinentes ao *ethos* militar presentes na política pedagógica do CMCG.

Na segunda etapa foi criada a tabela de frequência de ocorrência das categorias e subcategorias nos dois documentos selecionados. Conforme Meireles&Cendón (2010) para identificar as categorias e subcategorias são definidas Unidades de Registro e Unidades de Contexto. Assim, foram consideradas como Unidades de Registro as palavras que contribuem para a criação de categorias. As Unidades de Contexto são os parágrafos ou segmentos da mensagem utilizados como unidades de compreensão para identificar as palavras que foram definidas como unidades de registro.

Neste trabalho procurei decifrar nos escritos dos regulamentos do Sistema do Colégio Militar do Brasil os valores que são inculcados, de forma consciente ou não, nas atividades diárias dos alunos. Faz-se importante lembrar que “A memória coletiva, enquanto relação vivida entre o presente e o passado, está sujeita a múltiplas influências e constitui uma história” (MOTTER, 2001, p. 11). Nesse sentido,

[...] é a linguagem verbal que fundamente o pensamento conceitual, permitindo a abstração que descola o homem do concreto e o introduz no domínio da cultura. Suas ações se desenvolvem entre um projeto verbal e a avaliação linguística desse projeto. Linguagem e ação se mesclam. Ela se interpõe entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Constitui o homem e a sociedade. (MOTTER, 2001, p. 12)

Motter (2001) destaca ainda que a comunicação [oral ou escrita], ao pôr em ação a linguagem e os seus produtos, os discursos, refrata o ser e o parecer dos homens e as relações que estes estabelecem com o mundo, com os outros homens e consigo mesmo. Tão abrangente e concreta quanto complexa nas múltiplas articulações que tece na sociedade moderna, ela se multiplica através dos meios [grupos sociais], desviando-se cada vez mais da sua função

dialógica.

Selecionados os documentos, passei a analisá-los tendo sempre em mente os pressupostos iniciais. Procurei fazer uma análise projetando-se uma malha de categorias sobre os conteúdos chamados de Unidades de Registro. Posteriormente passei a verificação da frequência da presença dessas categorias, que segundo Bardin (1977), consideram-se que “[...] fossem dados comparáveis e segmentáveis” (BARDIN, 1977, p.175).

Desse modo, o passo seguinte foi o levantamento das frequências das Unidades de Registros presentes nos documentos relacionando-as sempre com a hipótese proposta. Tendo por base a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2012), realizei o tratamento dos dados que, segundo aquela autora, a apreensão dos sentidos pretende-se maior que o obtido através da análise documental simples, pela busca de inferência sobre as condições de produção das mensagens. Esse conjunto de técnicas permitem obter indicadores para inferências de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens contidas nos documentos.

### 3.2.1 Análise de conteúdo: apresentação dos resultados

Terminadas as fases de ajuntamento, recortes e seleção dos documentos que serão utilizados para análise, trabalhei na distribuição das categorias e suas frequências para posterior inferência dos dados. Nesse sentido realizei a comparação entre os dispositivos disciplinares do Exército Brasileiro, previstos no Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército e o Regime Disciplinar do Colégio Militar de Campo Grande (MANUAL DO ALUNO/2011):

<b>RDE</b>	<b>RI/CMCG</b>	<b>CATEGORIAS COMUNS</b>
1. Faltar à verdade ou omitir deliberadamente informações que possam conduzir à apuração de uma transgressão disciplinar;	1 – Faltar à verdade	-Faltar; -Verdade.
2. Utilizar-se do anonimato	2 Utilizar-se do anonimato	-Utilizar-se; -Anonimato
3.Portar-se de maneira inconveniente ou sem compostura	3- Portar-se de modo inconveniente nas atividades escolares, nas instruções ou em formaturas, perturbando o desenvolvimento dessas atividades	-Portar-se; -Inconveniente

4. Faltar ou chegar atrasado, sem justo motivo, a qualquer ato, serviço ou instrução de que deva participar ou a que deva assistir; 5. Simular doença para esquivar-se do cumprimento de qualquer dever militar;	4. Deixar de comparecer ou chegar atrasado às atividades programadas ou delas ausentar-se sem autorização. 5. Simular doença para esquivar-se ao atendimento de obrigações e atividades escolares.	- Chegar; - Atrasado; - Simular; - Doença; - Esquivar-se.
6. Deixar de comunicar, tão logo possível, ao superior a execução de ordem recebida;	6. Deixar de comunicar ao superior a execução de tarefa dele recebida;	- Deixar; - Comunicar; - Superior; - Execução; - Recebida.
7. Aconselhar ou concorrer para que não seja cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para retardar a sua execução;	7. Retardar ou para ela contribuir, sem justo motivo, a execução de qualquer tarefa;	- Execução; - tarefa/ordem.
8. Representar a organização militar ou a corporação, em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado;	8. Representar o Colégio ou por ele tomar compromisso, sem estar para isso autorizado;	- Representar; - Autorizado.
9. Portar a praça armamento militar sem estar de serviço ou sem autorização;	9. Portar objetos que ameacem a segurança individual e/ou da coletividade;	- Portar.
10. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa; 11. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária; 12. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária;	10. Ter em seu poder, introduzir, ler ou distribuir, dentro do colégio, cartazes, jornais ou publicações de cunho político-partidário ou que atentem contra a disciplina ou a moral;	- Político; - Partidário;
13. Fazer diretamente, ou por intermédio de outrem, transações pecuniárias envolvendo assunto de serviço, bens da União ou material cuja comercialização seja proibida;	11. Propor ou aceitar transação pecuniária de qualquer natureza, no interior do colégio;	- Transação; - Pecuniária
14. Tomar parte em jogos proibidos ou em jogos a dinheiro, em área militar ou sob jurisdição militar;	12. Praticar jogos de azar e outros proibidos pela legislação em vigor, assim como aqueles atentatórios e/ou inadequados ao ambiente educativo.	- Jogos; - Proibidos.
15. Esquivar-se de satisfazer compromissos de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição;	13. Esquivar-se de satisfazer compromissos de ordem moral ou pecuniária que houver assumido;	- Esquivar-se; - Satisfazer-se; - Compromissos; - Ordem; - Moral; - Pecuniária; - Assumido.
16. Frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade ou da classe;	14. Frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade e de sua condição de aluno;	- Frequentar; - lugares; - Incompatíveis; - Decoro; - Sociedade.
17. Comparecer o militar da ativa, a qualquer atividade, em traje ou uniforme diferente do determinado;	15. Apresentar-se com uniforme diferente do que foi previamente estabelecido.	- Uniforme; - Diferente.
18. Ter pouco cuidado com a	16. Ter pouco cuidado com o asseio próprio	- asseio próprio;

apresentação pessoal ou com o asseio próprio ou coletivo;	ou coletivo e com sua apresentação individual;	-Pouco; -Cuidado;
19. Apresentar-se, em qualquer situação, sem uniforme, mal uniformizado, com o uniforme alterado ou em trajes em desacordo com as disposições em vigor;	17. Deixar de usar ou usar de maneira irregular, pelas de uniforme previstas no Regulamento de Uniformes do Exército/Colégios Militares ou nas normas vigentes.	-Uniforme.
20 Não zelar devidamente, danificar ou extraviar por negligência ou desobediência das regras e normas de serviço, material ou animal da União ou documentos oficiais, que estejam ou não sob sua responsabilidade direta, ou concorrer para tal;	18. Deixar material ou dependência sob sua responsabilidade, desarrumada ou com má apresentação, ou para tal contribuir;	-Material; -Responsabilidade
21. Retirar ou tentar retirar de qualquer lugar sob jurisdição militar, material, viatura, aeronave, embarcação ou animal, ou mesmo deles servir-se, sem ordem do responsável ou proprietário;	19 Retirar ou tentar retirar de qualquer dependência do colégio, material, viatura ou animal, ou mesmo deles servir-se sem ordem do responsável ou do proprietário.	-Retirar; -Material; -Viatura; -Animal; -Servir-se; -Ordem; -Responsável; -Proprietário.
22. Entrar ou permanecer em dependência da OM onde sua presença não seja permitida;	20. Entrar no colégio ou dele sair, não estando para isso autorizado, bem como entrar ou sair por locais e vias não permitidos.	-Entrar; -Permitida.
23. Entrar ou permanecer em dependência da OM onde sua presença não seja permitida;	21. Ir a qualquer dependência do colégio sem autorização, bem como nela penetrar sem permissão ou ordem da autoridade que nela estiver presente.	-Dependência.
24. Desrespeitar, retardar ou prejudicar medidas de cumprimento ou ações de ordem judicial, administrativa ou policial, ou para isso concorrer;	22. Deixar de acatar as ordens e instrução emanadas de autoridades civis, que não colidem com o regime disciplinar do Colégio, particularmente as emanadas do Juizado de Menores.	-Desrespeitar; -Desacatar.
25. Apresentar parte ou recurso suprimindo instância administrativa, dirigindo para autoridade incompetente, repetindo requerimento já rejeitado pela mesma autoridade ou empregando termos desrespeitosos;	23. Apresentar parte ou recursos sem seguir as normas e preceitos regulamentares, em termos desrespeitosos, com argumentos falsos ou de má fé, ou mesmo sem justa causa ou razão.	-Apresentar; -Parte ou recurso; -Desrespeitosos.
26. Não levar falta ou irregularidade que presenciar, ou de que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao conhecimento de autoridade competente, no mais curto prazo;	24. Não levar falta ou irregularidade que presenciar, ou de que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao conhecimento de autoridade competente;	-Idem.
27. Deixar de participar em tempo, à autoridade imediatamente superior, a impossibilidade de comparecer à OM ou a qualquer ato de serviço para o qual tenha sido escalado ou a que deva assistir;	25. Deixar de participar em tempo, à autoridade imediatamente superior, a impossibilidade de comparecer à OM ou a qualquer ato de serviço para o qual tenha sido escalado ou a que deva assistir;	-Idem.
28. Promover ou envolver-se em rixa, inclusive luta corporal, com outro militar;	26. Promover ou envolver-se em rixa, inclusive luta corporal, com outro aluno;	Idem. Exceção para os termos militar e aluno.

**QUADRO 9 – COMPARAÇÃO ENTRE DISPOSITIVOS DISCIPLINARES DO EXÉRCITO E DOS COLÉGIOS MILITARES.**

Fontes: Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e Manual do Aluno (RI/CMCG/2011)

A apresentação desse extenso quadro é de fundamental importância para se ter uma visão precisa sobre a aplicabilidade dos mesmos instrumentos coercitivos inerentes aos militares do Exército na regulação da rotina e da vida dos alunos do Colégio Militar de Campo Grande.

Pode-se verificar que a prática pedagógica castrense está presente, ou melhor, está refletida na prática pedagógica do Sistema dos Colégios Militares. Consta-se que o objetivo é de inculcar no psiquismo dos alunos a ideologia da corporação bélica, introjetando, simultaneamente, a doutrina do Exército Brasileiro na rotina e formação dos alunos.

**Por meio dessas atividades o aluno assimila os valores de obediência, submissão, dependência, paternalismo, assiduidade, pontualidade, racionalidade e meritocracia.** Adquire também a concepção de mundo e de vida em sociedade eminentemente estável e harmoniosa, isto é, uma cosmovisão determinista funcionalista (LUDWIG, 1998, pp. 22-23, grifo nosso).

“Faltar a verdade” é o primeiro artigo do anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército e a primeira falta disciplinar do CMCG. É uma transgressão grave que fere diretamente a ética castrense. A verdade na profissão militar é uma virtude que deve ser praticada em cada atividade e nortear todas as ações do militar, seja na caserna, seja no convívio social. Da mesma maneira aparece em ambos dispositivos disciplinares o “Utilizar-se do anonimato” e “Portar-se inconvenientemente”. As questões ligadas à assiduidade, ao comportamento individual e a pontualidade também são destaques representados pelos verbos “atrasado”, “simular doenças” e “esquivar-se”, são considerados transgressões em ambos dispositivos.

Entretanto, no quadro acima aparecem dois dispositivos coercitivos que são indicativos da presença do *ethos* militar, qual sejam, o afastamento da atividade ou da reflexão crítica acerca de assuntos políticos partidários. No RDE temos as proibições impostas aos militares: “10. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa; 11. *Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária;* 12. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária;”. Analogamente aparece no Regulamento do Colégio Militar de Campo Grande: “10. *Ter em seu poder, introduzir, ler ou distribuir, dentro do colégio, cartazes, jornais ou publicações de cunho político-partidário ou que atentem contra a disciplina ou a moral.*”

Nesse aspecto percebe-se a pretensão da instituição de formar cidadãos apolíticos, o que vai de encontro ao desejável dentro de um Estado Democrático de Direito, que é o



desenvolvimento e de uma atitude politicamente ativa, consciente e responsável. Paradoxalmente, dentro da proposta pedagógica do Colégio Militar de Campo Grande está, entre outros objetivos, a proposta de: “I – oferecer ao aluno condições de acesso ao *conhecimento sistemático universal*, considerando a realidade de sua vida, *proporcionando uma formação integral* para o seu desenvolvimento nas áreas cognitivas, afetivas e psicomotora” ; “ IV- estimular no aluno o *desenvolvimento de atitudes crítico-reflexivas, espírito de investigação, criatividade, iniciativa, respeito as diferenças individuais*, conduzindo-os a aprender a aprender e aprender a pensar”; “VI- desenvolver no aluno atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade, num ambiente no qual todos possam a) *compreender e respeitar os direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão patriota, da família, dos grupos sociais, do estado e da nação brasileira.*” Como podemos formar cidadãos críticos dentro de um contexto rigidamente avesso a uma postura política ativa e consciente?

Criei um quadro comparativo entre as categorias que incidem nos documentos: Regulamento Disciplinar do Exército; Regulamento Interno dos Colégios Militares e Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande.

<b>CATEGORIA</b>	<b>RI/CMCG</b>	<b>RDE</b>	<b>RI/CM</b>
Disciplina	<b>31</b>	11	16
Comportamento	<b>15</b>	01	-
Honra	<b>13</b>	-	01
Dever	06	02	<b>15</b>
Hierarquia	<b>05</b>	01	01
Respeito	05	<b>08</b>	<b>08</b>
Tradição	<b>04</b>	-	-
Lealdade	<b>04</b>	-	-
Assiduidade	<b>03</b>	-	-
Camaradagem	<b>02</b>	<b>02</b>	-
Decoro	02	<b>03</b>	<b>03</b>
Pontualidade	<b>01</b>	-	-
Moralidade	01	<b>04</b>	-
Obediência	<b>01</b>	-	-
Espírito de corpo	-	-	<b>01</b>
Subordinação	-	<b>06</b>	01

**QUADRO 10 - CATEGORIAS PRESENTES NOS DOCUMENTOS: RI/CMCG; RDE E RI/CM**  
Organização: Autor.

A categoria “*Disciplina*” tem incidência nos três documentos analisados, sendo que é muito mais presente no Regulamento Interno do Colégio Militar de Campo Grande. Isso se explica pela característica da instituição, cujos preceitos basilares se pautam na disciplina. “Na

guerra mais vale a disciplina do que a impetuosidade” (MAQUIAVEL, apud, SCHIRMER, 2007, p. 35). Em todas as instituições humanas essa categoria se apresenta de forma bem marcante pois está presente em todos os campos das relações humanas. “Não é privilégio das Forças Armadas, mas é nela que a encontramos em todas as suas magnitudes” (SCHIRMER, 2007, p. 35).

A disciplina militar, por sua vez,

[...] é a rigorosa e estrita sujeição aos preceitos regulamentares, mesmo àqueles que pareçam insignificantes; **é o respeito e a consideração que habitualmente o subordinado tem para com o superior, não só em atos de serviço, mas também fora das paredes dos quartéis**<sup>60</sup> [...] (SCHIRMER, 2007, p. 35, grifo nosso)

Na sequência vem a categoria “*comportamento*”, que apesar de aparecer pouco no RDE e no RI/CM, apresenta-se como um quesito bem importante no Regulamento do CMCG. Essa categoria está relacionada à postura militar.

Ao preparo profissional e aos atributos de ordem moral e intelectual pertinentes aos militares é fundamental que se somem aspectos de caráter exterior, expressos na apresentação pessoal que lhes configure um porte que a praxe denominou de postura militar. (SCHIRMER, 2007, p. 112)

A categoria “*Honra*” também aparece com relativa expressividade no Regulamento do CMCG.

A honra militar é a severa consciência do cumprimento do dever imposto pelas ações decorrentes da carreira das armas. Traduz-se na conduta irreprovável e no zelo extremo, dentro dos rígidos padrões morais que o serviço exige e impõe. (SCHIRMER, 2007, p. 73)

As categorias “*dever*”; “*hierarquia*” e “*respeito*”, estão presentes nos três documentos analisados. A categoria “*dever*” está inserida no dever militar e abarca em seu seio as categorias subordinação e disciplina. “Implica compromisso, serviço, subordinação e disciplina. [...] Penetra no âmbito da moral, com profundas ressonâncias no foro íntimo” (SCHIRMER, 2007, p.84). A “*hierarquia*” e o “*respeito*” são categorias interdependentes.

Do respeito, alguém ao algo se faz digno. É na razão da dignidade que se reconhece em alguém, em uma instituição, em uma crença que lhe devotamos atenção, deferência, consideração, obediência, acatamento, tudo que, numa carga afetiva compósita, chamamos de respeito (SCHIRMER, 2007, p. 52).

---

<sup>60</sup> A título de ilustração, quando um militar subordinado encontra-se no interior de um coletivo, ao avistar um superior hierárquico ele deve ceder seu assento ao mesmo. O mesmo acontece no interior de um banco, quando o subordinado deve oferecer seu lugar na fila ao superior que adentre aquele recinto.

O fenômeno da hierarquia não é uma exclusividade da educação militar, haja vista que ela existe nas mais variadas formas de organização social, “[...] formas de classificação, sistemas de representações, ou qualquer outra área que se pretende mostrar ordenada a partir de escalas de alguma forma cumulativas, praticamente em todas as sociedades, ao menos desde o registro de sua história escrita.” (LEIRNER, 1997, p. 47). Entretanto, na vida militar a hierarquia possui contornos exclusivistas.

Pode-se adiantar que a hierarquia, além de ser um princípio geral, norteia *toda* a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. (LEIRNER, 1997, p. 53)

A hierarquia também imita o acesso às informações no âmbito de uma instituição militar, sendo sua produção e circulação restrita aos Canais de Comandos. Conforme afirma Leirner (1997), a hierarquia está longe de ser apenas um princípio legal pois é a base sobre a qual,

[...] se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos; tudo isso executado pelos membros da Força, cada qual em uma posição no interior da instituição, sem que ao menos precisem ter consciência de que, tomadas em seu conjunto, as diferentes condutas são manifestações particulares que necessariamente transitam por esse princípio regulador coletivo que é a hierarquia. (LEIRNER, 1997, p. 53)

“*Assiduidade*”; “*camaradagem*” e “*decoro*”. A primeira dessas categorias é também comum a outras atividades que não a militar, entretanto, nessa, sua ausência acarreta sérias medidas punitivas e restritivas da liberdade individual. Já a camaradagem “[...] estabelece o sadio relacionamento entre os componentes de uma Força Armada, cria união e a confiança, fortalece as tradições, solidificando os ideais comuns” (SCHIRMER, 2007, p. 95). É um dos preceitos do *ethos* militar. O sentimento do dever, a honra pessoal o pundonor militar e o decoro são as bases em que se forja a ética militar.<sup>61</sup>

### 3.2.2 Interpretações e conclusões preliminares

Através da documentação utilizada para análise constata-se uma intrincada rede simbólica coercitiva da ação individual, ceifadora das iniciativas individuais. Nota-se que a doutrina militar produz discursos monológicos enquanto simula dialogar quando na verdade

<sup>61</sup> Vade-mécum- valores, deveres e ética militar. Disponível em [www.sgex.eb.mil.br](http://www.sgex.eb.mil.br). Acesso em 17 Abr 2014.

não delega a palavra ao subordinado. Nos dizeres de Motter (2001), excluídas a relação de troca, anulada a possibilidade de interação entre os sujeitos, ficam os termos polarizados que marcam a ruptura: locutor/ouvinte/emissor/receptor. Tanto na caserna, quanto na instituição análoga Colégio Militar, ao subordinado resta a clássica frase “Sim, Senhor!”. Consta nos regulamentos militares a infração grave: “criticar ato do superior hierárquico”, o que impede o subordinado de emitir um parecer quando não solicitado ou estritamente autorizado para tal.

Através de aplicação de códigos de condutas determinados, bem como pela apropriação do discurso praticado diariamente na instituição escolar que reforçam os valores e éticas da cultura militar, tendem a produzir uma imagem da realidade de acordo com a doutrina/ideologia e o interesse do Exército, em detrimento de uma visão mais universalistas de mundo. Nesse aspecto, cabe ressaltar uma constatação historicamente de que em diversos momentos da história do Brasil, as Forças Armadas sempre atuaram em benefício de setores hegemônicos da sociedade.

Apesar de claramente descrito no Art. 1º, parágrafo 2º, item II, que o objetivo dos Colégios Militares é “[...] capacitar os alunos para o ingresso em estabelecimento de ensino militares, com prioridade para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx)”, e, apesar de em seu Capítulo II “Da Missão”, o Art. 3º descrever que o “Ensino nos CM é realizado em consonância com a legislação federal de educação [...]”, há de se destacar que todos os alunos devem ser submetidos à revisão Médica, conforme prescreve no Art. 49. Entretanto, o Art. 50 descreve que “A revisão médica tem por finalidade a seleção de candidatos que possuem condições de atender à proposta pedagógica do SCMB, bem como de participar das atividades previstas na grade curricular”. Tais requisitos são dispositivos que vão na contramão da política de inclusão social que norteia a proposta da educação brasileira, em que pese a especificidade da educação militar.

Ainda nessa direção, o Capítulo II – Do trancamento e do adiamento da matrícula, prevê que “São motivos para concessão de trancamento de matrícula de aluno: III – quando a aluna, em revisão médica, tenha sido considerada apta, porém, contraindicada temporariamente, em face da constatação de gravidez”. (Grifo nosso)

Há várias demandas na Justiça brasileira acerca desse rigoroso processo de avaliação física dos Colégios Militares.

**Em junho de 2010, após o julgamento de um requerimento de um pai de aluno que foi recusado pelo Colégio Militar de Recife-PE, por ser portador de uma deficiência visual, a 10ª Vara de Justiça Federal de Pernambuco exarou parecer favorável ao aluno, alegando que os colégios militares exigem “condicionamento**

**físico sempre crescente e próprio da vida castrense, incompatível e difícil de ser superado pelos portadores de necessidades especiais”, e mais “entre os portadores de necessidades especiais há cidadãos com capacidade cognitiva equivalente ou até mesmo superior à dos alunos aparentemente saudáveis, capazes de atender às exigências pedagógicas da matriz curricular do Colégio Militar” (Grifo nosso).<sup>62</sup>**

O meio militar transmite e exige do sujeito (militar/aluno) certos estereótipos de comportamento que agem sobre as suas consciências, tendo tudo ligado à linguagem militar que, “[...] com tanto mais força quanto são, tendo em atenção o seu carácter ordinário e sugestivo, mais difíceis de decifrar e, portanto, aceitos na maior parte dos casos como coisas “naturais” (MOTTER, 2001, p. 20).

### 3.3 A GESTÃO EDUCACIONAL MILITAR E SUAS ESPECIFICIDADES

Os Colégios Militares são considerados legalmente como Organizações Militares do Exército Brasileiro, sendo, portanto,

**[...] não considerados como instituições públicas e nem como instituições privadas de ensino, sendo categoria *sui generis* e não podem ser submetidas, totalmente, ao regime legal das demais instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, pois regem-se por normas internas próprias, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nr 9.394/96, em seu Artigo 83. (Grifo nosso)<sup>63</sup>**

Os Colégios Militares são regidos por Leis de Ensino Específicas<sup>64</sup>, por isso os atributos da área específica inerentes à instrução militar podem ser aplicados de forma adicional ao ensino aprendizagem dos alunos, a educação convencional caminha *paripassu* com as atividades eminentemente militares.

[...] Artigo 7. O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às modalidades militares propriamente ditas, o ensino preparatório e assistencial de nível Fundamental e Médio, por intermédio dos Colégios Militares, na forma da Legislação Federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades. [...] Artigo 19. Ao órgão de direção central do Sistema de Ensino do Exército a ser definido em ato do poder executivo, compete planejar, organizar[...] Artigo 7. O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às, coordenar e controlar as atividades de ensino e expedir

<sup>62</sup> Ministério Público Federal defende alunos com deficiência em colégio militar: disponível em <http://noticias.terra.com.br/educação/noticias>. Acesso em 01 Ago 2011.

<sup>63</sup> BRASIL. **Do Regime Jurídico**, Manual do Aluno do Colégio Militar de Campo Grande, p.4, 2011.

<sup>64</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. **Lei Ordinária Federal Nr. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. “[...] Artigo 83. O Ensino militar é regulado por Lei específica, admitida à equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino [...]”.

os atos administrativos decorrentes. [...] <sup>65</sup>

Anualmente muitos dos cadetes que ingressam nas diversas academias militares, como por exemplo, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) e a Academia Militar das Agulhas Negras do Exército (AMAN), são egressos dos Colégios Militares. A forma de admissão nos Colégios Militares está diretamente ligada aos demais estabelecimentos de ensino militar do Exército, e a pedagogia de ensino em consonância com a instrução militar profissional,

[...] Art. 5. As atividades de ensino e de instrução militar devem estar integradas, observadas a doutrina militar, a valorização dos recursos humanos e a busca constante do aperfeiçoamento. [...] Art. 21. A matrícula nos estabelecimentos de ensino é regida pelos regulamentos, com a observância do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-125) [...] <sup>66</sup>

Outra especificidade dos Colégios Militares é a heterogeneidade dos corpos discentes e docentes que compõem o SCMB, que são constituídos por alunos filhos de militares<sup>67</sup> e filhos de civis<sup>68</sup>, por professores civis (concursados ou contratados) e por professores militares (carreira ou temporário), militares do quadro administrativo ou operacional que não possuem vínculo com a área educacional, além de outros militares que desempenham a função de monitores escolares.

Nos documentos e diretrizes da DEPA, as propostas dos Colégios Militares, têm claramente como meta geral levar seus alunos à descoberta de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para a vida, como cidadãos educados *segundo os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro*.

Nada aparentemente anormal quando olhamos uma instituição cujo objetivo fim é a preparação para a carreira e a vocação militar; entretanto, a massificação de valores eminentemente militares é inculcada em jovens e crianças, como se o Exército fosse uma instituição à margem e superior à sociedade brasileira.

**O Colégio Militar.** Instituição secular, com sólida e reconhecida tradição na arte de ensinar, o Sistema Colégio Militar vem dando passos decisivos para responder aos desafios da “era do conhecimento”. Ao enquadrar-se no esforço de modernização empreendido pelo DECEX, **continua a formar, para o Brasil de amanhã, lideranças educadas segundo “os valores do Exército Brasileiro”**.(DEPA, 2013,

<sup>65</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. **Lei Ordinária Federal Nr. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996, Art. 7; 19.

<sup>66</sup> BRASIL. Ministério da Defesa. **Decreto Federal Nr 3.182, de 23 Set 1999**. (Regulamenta a Lei Nr. 9.786, de 08 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências).

<sup>67</sup> Que possuem amparo legal para ingresso nos Colégios Militares, devido ao grande fluxo migratório característico da profissão militar.

<sup>68</sup> Ingressam por meio de um concorrido processo seletivo.

grifo nosso).

A hierarquia é um aspecto marcante na relação dos discentes e docentes, conforme previsto no Art. 7º, Parágrafo 2º: *Os Colégios Militares mantêm regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a atividade preparatória para a carreira militar.* (Lei do Ensino do Exército, nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999).

Outra característica dos Colégios Militares é que são chefiados (comandados) por um oficial superior (Coronel ou tenente coronel), não necessariamente possuidor de formação pedagógica nem com qualquer vínculo com atividade educacional, sendo, em sua maioria, formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Nesse contexto, dentro da dinâmica da política pedagógica dos Colégios Militares, há uma inevitável correlação de forças entre duas estruturas, quais sejam: a hierarquia militar e a hierarquia acadêmica.

Percebemos, que este tipo de organização [militar] acarreta, por vezes, uma ambiguidade de papéis, gerando conflitos entre o papel do militar e a função do ensino. Esse conflito se faz entre professores civis e militares que, muitas vezes, tem visões diferentes sobre as regras que determinam as atividades do ensino na escola, mas também se expressa, em alguma ocasião, num embate para o próprio militar no exercício do duplo papel de professor e militar. (OLIVEIRA, 2007, pp. 30-31).

Cabe, tanto aos professores civis quanto aos professores militares, a aceitação consciente de todas as imposições normativas que regem o Sistema Educacional do Exército. Essa aceitação consiste numa atitude cotidiana de demonstração de respeito aos valores institucionais e na disposição para cumpri-los. “Quanto aos professores civis, espera-se que respeitem e demonstrem sua aceitação aos valores do Exército Brasileiro.” (OLIVEIRA, 2007, p.29).

Segundo Blós (2012), “A gestão escolar, na linha do ensino do Exército, se dá em três níveis de execução: o central, o intermediário e o escolar, representados respectivamente pelo DECEX, pela DEPA e pelos Colégios”. (BLÓS, 2012, p. 86).

O nível escolar, segundo as Normas de Planejamento e Gestão Escolar caracteriza-se por:

[...] aspecto executivo, no qual, efetivamente, acontece a educação, o fenômeno ensino-aprendizagem, e é a principal fonte de informação que realimenta o sistema de ensino. Neste nível, papel relevante é desempenhado pelos professores e pelas equipes técnico-administrativas e pedagógicas em sua função de coordenar e orientar todos os esforços para que o ensino produza os melhores resultados, visando aos objetivos estabelecidos no Plano Geral de Ensino e nas Diretrizes de Ensino, ao aprimoramento permanente do corpo docente e ao atendimento às expectativas dos discentes, em

busca do desenvolvimento pessoal e escolar (NPGE/SCMB, 2010, fls. 05, apud. BLÓS, 2012, p. 86).

Como o objetivo manifesto da política pedagógica do Sistema dos Colégios Militares do Brasil é despertar as aptidões para a carreira militar, todas suas ações são voltadas para atingir esses objetivos.

**A gestão escolar** referente à educação básica, conforme está prevista nas NPGE, é **uma ação coadjuvante à ação de comando, em todos os níveis em que esta é exercida, a mesma se caracteriza pelo “exercício da autoridade,** pelo conhecimento dos aspectos peculiares ao processo ensino-aprendizagem e pela busca da integração e da interação interpessoal”. **Reforça-se, nesse aspecto, a relação hierarquizada da ação [...]** (BLÓS, 2012, p. 86, grifo nosso)

Na correlação de forças entre as estruturas hierárquicas- militar e acadêmica, há notadamente a predominância daquela em relação a essa.

Ainda que seja viabilizada por intermédio de uma ação supervisora coletiva nos CM, caracteristicamente hierarquizados como qualquer instituição militar, **sempre será ressaltada a pessoa do Comandante e Diretor de Ensino, responsável pela eficiência e pela eficácia da política educacional do Sistema de Ensino do Exército,** buscando o desenvolvimento pleno dos seus objetivos, organizando e coordenando todos os esforços, oferecendo contínua inspiração e liderança em busca da permanente melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. (NPGE/SCMB, apud. BLÓS, 2012, p. 86, grifo nosso).

A proposta pedagógica inscrita no Artigo 4º do Regimento Interno dos Colégios Militares centra-se nos seguintes aspectos fundantes:

I - oferecer ao aluno condições de acesso ao conhecimento sistemático universal, considerando a realidade de sua vida, proporcionando uma formação integral para o seu desenvolvimento nas áreas cognitiva, afetiva e psicomotora;

II - capacitar o aluno à absorção de conteúdos programáticos qualitativos e de pré-requisitos essenciais ao prosseguimento de seus estudos, com base no domínio da leitura, da escrita e das diversas linguagens utilizadas pelo homem, permitindo-lhe analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e cálculos, para resolver situações problemas simples ou complexas, valorizando o seu desenvolvimento pessoal;

III - utilizar procedimentos didáticos e técnicas metodológicas que conduzam o aluno a ocupar o centro do processo ensino-aprendizagem e a construir com a mediação do professor, o próprio conhecimento, fruto de abordagens seletivas, contextuais, interdisciplinares, contínuas e progressivas;



IV - estimular no aluno o desenvolvimento de atitudes crítico-reflexivas, espírito de investigação, criatividade, iniciativa e respeito às diferenças individuais, conduzindo-os a aprender a aprender e aprender a pensar;

V - conduzir o aluno a compreender o significado das áreas de estudo e das disciplinas, enquanto participante do processo histórico da transformação da sociedade e da cultura, desenvolvendo a sua autonomia, valorizando o conhecimento prévio, suas experiências e as relações professor aluno e aluno aluno, conscientizando-os de que a aprendizagem adquirida é mais importante que a avaliação educacional de aferição escolar; e

VI - desenvolver no aluno atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade, num ambiente no qual todos possam:

a) compreender e respeitar os direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão patriota, da família, dos grupos sociais, do estado e da nação brasileira;

b) acessar e dominar recursos científicos relevantes que lhes permitam situar-se criticamente diante da realidade, assumindo responsabilidades sociais;

c) preparar-se para participar produtivamente da sociedade, no exercício responsável de sua futura atividade profissional; e

d) praticar a atividade física, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida, agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e a saúde coletiva. (MANUAL DO ALUNO/CMCG, 2011, pp. 6-7).

Dentro desse contexto, os objetivos da Proposta Pedagógica do ensino nos Colégios Militares visam, de uma forma geral, colocar o aluno no centro do processo ensino-aprendizagem, com foco no desenvolvimento de atitudes individuais que visam a incorporação de valores e atributos inerentes ao *ethos* militar, assegurando a formação de um cidadão (militar) patriota, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades, despertando-o, assim, para a carreira militar.

### 3.4 O LÓCUS DA PESQUISA: O COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE

O Colégio Militar de Campo Grande foi criado através da Portaria Ministerial nº 324, de 29 de junho de 1993, sendo que suas atividades começaram efetivamente em 05 de fevereiro de 1995, onde funcionou, inicialmente, na Avenida Afonso Pena, num prédio que havia sido a sede do Quartel General da 9ª Região Militar.

O funcionamento na precária instalação da Avenida Afonso Pena durou relativamente

pouco, visto que em 13 de janeiro de 1997, o CMCG foi contemplado com novas instalações já concluídas e transfere-se definitivamente para a Avenida Presidente Vargas, nº 2800, no bairro Santa Camélia, em Campo Grande - MS<sup>69</sup>.

Segundo Vieira (2007), no endereço anterior, no Casarão da Av. Afonso Pena, o CMCG contava com 06 salas de aula. Na nova sede ocupa uma área de 382.748,90 m. De 1995 a 2005 se inscreveram nos concursos anuais para 5ª série do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio, cerca de 11.100 candidatos. Já concluíram o Ensino Médio no CMCG, 968 jovens. Desses, 679 foram aprovados na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Instituto Militar de Engenharia (IME), Academia da Força Aérea (AFA) e inúmeras universidades públicas e particulares pelo país (PQG-MS) (VIEIRA, 2007, p. 55).

O CMCG está ocupando uma área privilegiada, que possui 382.748,90 m<sup>2</sup>. Sua área construída é de 22.701,10 m<sup>2</sup>. Com instalações amplas e bem divididas, possui uma estrutura muito melhor do que várias instituições de ensino privada do estado. Toda essa estrutura é mantida pelo Governo Federal através do Exército Brasileiro.

Por ser uma Unidade Militar, o CMCG possui uma estrutura física que atende essa peculiaridade e conta com várias instalações administrativas, além do corpo da guarda com vigilância 24 horas. Conta, também, com auditórios, sala da banda de música e sala de musculação e 2 pavilhões de sala de aula. Possui 3 laboratórios (química, física e biologia) e 30 salas de aula e 8 salas de idiomas. Sua biblioteca possui um tamanho considerável com um acervo de mais de 8.000 livros. A enfermaria do CMCG possui médicos e enfermeiros militares para prestação de primeiros socorros e atendimentos de rotina tanto aos alunos quanto aos militares e civis de seu quadro.

As instalações esportivas são amplas e contem: 1 ginásio coberto, 4 quadras poliesportivas, 1 piscina, 1 sala de musculação, 1 piscina semiolímpica, 1 quadra de handebol, 1 quadra de peteca, 2 quadras de tênis, campo de futebol, sala de lutas e pista de atletismo.

Atualmente o CMCG possui 1013 alunos, sendo que desses, 871 são alunos amparados e 142 concursados.

---

<sup>69</sup> “A cerimônia de inauguração, organizada pelo CMO, ocorre em 24 de janeiro com a presença do Ministro do Exército, General de Exército Zenildo de Lucena, responsável pela criação do CMCG, juntamente com Paulo Renato de Souza, então Ministro da Educação.” (BLÓS, 2012, p. 52)

Série	6ª	7ª	8ª	9ª	1º	2º	3º
Fundamental	3	4	5	4	-	-	-
Médio	-	-	-	-	6	6	4

**QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS: EDUCAÇÃO BÁSICA**

Fonte: Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar (COPESE/CMCG)

O quadro de docentes é formado por professores civis (concursados e contratados) e professores militares que são, em sua maioria oficiais do magistério, oriundos do Quadro Complementar de Oficiais. Um dado interessante no CMCG é que há dois Suboficiais da aeronáutica e 01 sargento do Exército que atuam como professores, o que é incomum nos outros colégios militares que fazem restrições quanto a presença de praças (subtenentes e sargentos) como docentes.

#### 4 - *ETHOS* MILITAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL (SCMB)

---

*O arqueiro mira o alvo na senda do infinito e vos estica com toda a sua força para que suas flechas se projetem, rápidas e para longe. Que vosso encurvamento na mão do arqueiro seja vossa alegria: Pois assim como ele ama a flecha que voa, Ama também o arco que permanece estável. Gibran Kalil Gibran.*

---

Quando buscamos ampliar nossos horizontes através da aquisição e produção de novos conhecimentos nos tornamos como um arqueiro, que mira na senda do infinito saber, nos projetando com todas nossas forças, para aguçar nossos sentidos, nossas sensibilidades e obter a humildade intelectual. Que minha busca pelo conhecimento supere as agruras do árduo caminho e que se torne, no final, a alegria de nossa alma. Assim como “o arqueiro ama a flecha que voa, ama também o arco que permanece estável”. Que esse “parto intelectual” se constitua de dois momentos distintos: Um, o sentimento do dever cumprido; outro no regozijo e eternização desse momento.

##### 4.1 AQUI, ONTEM E HOJE, O LIVRO E O SABRE SE OMBREIAM<sup>70</sup>

O sabre é uma baioneta, uma espécie de faca que vai acoplada no cano do fuzil e representa, em última instância, a força combativa do soldado, pois é através desse instrumento que ele poderá sobreviver na luta corpo a corpo com o inimigo no campo de batalha. O subtítulo acima demonstra que numa mesma instituição onde se cultiva o saber, se cultiva também uma doutrina respaldada no uso legítimo da força.

A história da criação dos Colégios Militares está implicitamente ligada aos anseios do Exército Brasileiro em participar ativamente da formação de lideranças políticas civis e militares no Brasil. Com esse objetivo em 1979 foi criado o Colégio Militar de Brasília, com a esperança de ser um centro de formação para a cidadania, calcada em valores cultuados diuturnamente na caserna. Esses valores têm como alicerce a disciplina militar, a obediência irrestrita às leis e aos superiores hierárquicos, a *sã camaradagem*, e no patriotismo.

Um editorial da Revista do Colégio Militar de Brasília do ano de 1979 traz no discurso de seu autor, o Major Edison Silva Marques, os ideais daquela nascente Instituição de Ensino:

Ontem, quando nuvens negras da indiferença nublavam as coisas sagradas da nacionalidade; quando, sem aproveitamento dos lídimos exemplos deixados por José

---

<sup>70</sup> Revista do Colégio Militar de Brasília. (1979). Discurso do Major Edison Silva Marques. (MARQUES, 1979, apud REZENDE, 2009, p.60)

Bonifácio e Benjamim Constant que fizeram, respectivamente, a Abolição da Escravatura, A Independência e a República pelo crivo intelectual de suas penas, se faziam conquistas à custa de depredações; quando num completo desrespeito à autoridade, à ordem, à tranquilidade, atiravam-se estudantes contra policiais, na intenção tumultuada de reivindicar reformas que, ainda que algumas vezes justas, traziam no processo reivindicatório um contexto anarquista e subversivo, quando tudo isso ocorria deparava-nos com essa realidade que é o Colégio Militar. **Aqui, ontem como hoje, o livro e o sabre se ombreiam. Jovens estudantes, fardados, empunham a bandeira da ordem, do respeito, do civismo, da intelectualidade e com o sabre a defendem.** [...] Os jovens estudantes, parte integrante de um admirável centro de inteligência, de cultura e de patriotismo, têm, nos Colégios Militares, a luz imperecível que os ilumina no caminho das realizações sociais. (MARQUES, 1979, p.22, apud REZENDE, 2009, p.60, grifo da autora)

A crise política que permeou o Regime Militar num período que vai dos chamados Anos de Chumbo<sup>71</sup> até o fim do regime em 1984, levou o Exército a ver nos Colégios Militares uma possibilidade de formação de futuros quadros dirigentes da vida política brasileira, tanto na esfera civil quanto militar. Assim permanece até hoje a missão do Exército em formar cidadãos que levem consigo os valores, costumes e as tradições da Instituição.

As atividades curriculares deveriam ser minuciosamente planejadas de modo a permitir o uso de um conjunto de práticas regulatórias forjadoras de **um modelo de cidadão, que uma vez reiteradas, tornariam tal modelo o ideal e único capaz de corresponder às expectativas da sociedade.** (REZENDE, 2009, p.61, grifo nosso).

Assim os Colégios Militares são espaços destinados a criação de uma consciência jovem nacional pautada no ideal positivista do Estado da Ordem, do respeito e do civismo, imprescindíveis, aos olhos dos militares, à segurança da Nação Brasileira. Esses objetivos aparecem claramente no discurso do então Ministro do Exército, General Fernando Belfort Bethlem, lido por seu representante, quando da inauguração do Colégio Militar de Brasília, em 5 de março de 1979.

[...] à semelhança dos seus congêneres de outras capitais, se propõe, sem quaisquer discriminação (sic), a proporcionar aos jovens brasileiros, filhos de civis e militares, e independentemente de seus níveis sociais, um ensino sadio, objetivo e de alto padrão [...] desenvolvido em um ambiente adequado de civismo que vos **proporcionará, a parda formação de cidadão brasileiro, as ideias elementares, porém indispensáveis, da importância da segurança da nossa Pátria.** (BETHLEM, apud REZENDE, 2009, p. 62, grifo nosso).

A disciplina imposta aos alunos e alunas (a partir de 1989), tem como objetivo a criação

---

<sup>71</sup> São denominados “anos de chumbo” o período mais repressivo do Regime Militar no Brasil. Esse período se estendeu, basicamente, do fim de 1968, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro, até o final do governo Médici, em março de 1974. Foi um período marcado por perseguições políticas, sequestros, prisões arbitrárias e graves violações dos direitos humanos.

de um modelo, um estereotipo de aluno que venha a responder aos anseios das Escolas Militares. A disciplina, segundo Foucault “[...] é uma técnica de poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seu exercício” (FOUCAULT, 1977, p.153). Dessa forma, é no silêncio das práticas rotineiras da caserna, na participação em solenidades cívicas militares, nos cultos aos heróis militares do passado, nos desfiles cívicos, nas formaturas diárias, nas comemorações aos dias das diversas Armas e Serviços da Instituição, nas comemorações do dia 31 de março (Dia da “Revolução Democrática”), no dia da bandeira nacional, no culto a Duque de Caxias; enfim, são nesses momentos castrenses de manifestação explícita do *ethos* militar, que valores da cultura militar são introjetados na vida e na rotina dos alunos.

São nas práticas rotineiras, nos gestos e palavras característicos do linguajar e nos jargões militares que vão se formando o aluno idealizado pelo Exército, o “aluno militar”, o futuro “guardião da democracia” e dos valores do Exército. A partir do binômio: hierarquia e disciplina, essas práticas complementares ao currículo escolar comum as demais instituições de ensino, vão conjugando, no cotidiano dos jovens alunos, a educação física, a educação moral e cívica, o culto aos valores do Exército com a instrução militar propriamente dita. Estas práticas, em seu conjunto, visam:

Habilitar o aluno à compreensão da vida militar, das leis, regulamentos, costumes e tradições em que se apoia e que formam o ambiente no qual há de passar a vida escolar, adquirindo conhecimentos relacionados à disciplina, justiça e sinais de respeito, uso correto do uniforme e equipamentos escolares; **aquisição de habilidades no que se refere à destreza na realização da continência e dos atos de respeito militar; aquisição de hábitos de compostura militar e correção de atitudes, no Colégio ou em público; pontualidade e assiduidade.** (RICM-R69, grifo nosso)<sup>72</sup>



Figura 6: Desfile de 7 de setembro – Alunos do CMSM - RS  
Fonte: <http://www.giovanipasini.com/2011/03/colégio-militar-de-santa-maria-possui.html>

<sup>72</sup> Regulamento dos Colégios Militares (R-69) – Anexos I e II (Separata do BI Nr. 20, de 14 de maio de 1965)

## 4.2 O *ETHOS* NA SIMBOLOGIA DOS COLÉGIOS MILITARES

A malha simbólica em que estão imersos os alunos dos Colégios Militares, propicia um ambiente envolto por ideais doutrinários inerente à própria doutrina militar. Segundo Santaella (2003) “[...] o símbolo não é uma coisa singular, mas um tipo geral. E aquilo que ele representa também não é individual, mas um geral.” (SANTAELLA, 2003, p. 14), ou seja, “[...] o objeto representado pelo símbolo é tão genético quanto o próprio símbolo. (SANTAELLA, 2003, p.14)”. O culto a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Formaturas, o culto a Caxias, os gritos de guerras, a pomposa indumentária de gala nos eventos destinados a comemorar datas históricas que marcam os feitos do passado da instituição, tudo faz parte de um objetivo maior que é inculcar nos alunos a ideia de “corpo de tropa”, de unidade. “[...] Desse modo, o objeto de uma palavra não é alguma coisa existente, mas uma ideia abstrata, lei armazenada na programação linguística de nossos cérebros. (SANTAELLA, 2003, p.14). Para se manifestar, o símbolo “[...] precisa de réplicas, de ocorrências singulares. Desse modo, cada palavra escrita ou falada é uma ocorrência através da qual a Lei se manifesta (SANTAELLA, 2003, p.15).

Assim os cerimoniais dos Colégios Militares, a estrutura física de sua arquitetura, a presença de alunos armados nas formaturas e nas guardas de honra, a ostentação dos uniformes, enfim, tudo nos remete a um ambiente simbólico tipicamente militar.

Segundo Furlanetto (2001), “O símbolo parece conter uma força irresistível, é capaz de tornar visível o invisível, transformar-se em fontes de ideias, possibilitar novas compreensões, estimular formas diferenciadas de expressão” (FURLANETTO, 2001, p. 65). Nesse sentido, símbolo é algo que pode ser contextualizado, pois

[...] o símbolo nos remete a uma imagem que nos fornece indícios para compreendê-lo [...] Uma palavra, uma ideia [um discurso] ou um objeto é simbólico quando implica alguma coisa além do significado manifesto e imediato. Possui um aspecto “inconsciente” mais amplo, que nunca é precisamente definido ou explicado. [...] (FURLANETTO, 2001, p.65).

Dessa forma, dentro do universo militar a utilização de referenciais simbólicos tem a função de manter acesos nas mentes dos militares os ideais da instituição. Um exemplo emblemático é o trato com a Bandeira Nacional, símbolo máximo da instituição militar. Diariamente a bandeira é hasteada rigorosamente num mesmo horário, sob escolta de uma guarda de honra que lhe presta homenagem. Sob um toque de corneta que se faz ouvir em todo aquartelamento, esse ritual de reverência é respeitado por todo militar que, ao ouvi-lo, deve se voltar para o local do hasteamento e prestar sua continência individual. O mesmo acontece ao

entardecer, quando a bandeira é retirada do mastro e guardada até o amanhecer seguinte. Nesse caso a bandeira que representa o respeito e a devoção do militar à nação brasileira, simboliza, também, as vitórias nas batalhas durante a segunda guerra mundial, por exemplo, quando ela foi hasteada nos lugares mais longínquos da Europa durante a 2ª Guerra Mundial.

O mesmo ritual é seguido pelos alunos, que em sua maioria ingressam nos Colégios Militares no 6º ano do ensino fundamental e seguem até o 3º ano do ensino médio. Nesse período, alunos e alunas passam por um processo de aprendizagem imerso em vários dispositivos que visam padronizar comportamentos, modos de agir e de ver o mundo, tudo dentro da ótica e valores inerentes ao *ethos* militar. Esses valores inerentes à vida na caserna, farão parte da rotina diária dos estudantes, enquanto eles permanecerem no Colégio.

**Esses dispositivos nem sempre se expressam de maneira formal, mas se apresentam nas atividades rotineiras e nos simbolismos que fazem parte do ambiente militar. O cotidiano de um colégio militar é povoado de ritos e tradições carregados de significados e integram o conjunto de atividades praticadas e vivenciadas por alunos e alunas enquanto fazem parte do corpo discente da escola.** Não é preciso dizer que essas práticas comporão o repertório representacional de cada pessoa influenciando a maneira como cada um(a) delas interpreta o contexto sociocultural do qual participa (REZENDE, 2009, p. 85, grifo nosso).



Figura 7: Desfile dia 7 de setembro do CMM  
<http://clubedeciberjornalismocmcg.blogspot.com.br>

Segundo Schirmer (2007) são diversas as virtudes militares: o caráter, o ideal, o espírito militar, a disciplina, a lealdade, a obediência, a decisão, o respeito, a subordinação, a confiança, a coragem, a iniciativa, a honra, a tenacidade, a abnegação, o dever militar, o espírito de corpo, a camaradagem a resignação, dentre outras. Muitas dessas virtudes são cultuadas no cotidiano militar e repassadas aos alunos. Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, tratarei da



subordinação, da hierarquia e da disciplina que compõem o *ethos* militar.

#### 4.2.1 Culto a disciplina consciente: A essência do espírito militar

A subordinação, a hierarquia e a disciplina são primordiais pois o Sistema dos Colégios Militares do Brasil é um órgão subordinado ao Sistema de Ensino do Exército Brasileiro. A hierarquia militar é aplicada aos alunos e alunas que concorrem a promoções e podem galgar os diversos graus na hierarquia escolar. Tais dispositivos são utilizados como recompensa, tanto pela aplicação nos estudos, quanto pelo correto procedimento de alunos e alunas. Hierarquia está diretamente ligada à subordinação. “É falso que a igualdade seja uma lei da natureza. A natureza nada faz igual; a lei soberana é a dependência e a subordinação”. (SCHIRMER, 2007, p. 55).



Figura 8: General Luís Antônio Silva dos Santos, em visita ao CMF  
Fonte: <http://www.eb.mil.br/web/resiscomsex>

Segundo Schirmer (2007) a subordinação é um dos componentes da disciplina e é de absoluta necessidade, não só para o cidadão comum, mas principalmente para o soldado que labuta em uma organização rigidamente hierarquizada, na qual a disciplina deve ser imaculada e imune a quaisquer percalços. Dentro dessa perspectiva, a subordinação é a submissão natural ao superior dentro de uma determinada escala hierárquica.

A subordinação é a aceitação e a compreensão natural da importância da existência de diferentes níveis hierárquicos, cujos detentores agem exclusivamente nas esferas de suas atribuições, tendo em vista o permanente desejo unificado em torno da causa comum, desenvolvendo um sentimento de confiança nos chefes, que detêm as rédeas do mando, não pela força, mas pela superioridade hierárquica conquistada e amparada na lei e nos regulamentos. (SCHIRMER, 2007, p. 55).

Subordinação e disciplina são virtudes consideradas pilares da hierarquia dentro de uma instituição militar. A disciplina está diretamente ligada a sanção disciplinar. “[...] tais corretivos [...] podem ser imediatos à transgressão, aplicados com prudência, uteis ao serviço e de gradação correspondente à gravidade da transgressão.” (SCHIRMER, 2007, p. 55).

Para Foucault (2011) a disciplina é uma forma de exercício do poder que incide sobre os indivíduos para controle de seus corpos. Esse controle dos corpos não é exclusividade dos cárceres mas também de instituições como hospital, o exército, a escola e a fábrica. Foi esse tipo específico de poder que Foucault chamou de *disciplina* ou *poder disciplinar*. A disciplina “[...] é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo minucioso das operações do corpo que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade utilidade [...]” (FOUCAULT, 2011, p. 17). Esse mecanismo disciplinador, segundo Foucault, é como um diagrama de poder que funciona não do exterior, “[...] mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento.” (FOUCAULT, 2011, p. 17).

Em primeiro lugar, a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço fechado, esquadrihado, classificatório. Isola em um espaço fechado, esquadrihado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige. (FOUCAULT, 2011, p. 17)

A visão foucaultiana do poder disciplinador fica explicitamente visível na definição de disciplina de Schirmer (2007).

Disciplina é a **rigorosa e estrita sujeição aos preceitos regulamentares**, mesmo aqueles que pareçam insignificantes; é o **respeito e a consideração** que habitualmente o subordinado tem para com o superior, não só em atos de serviço, mas também **fora das paredes dos quartéis** e longe das trincheiras; é a deferência e a atenção que por sua vez o superior tem para com o subordinado; e a **conformidade, a resignação e a espontaneidade com que se deve sofrer, relevar e executar tudo o que exige o dever militar**; é o modo atento e contido no trato com os semelhantes; é a moralidade em todos os atos da vida pública ou particular; é o **comedimento, a sobriedade e a moderação** no luxo e nos excessos de prazeres; é a observância dos preceitos de higiene para a conservação da saúde e da dignidade do soldado; é a **fortaleza física e moral que devem ter ou adquirir todos os militares para suportar o cansaço do serviço**, para arrostar os perigos que a profissão oferece constantemente; é **sofrer com ânimo forte** os reveses e a inconstância da sorte, os percalços da carreira; é conservar a serenidade de espírito e o **sangue-frio nas infinitas ocasiões de dificuldade**. (SCHIRMER, 2007, p. 37, grifo nosso)

Os Colégios militares possuem seu regime disciplinar em consonância com os preceitos do Exército Brasileiro. Sua aplicação visa influir na conduta do aluno (a) dentro e fora do universo escolar, conforme descrito no Manual do Aluno, “[...] criar condições para que o desenvolvimento de sua personalidade se processe em consonância com os padrões éticos da

sociedade brasileira, incorporando-lhe os atributos indispensáveis ao seu crescimento social”. (CMCG, 2011, p.42). As normas disciplinares devem ser encaradas como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo tolerável o rigor excessivo, que as desvirtua e deforma, tampouco a benevolência, que as corrompe e degenera. (CMCG, 2011, p.42)

Assim sendo, a disciplina, segundo Foucault (2011), é um controle do tempo, que estabelece uma sujeição do corpo ao tempo.

Neste sentido, não é basicamente o resultado de uma ação que lhe interessa, mas seu desenvolvimento. E esse controle minucioso das operações do corpo ela o realiza através da elaboração temporal do ato, da correlação de um gesto específico com o corpo que o produz e, finalmente, através da articulação do corpo com o objeto a ser manipulado. (FOUCAULT, 2011, p. 18)

A relação do militar com o corpo, com sua forma física vai além das exigências inerentes à especificidade da profissão, sendo a principal o preparo para a guerra. Do militar exige-se a marcialidade, a correção de atitude, o comedimento nos gestos e na fala e a impecável aparência. Aos alunos dos Colégios Militares a atitude (postura) militar também é uma exigência constante e é cobrado que tenham uma boa apresentação individual. Uma das formas de controle sobre estes quesitos e a vigilância constante, o que se traduz nas formaturas matinais cotidianas<sup>73</sup>.

A vigilância, segundo Foucault (2011) é primordial para a manutenção da disciplina do corpo, pois é um de seus principais instrumentos de controle.

Não uma vigilância que reconhecidamente se exerce de modo fragmentar e descontínuo; mas que é ou precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como contínua, perpétua, permanente; que não tenha limites, penetre nos lugares mais recônditos, esteja presente em toda a extensão do espaço. (FOUCAULT, 2011, p; 18)

A disciplina implica, segundo Foucault (2011), num registro constante do que se está observando, de modo que ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber e deve “[...] impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem olha.” (FOUCAULT, 2011, p. 18). No âmbito militar essa autodisciplina, esse autovigiar-se é comumente chamado de “disciplina consciente<sup>74</sup>”, por isso cada um cuida de si.

<sup>73</sup> Formatura matinal é um momento que antecede as atividades dos alunos. Num ritual militar, os alunos são perfilados e ocorre a verificação dos seus uniformes e sua apresentação individual. Após este momento, os alunos são conduzidos às salas de aula e cada aluno ocupa seu lugar previamente estabelecido. Uma vez em sala, os alunos são apresentados aos professores pelos chefes de turma, que dá ordem para que todos os alunos fiquem em pé e em posição de sentido para serem apresentados ao professor, tudo conforme manda o cerimonial do Exército.

<sup>74</sup> Disciplina Consciente – Informativo Interno do CMB- O Garança. Ano IX – nº 5, 01/04/2008.

Segundo Foucault (2011), esse poder disciplinador é um eficaz mecanismo, ou melhor, uma técnica capaz não de destruir o indivíduo, mas de fabricá-lo. “Em suma, o poder disciplinador não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos” (FOUCAULT, 2011, p. 20)

#### 4.2.2 Culto à hierarquia: A espinha dorsal de sustentação de uma instituição militar

A hierarquia como um instrumento de inserção do aluno na vida militar faz parte da história dos estabelecimentos de ensino do Exército. Já em 1889, através do Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889 – “Approva o Regulamento para o Imperial Collegio Militar”, ela foi instituída e veio se consolidando através dos tempos.

Como escola prática dos deveres do soldado no seio de um batalhão, e como estímulo para desenvolver o gosto pelo estudo e inclinação à carreira militar, os alunos serão graduados, por merecimento, nos diversos postos, desde o de comandante até o de cabo de esquadra, usando dos distintivos marcados no regimento interno. As promoções a esses postos serão da atribuição do Comandante do colégio, sobre proposta do Conselho de Instrução. (CICM, 1889).

Na vida prática dos alunos a hierarquia serve para desenvolver e estimular as inclinações para a carreira militar com um sistema de premiações pelo bom desempenho nos estudos. Nem todos os alunos dos Colégios Militares são agraciados pela promoção, visto que somente 10% do efetivo total do colégio alcança algum tipo de graduação, os demais alunos ficam excluídos desse processo. Esses 10% de alunos aptos à promoção são distribuídos dentro de uma escala hierárquica que vai das graduações de cabo aluno, atribuído aos estudantes ingressos no 6º ano do ensino fundamental - que tenham obtido o primeiro lugar no processo de admissão do colégio - até o posto de coronel aluno, posto esse que pode ser conquistado por alunos do 3º ano do ensino médio.<sup>75</sup>

**O colégio Militar tem seu alicerce, também, na hierarquia militar.** Para efeito de hierarquia, os alunos dos anos escolares de maior nível têm a precedência, exceto no âmbito do Batalhão escolar, onde prevalecerá a precedência dos postos e graduações. A graduação do aluno nos diversos graus da hierarquia escolar constitui recompensa pela aplicação aos estudos e pelo exemplar comportamento escolar, tornando-se estímulo à formação integral do aluno e à escolha pela carreira militar (MANUAL CMCG, 2011, p. 54, grifo nosso).

<sup>75</sup> As promoções serão efetivadas, conforme o mérito alcançado no ano letivo anterior, em solenidade até a 4ª semana do ano letivo em curso, e terão validade até a solenidade do ano letivo subsequente. (RI/CMCG, 2011, p.54)

Concorrem à promoção alunos e alunas que, no ano considerado, satisfaçam as seguintes condições:

- a) Estejam no comportamento “Excepcional” ou “Ótimo”;
- b) Não tenham atingido o limite de pontos perdidos por falta aos trabalhos escolares;
- c) Obtenham média global do ano maior que 7.

Esse processo de concessão de postos e graduações requer do aluno um comportamento compatível com o *ethos* militar, sendo que “Os alunos investidos em graus de hierarquia escolar perderão essa honraria quando por faltas disciplinares, ingressarem no comportamento Bom” (RI/CMCG, 2011, p. 55).

Os alunos graduados estão submetidos a deveres específicos e gozam de direitos particulares, conforme sua conduta, tanto no meio civil quanto no ambiente escolar. São seus deveres:

I -Cooperar na instrução cívica e militar e na educação física, quando necessário; II – auxiliar o comando, particularmente pelo exemplo, na manutenção do asseio e da conservação das instalações; III – primar por irrepreensível conduta disciplinar e prática de virtudes que o tornem exemplo aos pares. (RI/CMCG, 2011, p. 55)

Em contrapartida, são seus direitos e prerrogativas:

I – uso de insígnias correspondentes ao seu posto ou à sua graduação; II – precedência, conforme Art. 94 do RICM, sobre os demais alunos, nas formaturas, representações e solenidades; III – ajudar, desde que voluntário e com o consentimento de seu responsável, como monitor em todas as disciplinas para as quais for convocado, desde que tenha média superior a 8,0 (oito vírgula zero) na disciplina considerada. (RI/CMCG, 2011, p. 56)

Além desses direitos os alunos podem também ser nomeados para chefia de turma, “[...] onde têm precedência hierárquica sobre os demais alunos da turma, isto é, todos os alunos da turma lhe devem obediência quando aqueles estiverem exercendo suas funções” (RI/CMCG, 2011, p. 56).

Ensino	Posto/graduação	Efetivo	Total
Médio 3ª Série	Coronel	-	1
	Ten-coronel	-	1
	Major	-	6
	Capitão	-	1
	1º Tenente	-	3
Médio 2ª Série	Major	-	1
	Capitão	-	2
	1º Tenente	4%	-
	2º Tenente	6%	-

Médio 1ª Série	Capitão	-	1
	1º Tenente	1%	-
	2º Tenente	1%	-
	Aspirante	1%	-
	Subtenente	3%	-
	1º Sargento	4%	-

**QUADRO 12- DISTRIBUIÇÃO HIERÁRQUICA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.**

Fonte: Manual do Aluno do CMCG/ 2011

Ensino	Posto/graduação	Efetivo	Total
Fundamental 9º ano	1º Tenente	-	1
	2º Tenente	1%	-
	Aspirante	2%	-
	Subtenente	4%	-
Fundamental 8º ano	2º Tenente	-	1
	Aspirante	1%	-
	Subtenente	1%	-
	1º Sargento	2%	-
	2º Sargento	3%	-
	3º Sargento	3%	-
Fundamental 7º ano	Aspirante	-	1
	Subtenente	1%	-
	1º Sargento	1%	-
	2º Sargento	2%	-
	3º Sargento	3%	-
	Cabo	3%	-
Fundamental 6º ano	Cabo	-	1

**QUADRO 13: DISTRIBUIÇÃO HIERÁRQUICA DOS ALUNOS DO FUNDAMENTAL.**

Fonte: Manual do Aluno do CMCG/ 2011.

As promoções dos alunos acontecem em solenidade militar com a presença de autoridades civis e militares, convidados, pais e amigos. É um momento de maior expressão do *ethos* militar na vida dos alunos, pois visa dar destaque e diferenciar aqueles mais aplicados nos estudos e que tenham comportamento exemplar no ano anterior.



Figura 9: General De Nardi entrega a medalha de 1º colocado ao Coronel Aluno VEBER

Fonte: <http://www.cmpa.ensino.eb.br>

Toda essa ritualística visa internalizar na conduta do aluno os elementos mais elementares do *ethos* militar. Envergar o uniforme, colocar-se em forma, prestar continência para os superiores hierárquicos, participar das cerimônias do Exército, são práticas rotineiras que visam formar uma nova realidade para os alunos recém chegados.

A partir do momento de sua incorporação ao Colégio Militar, o aluno se torna parte de um todo maior que é o Exército Brasileiro. Sob a influência do *ethos* militar, desde os primórdios da educação militar, conforme já declarava Thomaz Coelho, fundador do Imperial Colégio Militar: **“Os alunos constituirão um corpo, ao qual será aplicado o regime disciplinar, econômico e administrativo dos corpos do Exército**, salvo o que não for praticável, em razão da idade dos mesmos alunos” (THOMAZ COELHO, 1889, apud BENTO, 1989, p. 105, grifo nosso).

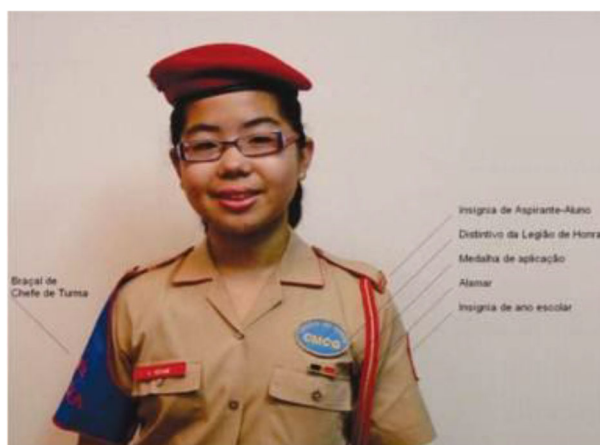


Figura 10 - Programa de estímulos à aprendizagem e à disciplina.  
Fonte: Manual do Aluno/CMCG, 2011

Na fotografia acima temos no braço direito da aluna está o braçal azul que a identifica como chefe de turma. No seu ombro esquerdo ela ostenta a insígnia de Aspirante aluno. Em azul, no lado esquerdo na posição do coração, ela ostenta o distintivo da Legião de Honra, tendo, um pouco abaixo, a medalha de aplicação. Ao cordão pendurado no lado esquerdo se dá o nome de Alamar<sup>76</sup> e no braço esquerdo, a insígnia do ano escolar. A boina vermelha representa as cores heráldicas do Exército e é o símbolo maior que marca o momento em que o aluno se integra ao Colégio Militar e ao Exército Brasileiro.

<sup>76</sup> Honraria concedida aos alunos que conseguirem média maior ou igual a 8,0 em todas as áreas de estudo ou disciplinas de seu ano, no bimestre considerado, e estarem, no mínimo, no comportamento “Bom”, tornando-se exemplo para seus pares. Os(as) alunos(as) que se encontram nesta situação fazem jus ao uso de *Alamar* (cordão de seda usado pendente do ombro (RI/CMCG, 2011, p. 60)

### 4.2.3 Estímulos à aprendizagem e à guarda dos preceitos disciplinares

Vários instrumentos adotados para o estímulo à progressão na carreira militar são utilizados para persuadir os alunos a guardar os preceitos éticos e disciplinares. Como exemplo de alguns dos instrumentos utilizados para alcançar o objetivo fim dos Colégios Militares - que é o ingresso dos alunos nas Escolas de Formação Militar - temos: Ser inscrito no quadro de honra “*Pantheon*”<sup>77</sup>; ser promovido no Batalhão Escolar; assumir chefia de turma; receber Medalha de Aplicação; integrar a Legião de Honra; ser inscrito na galeria de alunos destaques; receber o alamar; ser nomeado monitor/tutor; receber prêmios; receber diploma de assiduidade; assinar o livro de honra e receber elogio em boletim interno. (RI/CMCG, 2011, p. 53).

Destaco, a seguir, os aspectos que também fazem parte da carreira militar e, por conseguinte, compõem a construção do *ethos* militar.

- *O Pantheon* é uma distinção destinada aqueles alunos que tenham se destacado no decorrer de todos os anos escolares. Para receber o *Pantheon* o aluno precisa alcançar as seguintes condições: Ter cursado do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino Médio no Sistema Colégio Militar do Brasil; ter sido classificado em 1º lugar pelo desempenho intelectual em todos os anos escolares; ter sido aprovado com grau mínimo 9,0 em 50% das disciplinas cursadas em cada ano escolar e não ter grau inferior a 7,0 em todas as demais disciplinas. (RI/CMCG, 2011, p. 54).

- *O Batalhão Escolar*: Dentro do Batalhão Escolar, terão destaque os alunos que galgarem os postos e graduações. O reconhecimento ao mérito intelectual é também o principal instrumento de diferenciação na carreira militar. Nas escolas de formação militar profissional a classificação final dos alunos definirá em que cidade o militar irá servir, definirá os critérios de promoções, cursos etc.

- *Chefia de turma*: Todas as turmas de aula têm seu Chefe e seu Subchefe, quando os alunos para esses cargos designados exercem suas funções para um período de duas semanas. Os chefes e Subchefes de uma turma têm precedência hierárquica sob os demais quando do exercício de sua função. Todos os demais alunos devem obediência aos chefes. Cabe ao chefe a apresentação de sua turma nos lugares e horários determinados para as aulas e para outras atividades. O deslocamento da turma de um local para outro é comandado pelo Chefe da turma que deverá apresentar a turma ao professor ou ao monitor responsável pela aula. Deve exigir,

---

<sup>77</sup> Do latim *Pantheon*, do grego *Pántheon*, ou, templo consagrado a todos os deuses; ou ainda, edifício consagrado a pessoas ilustres e onde se depositam os seus restos mortais – Dicionário Priberam.



durante as formaturas, a mais perfeita correção de atitudes e manter a disciplina na ausência do professor, do instrutor ou monitor. Essa atividade de chefia de turma é a que mais se aproxima da atividade militar, pois nesse momento é que se desenvolve as aptidões para a carreira militar, haja vista que o aluno é incumbido de várias responsabilidades típicas da rotina de um militar profissional na caserna. Por essa atividade, com rodízio de duas em duas semanas, todos os alunos passarão pela chefia das turmas. (RI/CMCG, 2011, p.57)

- *Medalha de Aplicação*: A medalha de aplicação foi instituída pelo Nr 4, 5 e 6 do Anexo F do Regimento Interno dos Colégios Militares e é o reconhecimento ao mérito aos alunos, do Ensino Fundamental e Médio, melhores classificados em cada ano escolar, e se constitui da seguinte forma: Prêmio Aplicação: 1º lugar: Medalha dourada com Diploma; 2º lugar: Prêmio Aplicação 2º lugar: Medalha prateada com Diploma; 3º lugar: Medalha bronzada com Diploma. Com efeito, os militares profissionais também têm sua carreira pautada em recebimentos de medalhas, que fazem muita diferença durante os processos de promoção na carreira.

- *Legião de Honra*: Tem por finalidade incentivar os alunos ao cultivo e à prática de sadios princípios de lealdade e honestidade, iniciativa e nobreza de atitude, disciplina e camaradagem, estudo e amor à cultura **segundo os valores, os costumes e as tradições do Exército Brasileiro**. (RI/CMCG, 2011, p. 58, grifo nosso). Seguindo a linha doutrinária do *ethos* militar, os Colégios Militares aplicam os mesmos princípios de formação de conduta aos alunos. **Valores, Deveres e Ética Militar** são conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam para a obtenção de objetivos individuais e institucionais. As Instituições Militares possuem referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais, são os chamados *valores militares*.

Esses valores são: Patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional. Esse conjunto de valores é trabalhado durante todo o período de formação de um militar e são reforçados cotidianamente nas atividades diárias da caserna, vindo a influenciar, de forma consciente ou inconsciente, o comportamento e, em particular, a conduta pessoal de cada integrante da Instituição.

Dentre os diversos quesitos exigidos ao aluno que quer fazer parte da Legião de honra, está a necessidade de aprovação do mesmo pela Assembleia Geral da legião de Honra. Por outro lado, sua permanência está relacionada ao respeito ao Código de Honra da Legião, expresso no seguinte juramento: “*Ao ingressar na Legião, prometo cumprir o lema: Lealdade e honestidade, iniciativa e nobreza de atitude, disciplina e camaradagem, estudo e amor à cultura e respeito às normas do colégio.*” (RI/CMCG, 2011, p.61).

- *Livro de Honra*: Dá destaque aos alunos e alunas com alto desempenho disciplinar. Podem assinar o livro aqueles alunos que se destacaram ao longo dos anos escolares por suas excelentes condutas e por terem sido considerados exemplos para os demais alunos.<sup>78</sup>

- *O Grito de Guerra*: a Saudação Escolar do SCMB. Nas formaturas dos Colégios Militares, vários aspectos impressionam o público assistente. A postura e a marcialidade dos alunos, a uniformidade do Batalhão Escola, a imobilidade dos alunos, a exatidão do perfilamento e o “grito de guerra” dos alunos. Segundo Rezende (2009), a origem do grito de guerra dos alunos dos colégios militares em dia de Formatura tem uma origem é controversa. “Segundo a Revista do CMRJ(2000:30) esse brado foi elaborado de forma espontânea por um instrutor de Educação Física e preparador das equipes do CMRJ, Tenente Japyr, para o Campeonato Colegial de Futebol, em 1928.” (REZENDE, 2009, p. 97). Entretanto, Rezende (2009) ressalta que “[...] no Guia do Aluno do CMB (2008:52) consta que esse brado é de origem indígena, usando linguagem tupi-guarani, que remonta ao início do século XX” (REZENDE, 2009, p. 98). O grito de guerra dos alunos tem como objetivo expressar a unidade da tropa, sua coesão e sua força, além de afirmar a identidade do aluno do Sistema dos Colégios Militares do Brasil.

Nos colégios militares essa saudação implica nos seguintes passos:

1º- Exortação por um(a) aluno(a): *E ao Colégio Militar, tudo ou nada?*

2º- Resposta do Batalhão Escolar: *Tudo!*

3º- Exortação por um(a) aluno(a): *Então como é, como é que é?*

4º- Resposta do Batalhão Escolar: *Zum, zaravalho, opum, Zarapim, zoqüê, Oqüê-qüê, Oqüê-qüê, Zum! Pinguilim, Pinguilim, Pinguilim, zunga, zunga, zunga, cate marimbau, cate marimbau, eixáu, eixáu, Colégio! (RI/CMCG, 2011, p. 74)*

O grito de guerra, feito nas formaturas, costuma ser um momento esperado pelos alunos e alunas, porque carrega um significado simbólico muito forte: o de manifestação do pertencimento a um grupo de elite com o qual eles e elas se identificam. Manifestando-se ao mesmo tempo, em uníssono, vozes masculinas e femininas se confundem em um mesmo tom, onde não há separação, não há hierarquia, não há diferenças. É claro que no início não foi bem assim, afinal de contas as meninas eram minoria, mas, atualmente, com o corpo discente bem mais homogêneo em termos numéricos, não há predominância do timbre de voz masculina, como ocorria no passado (REZENDE, 2009, p. 98).

<sup>78</sup> “Assinarão o Livro de Honra do CM os concludentes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio que não tenham sofrido punições em boletim interno durante toda a vida escolar”. RI/CMCG, 2011, p. 61).

*-Instrução Cívico Militar:* Além das disciplinas tradicionais, a grade curricular do Sistema dos Colégios Militares contempla ainda a Instrução Cívica Militar (ICM). Além da formação de cultura geral, integram o programa curricular a instrução moral, cívica e militar. O objetivo é instruir alunos e alunas sobre a vida (*ethos*) militar, seus regulamentos, costumes, valores e tradições do Exército.

É nesse espaço que os alunos aprendem a marchar, executam a ordem unida, têm orientações sobre cuidados com o uniforme, corte de cabelo, boas maneiras e demais orientações necessárias de comportamentos e atitudes militares, tudo igual ao que acontece com os jovens recrutas quando de seu período inicial. Os objetivos pedagógicos da disciplina ICM, são:

- a. Demonstrar atitudes marciais durante a execução da Ordem Unida.
- b. Reconhecer a importância na prevenção do tabagismo, alcoolismo e toxicomania.
- c. Reconhecer a importância da prevenção nas doenças sexualmente transmissíveis.
- d. Aprimorar atributos da área afetiva.

Os assuntos se dividem em educação cívica; hierarquia, justiça e disciplina; conduta individual do aluno e prevenção e combate a incêndio, educação para a saúde, primeiros socorros, atributos da área afetiva, ordem unida desarmada. Os objetivos específicos são: listar as condições de ingresso nas escolas de formação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; entoar hinos, canções militares e saudação colegial; noções de hierarquia, justiça e disciplina; identificar as faltas disciplinares mais comuns na conduta do aluno; conceituar “trote” e suas consequências; como portar-se corretamente dentro e fora do Colégio e o cuidado com os uniformes; valorizar o uniforme como símbolo do estudante do Colégio Militar (PLADIS/CMRJ, 2002).

Todos esses aspectos apresentados nos dão conta de que a prática pedagógica da educação militar está voltada para a formação do aluno no seu aspecto cognitivo, tendo sempre em mente a formação

[...] de um cidadão/combatente obediente, disciplinado, ético, de moral ilibada, dotado de força, resistência física, coragem, iniciativa, destreza corporal, inteligência, proposta esta que lembra a pedagogia de Platão para a formação do *Guardião*, em que o indivíduo recebe uma educação capaz de prepará-lo tanto para guerrear quanto para governar. (LUZURIAGA, 1972, pp.50-4, apud REZENDE, 2009, p. 84).

Outras atividades fazem parte dessa malha simbólica<sup>79</sup> destinada a estimular no aluno o despertar para a carreira militar através da introjeção do *ethos*. São olimpíadas dos Colégios Militares, o Curso de Formação de Reservistas, a entrega simbólica da boina do aluno que marca sua incorporação<sup>80</sup> no Colégio Militar, a participação na banda de música, participação em grêmios (Aeronáutica, Artilharia, Cavalaria, Comunicação, Forças Auxiliares, Engenharia, Infantaria e Naval) e visitas periódicas às escolas de formação como a AMAN, por exemplo. Toda essa dinâmica visa acentuar a percepção dos valores, da ética e dos preceitos militares, ou seja, desenvolver nos alunos o espírito de corpo e a vocação profissional militar.

O espírito de corpo encontra sua base na camaradagem que engendra a solidariedade entre os componentes de uma organização militar, fruto da igualdade de interesses e de aspirações que produzem uma personalidade própria e definida [*Ethos*]. Seu grande respaldo está no apoio e na estima, já que os integrantes de uma corporação estão unidos pelos mesmos laços de afeto, com vistas à formação de um todo imortal (SCHIRMER, 2007, p. 89, grifo nosso).

Todo esse discurso que envolve os alunos dos Colégios Militares tem como objetivo fomentar e enrijecer o valor das virtudes militares. “Constitui um manancial inesgotável a gerar estímulos no sentido de os componentes do corpo fazerem-no cada vez mais forte” (SCHIRMER, 2007, p. 89). O desenvolvimento do *ethos* militar é um processo gradativo que se obtém através de práticas diuturnas das virtudes militares. Tais virtudes são trabalhadas nas solenidades militares com os hinos e canções que enaltecem a instituição e nos cerimoniais que lembram os feitos passados da instituição.

#### 4.3 DO REGIME, DAS FALTAS E DOS RECURSOS DISCIPLINARES

Segundo o Regulamento Disciplinar do Exército (RISG, 2002), constituinte da base institucional das Forças Armadas, a disciplina é entendida como rigorosa obediência às leis, aos regulamentos, normas e disposições; correções de atitudes na vida pessoal e profissional; pronta obediência às ordens dos superiores; fiel cumprimento do dever. A disciplina deve ser

<sup>79</sup> “Isso é reforçado especialmente pelo fato de que, simbolicamente, há uma “cosmologia militar” que traça seus limites a partir da distinção categórica do grupo com relação ao mundo paisano, a começar pelo seu lado mais visível — o uniforme, de uso exclusivo da Força. De maneira geral, essa distinção se acha ancorada numa organização social que limita o mundo “de dentro” àqueles que estão numa cadeia de relação comando obediência.” (LEIRNER, 1997, p. 21).

<sup>80</sup> Esse termo tem o simbolismo de que o aluno agora pertence a um “corpo maior”, uniforme, é o Corpo de Tropa. Sua individualidade dá lugar ao espírito de corpo. “Quando os homens se sentem unidos com um objetivo, reconhecem que podem alcançar outros mais, cuja consecução esteja condicionada a uma forte união” (CARLYLE, apud. SCHIRMER, 2007, p. 89)

consciente e não imposta.

A hierarquia é traduzida como a ordenação da autoridade em diferentes níveis. É alicerçada no culto à lealdade, à confiança e ao respeito entre chefes e subordinados; na compreensão recíproca de seus direitos e deveres; na liderança em todos os níveis. (RISG, 2002).

#### **4.3.1 Do Regime Disciplinar**

O regime disciplinar dos Colégios Militares visa influir no comportamento do aluno, tanto dentro como fora do universo escolar. A conduta do aluno uniformizado, dentro ou fora da instituição, segue um rol de imposições, dentre as quais citamos:

- Não é permitido o uso do uniforme em desconformidade com as normas institucionais;
- Não é permitido pronunciar palavras de baixo calão, gírias ou gestos inadequados ao melhor convívio social;
- Não é permitido permanecer com as mãos nos bolsos da calça;
- Não é permitido sentar no chão, sobre mesas ou em encostos de bancos e cadeiras;
- Não é permitido pôr os pés em bancos ou cadeiras;
- Não é permitido escorar-se em paredes, muros ou grades;
- Não é permitido o uso de aparelhos sonoros com fones de ouvidos;
- Não é permitido namorar, beijar, andar abraçado ou de mãos dadas, o cumprimento entre os alunos é o aperto de mãos (RI/CMCG, 2011, p.44).

Qualquer descumprimento desses e de outros preceitos constituem em falta disciplinar, passível de sanções disciplinares corretivas. “Falta disciplinar é qualquer violação dos preceitos da ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento imposto aos alunos em função do sistema de ensino peculiar aos Colégios Militares” (RI/CMCG, 2011, p. 45). Segundo Foucault (2011), em todas as esferas da vida em sociedade estamos susceptíveis de sofrer a ação/efeitos do poder. “Afiml, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2011, p. 181).

Todos esses mecanismos utilizados paralelamente à prática pedagógica convencional,

visam, como vimos, atender ao objetivo maior que é o despertar vocacional para a carreira militar. Esse agir sobre o corpo dos alunos é expresso em faltas disciplinares discriminadas em 36 normativas do Manual do Aluno. Dentre essas regras, muitas são subjetivas, como nos exemplos a seguir: “Faltar a verdade”; “Simular doença para esquivar-se ao atendimento de obrigações e atividades escolares”; “Esquivar-se de satisfazer compromisso de ordem moral...” e “Frequentar lugares incompatíveis com o decoro da sociedade e de sua situação de aluno”. Outras regras são mais objetivas: “Entrar no colégio ou dele sair, não estando para isso autorizado...”; “Ir a qualquer dependência do colégio sem autorização, bem como nela penetrar sem permissão ou ordem da autoridade que nela estiver.”. As restrições são também aplicadas a área externa dos muros dos colégios: “Deixar de acatar as ordens e instrução das autoridades civis...”; “Publicar ou contribuir para que sejam publicadas mensagens, fotos ou qualquer outro documento, na internet, que possam concorrer integrante do colégio”.

As diversas restrições visam também coibir que pensamentos distintos dos cultivados pela doutrina do Exército sejam propalados pelos alunos. “Ter em seu poder, introduzir, ler ou distribuir, dentro do colégio, cartazes, jornais ou publicações de cunho político-partidário ou que atentem contra a disciplina ou a moral”. Esse patrulhamento ideológico exerce sobre o indivíduo uma violência simbólica “[...] age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades” (FOUCAULT, 1995: 243).

Segundo Foucault (2011) o poder, nas esferas denominadas de poder disciplinar ou nos conceitos de micro poderes, não se manifesta exclusivamente nas prisões, mas em várias instituições. A propósito, os Colégios Militares são a junção de duas instituições em uma só, portanto nela coexistem a sobreposição das diversas estruturas de poder, tanto acadêmico, quando militar.

Nesse contexto sua ação é mais perceptível, haja vista que se situa no tempo e no espaço e está presente em todo o contexto da vida do aluno. Com base em Foucault (1982), podemos dizer que o controle total sobre a vida do aluno, expresso nas legislações e no ordenamento jurídico do Exército, penetra em seus corpos, controla seus gestos e comportamentos. Esse poder possui uma dimensão simbólica que extrapola a mera representação negativa da repressão física. Ele atua no campo psicológico e permeia o imaginário militar como se fosse uma coisa natural, inexorável, a que o indivíduo se acostuma e aprende a conviver. “O poder, na realidade, se faz presente nas diferentes instâncias sociais funcionando como uma rede de dispositivos ou mecanismos que ordenam o social”. (FOUCAULT, 1982, p. 16).

Segundo Foucault (1982) O poder disciplinar não é exercido apenas pela força, mas trabalha tolhendo o sujeito do exercício pleno de sua liberdade. Sua lógica pauta-se no convencimento através de processos orientadores, que através do ato de ensinar, “[...] visa convencer os sujeitos a adotarem comportamentos “corretos” e apresentarem tais comportamentos como parte da sua natureza.” (FOUCAULT, 1982, pp.188-189). Essa definição de poder disciplinar é muito didática para percebermos com exatidão a realidade por que passam os alunos dos Colégios Militares.

#### **4.3.2 Das faltas e dos recursos disciplinares**

Dentro do processo de vigilância constante a que os alunos (as) estão submetidos, um instrumento eficaz é o Fato Observado (FO). Nesse dispositivo, são registrados todo ato relevante que o aluno praticar. Apesar de não possuir caráter de medida disciplinar, o FO auxilia na atividade educacional, uma vez que classifica todos os atos dos alunos em *positivos* ou *negativos*. “Todos os Fatos Observados escriturados serão apreciados pelos Comandantes de Companhia, os quais poderão, após análise, atribuir recompensas, medidas disciplinares ou determinar seu arquivamento” (RI/CMCG, 2011, p. 49).

O disposto de controle dos alunos é o mesmo utilizado na vida militar na caserna. “A todo aluno arrolado em um Fato Observado será garantido o conhecimento do referido registro, sendo-lhe facultada a apresentação de contraditório e defesa no próprio formulário de FO, antes do lançamento em Ficha Disciplinar” (RI/CMCG, 2011, p. 49). Nas faltas consideradas graves, é lavrado pelo Comandante da Companhia um Formulário de Apuração de Falta Disciplinar (FAFD). O aluno, após receber a FAFD, está obrigado a dar ciência a seus pais ou responsáveis, e terão o prazo de 5 dias úteis para apresentar suas razões de defesas. Esse procedimento é o mesmo aplicado na vida dos militares profissionais, sendo que a nomenclatura, nesse caso, é a FATD (Ficha de Apuração de Transgressão Disciplinar). Em ambos os casos, dos alunos e dos militares, poderão ser abertas sindicâncias para se apurar os casos mais graves.

Tal qual na vida da caserna, os alunos são classificados em comportamentos que podem variar de “Excepcional” até “Mau”. No caso dos alunos, esses são classificados em grau numérico, de acordo com os seguintes critérios:

<b>Grau</b>	<b>Comportamento</b>
10,00	Excepcional
9,0 a 9,99	Ótimo
6,0 a 8,99	Bom
5,0 a 5,99	Regular
3,0 a 4,99	Insuficiente
0,0 a 2,99	Mau

**QUADRO 14 - VALORAÇÃO DO COMPORTAMENTO DOS ALUNOS**

Fonte: RI/CMCG, 2011.

Todo aluno ao ingressar no Colégio é classificado no comportamento Bom (8,0). Todos os seus atos serão avaliados e ele estará sujeito a ter seu comportamento reclassificado de acordo com as medidas disciplinares que ele venha a sofrer, conforme quadro abaixo:

<b>Medida</b>	<b>Valor</b>
Advertência	-
Repreensão	- 0,3
AOE	-0,5
Retirada	-0,5 (por dia)
Elogio coletivo em BI	+ 0,1
Elogio individual em BI	+ 0,3
Aluno aprovado	+ 0,5
Aluno em recuperação	+ 0,2

**QUADRO 15 - VALORAÇÃO DAS PUNIÇÕES IMPOSTAS AOS ALUNOS**

Fonte: RI/CMCG/2013.

#### 4.3.3 Classificações das Faltas Disciplinares

As faltas disciplinares podem ser eliminatórias, passíveis de exclusão disciplinar dos alunos, após comprovadas por sindicância. (RI/CMCG, 2012, p. 47). As faltas disciplinares são as elencadas abaixo:

- a falta que afete, gravemente, a honra pessoal, o pudor e o decoro social;
- a falta ou faltas disciplinares que tornem o aluno incompatível com o bom nome do colégio e a dignidade do corpo discente;
- a participação em greve e outros movimentos reivindicatórios;
- ter o aluno substâncias de natureza tóxica, ou delas fizer uso;
- destruir ou danificar, deliberadamente, com requintes de vandalismo, instalações, equipamentos e/ou material pertencentes ao Colégio Militar ou a terceiros;



- a prática pelo aluno de crime comum apurado em inquérito, excluídos os culposos; e
- a condenação do aluno por crime de natureza dolosa. (RI/CMCG, 2011, p. 48).

O caso mais dramático envolvendo punição de aluno dos Colégios Militares ocorreu em 1990, no Colégio Militar do Rio de Janeiro. O aluno da 8ª série, Celestino José Rodrigues Neto, de 14 anos, acusado de colar em uma prova de geografia, foi punido com seis dias de suspensão, após sido posicionado em frente a todo o efetivo do colégio, na presença de sua mãe, teve sua punição lida no autofalante do Colégio. Dois dias depois Celestino se suicidou com um tiro na cabeça, após escrever uma carta pedindo desculpas à mãe, em sinal dos seus bons sentimentos e caráter.

Desculpe-me também pela humilhação. Desculpe-me pelo que acabo de fazer, mas não tive escolha, você não merecia ouvir aquilo ontem de manhã, não lhe culpo pelo que me fez e me disse, afinal você é mãe e não está errada por isso. Desculpe-me também pela humilhação que lhe fiz passar perante todos os alunos do colégio e perante o Capitão. “Eu estou indo embora porque cometi um erro, fui punido, mas agüentei a maior punição que foi de nem ao menos poder olhar nos seus olhos e se desculpar daquilo que na verdade eu não cheguei a fazer, é verdade eu não cheguei a colar, no dia da prova eu estava nervoso, não sabia nada, peguei o livro abri, mas não consegui ler não [...]”<sup>81</sup>

Em nota da época, a Seção de Relações Públicas do Exército informou que a “cola” era uma transgressão disciplinar passível de expulsão do aluno do colégio, assim como o homossexualismo e o uso de drogas<sup>82</sup>.

Toda estrutura organizacional do Sistema dos Colégios Militares do Brasil, foi idealizada dentro dos preceitos da doutrina do Exército Brasileiro. Sua dinâmica interna gira em torno de seus rígidos mecanismos de controle, difusão, persuasão e disseminação do *ethos* militar, gerado através de uma malha discursiva que envolve o aluno num universo simbólico permeado pela prática da ética, dos valores e das virtudes militares, diuturnamente, seja no ambiente escolar, no ambiente familiar ou no convívio em sociedade.

---

<sup>81</sup> **Desculpe-me também pela humilhação.** Carta publicada no Jornal o Globo. Disponível em <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/puniccedilatildeo-vergonha-trageacutedia-8836580>

<sup>82</sup> Jornal Folha de São Paulo, 18 de maio de 1990.

## CONCLUSÃO

---

*“Vossos filhos não são vossos filhos, são os filhos e as filhas da ânsia da vida por si mesma”; os conhecimentos aqui produzidos não se deixam aprisionar nestas folhas. Eles me pertencem assim como pertencem à minha orientadora que o conheceu em primeira mão, pertencem aos membros da banca que o leram com aguçada veia interpretativa; enfim, pertencem aos futuros possíveis leitores que se interessarem pela temática.*

---

Chego, enfim, ao nosso “parto de ideias”, ao nosso *Fiat Lux*. Em todas as etapas desse percurso fui motivado pela frase “*Sapere Aude*”. Essas palavras estão presentes no livro “O que são as Luzes”, do filósofo Immanuel Kant. É uma expressão latina que significa algo como “ouse saber” ou “atreva-se a saber”, ou ainda, “tenha coragem de usar seu próprio entendimento”. Assim procurei agir ao estudar o *ethos* militar, categoria ainda vista com ressalvas no meio acadêmico.

Os conjuntos de valores presente na prática pedagógica do Sistema Educacional do Exército estão extremamente arraigados na cultura da instituição, constituindo-se um dos instrumentos primordiais de interiorização de uma rede estrutural do pensamento, do discurso, dos valores e do comportamento que constituem o *ethos* militar. Essa rede de signos que permeia o imaginário militar constitui o *ethos* desse grupo *sui generis*. Através da aprendizagem do jeito e de um linguajar próprio, do culto irrestrito à hierarquia e à disciplina, dentre outros valores, vão se tomando o *ethos* militar como algo legítimo em detrimento das normas sociais universais. Dentro de uma perspectiva interdisciplinar, busquei em diferentes autores definições de *ethos*, e as que mais se aproximaram do tratamento que damos ao modo de vida peculiar dos militares das Forças Armadas em geral e do Exército em particular foi “*Ethos*, em grego antigo, designa, antes de tudo uma maneira de se comportar, uma forma de viver. [De um indivíduo ou de um grupo de indivíduos]” (POL DROIT, 2012, p. 48); “[...] o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, **uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento**”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 18, grifo nosso).

Durante o estado do conhecimento realizado nos deparamos com trabalhos que retratam alguns conflitos entre a hierarquia militar e a hierarquia acadêmica, na relação entre os quadros do magistério (militar e civil) com os militares de carreira dentro dos Colégios Militares. Talvez somente quando os oficiais egressos do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do magistério vierem a ocupar cargos de direção nos Colégios Militares esse problema seja minimizado; entretanto, como os oficiais do QCO na atualidade, somente chegam ao posto de tenente-coronel, não há muitas expectativas que isso mude, de modos que essa “incompatibilidade” tende a persistir por mais algum tempo.

Historicamente o ensino militar sempre esteve voltado para conferir à instituição Exército um papel de “guardiã” da pátria e nos momentos de grave crise institucional a conduta dos “funcionários fardados” foi intervencionista. (LUDWIG, 1998). Esse autor nos lembra que a escola, seja ela civil ou militar, é um espaço dinâmico e político por excelência pois é politicamente determinada e seu processo educativo e seus respectivos resultados são igualmente políticos. Assim toda escola exprime as relações de forças vigentes na sociedade e, sendo pública ou privada, todas estão sob o jugo do Estado.

Dentro da lógica de um dado sistema dominante, as escolas tendem a favorecer os interesses dos grupos privilegiados dessa sociedade; de onde podemos inferir que o processo pedagógico militar é político porque visa formar profissionais - militares ou civis - adequados a uma hierarquia social do trabalho, pois durante todo o ciclo educacional inculca no aluno as relações de dependência, hierarquização e subordinação.

A prática pedagógica do Sistema dos Colégios Militares do Brasil é norteada pela doutrina educacional do Exército valendo-se de diferentes estratégias e práticas disciplinadoras que em última instância, visam modelar um tipo idealizado de aluno que venha atender a finalidades preestabelecidas dentro do ideário de estabelecimento da lei e da ordem social e política da sociedade brasileira.

Conjugando em sua grade curricular um conjunto de disciplinas comuns a outros estabelecimentos de ensino civis com atividades eminentemente militares, os Colégios Militares vêm promovendo o enquadramento disciplinar de seus alunos dentro da perspectiva do *ethos* militar profissional. Essa prática pode ser vista com clareza, por exemplo, numa nova perspectiva dos Colégios Militares como formadores de reservistas de 2ª categoria, ou seja, os alunos do sexo masculino ao atingirem a idade de cumprir o Serviço Militar obrigatório podem cumprir o serviço militar nas dependências dos próprios Colégios Militares<sup>83</sup>.

Todas essas práticas vão sutilmente introjetando valores militares aos indivíduos envolvidos nesse processo e esses acabam por não perceber o quanto são determinantes em seus comportamentos, discursos e visões de mundo. Nesse processo de assimilação de preceitos atinentes ao *ethos* militar, o sujeito acaba defendendo os valores e princípios próprios da instituição Exército Brasileiro como se fossem seus. Essa condição se acentua naturalmente naqueles jovens que acabam por ingressar nas fileiras das Forças Armadas, mas também

---

<sup>83</sup> Art. 5º: “Os CM poderão ofertar o Curso de Formação de Reservistas (CFR) para os alunos do sexo masculino que satisfaçam à legislação do Serviço Militar, conforme as normas específicas que regulam o CFR.” Regulamento dos Colégios Militares (R-69). Portaria Nº 042, de 6 de fevereiro de 2008.

acompanham aqueles que vão para a esfera profissional civil pois levam consigo o sentimento de pertencimento eterno à Instituição.

O Sistema dos Colégios Militares do Brasil é composto por Colégios Militares reprodutores da hierarquia militar, da doutrina, dos valores, da cultura e do *ethos* militar. Inconsciente ou não, o capital simbólico presente na estrutura pedagógica militar faz parte da rotina diária dos alunos e é assimilado e visto de forma natural, sendo que o controle dos corpos é o principal instrumento de incorporação de valores por esses alunos, seja através da coação ou da própria assimilação por imitação. Esse processo é facilitado uma vez que os valores são trabalhados dentro dos períodos de socializações primária e secundária, quando o aluno está sendo formado psicologicamente e socialmente.

Todo esse processo se dá de forma lenta e os alunos são envolvidos numa malha discursiva permeada por práticas e atividades cívicas, físicas, doutrinárias, culturais, desportivas, visando num primeiro momento o despertar para a carreira das armas; e num segundo momento formar civis que coadunem com os princípios, valores e tradições do próprio Exército.

Nos trabalhos que nos serviram de referência para a realização dessa pesquisa, que em quase sua totalidade foram escritos por pessoas que têm algum vínculo institucional com o objeto de pesquisa, o que demonstra que a temática educação militar, seja ela mais geral ou especificamente no âmbito dos Colégios Militares, ainda está longe do interesse de pesquisadores civis. Talvez esse não interesse se dê pelo estranhamento que causa nas autoridades militares o deixar-se pesquisar, submeter-se à avaliação de civis frente a autonomia legal da educação militar. Esse receio por “desnudar-se”, por expor suas práticas simbólicas, quase sagradas, tem razão de ser pois essa categoria se vê como diferente das demais categorias profissionais.

Depreendemos dos estudos realizados que há certa resistência por parte das autoridades militares em permitir que se abram as portas da instituição para pesquisas. Durante a realização da pesquisa no Colégio Militar de Campo Grande fui informado que seria o último pesquisador a ter autorização do Diretor para realizar pesquisas naquela instituição, haja vista uma diretriz da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial de que toda e qualquer pesquisa no âmbito dos Colégios Militares precisaria passar por uma avaliação e autorização daquele órgão diretor, o que pode vir a dificultar ou mesmo inviabilizar futuras pesquisas.

Essa exacerbação da aplicação dos preceitos eminentemente militares na rotina e na vida

dos alunos do ensino básico nos Colégios Militares pode vir a fazer com que alguns alunos, mais susceptíveis psicologicamente, venham a ser tornar adultos menos participativos politicamente<sup>84</sup>. Isso pode ocorrer pela ausência de confronto entre as ideias, pela falta de um diálogo que permita o debate franco, o que é essencial para a vivência numa sociedade democrática. A prática do confronto de ideias não é permissível nessa linha vertical da hierarquia militar.

Apesar de não contemplar entrevistas diretas com os alunos, entrei em contato com especialistas em educação, em educação militar, com professores civis e militares de colégios militares, com pais de alunos, tanto de Campo Grande como de outros estados, onde a troca de e-mail foi primordial para a coleta de informações e a geração de um intercâmbio que me permitiu subsidiar a pesquisa.

O ensino militar profissional exprime as relações de poder existentes no contexto social brasileiro, sendo que, conforme nos indica Ludwig (1998) “[...] o fenômeno educativo de qualquer espécie não pode ser encarado sob o ângulo da neutralidade política” (LUDWIG, 1998, p. 07), e que o processo ensino-aprendizagem está voltado para a tarefa de forjar um tipo de profissional aplicador da violência que em vários momentos de crise institucional sempre atuou em benefício de setores hegemônicos da sociedade brasileira.

O ensino nas instituições militares brasileiras podem contribuir para a formação de cidadãos que coadunem com essa postura tradicional de intervenção das Forças Armadas na vida política brasileira. Diante dessa constatação, o estudo sobre educação militar se faz cada vez mais relevante visto que cresce sua influência na educação básica dos estabelecimentos públicos, civis ou militares.

Os resultados positivos alcançados pelas escolas militares no Ideb - tanto do Exército quanto as mantidas pelas polícias militares - vem despertando o interesse de especialistas e da mídia em geral, mas também vem fomentando a polêmica acerca da exacerbação da aplicação da hierarquia e da disciplina na rotina dos alunos. Em 2012 o jornal Bom dia Brasil trouxe a notícia de que 10 escolas militares se destacaram entre as 30 melhores escolas públicas no Ideb. Em 2014 foi o programa Profissão Repórter que tratou das escolas públicas do Estado de Goiás que passaram para a administração da Polícia Militar. Esse programa trouxe também o exemplo

---

<sup>84</sup> “A falta de criticidade marcada pela ausência de aulas de filosofia e aulas críticas de história e geografia, e pela proibição de manifestações ou discussões políticas... [...] Mas muitas vezes acho que somos pouco preparados politicamente por esta falta de vivência na época escolar. Ex-aluna Amanda” (REZENDE, 2009, p. 100)

de escolas civis que buscaram outras alternativas para atrair o interesse dos alunos e controlar a violência escolar. Desde 2005 Goiás vem implementando essa política de “militarização” das escolas públicas como forma de resolver problemas de violência e de comportamento “agressivo” de alunos, onde cerca de vinte mil alunos já estão sob esse “novo” regime.

Alguns aspectos apontados pelos defensores dessa “militarização” da educação básica, dizem respeito à boa estrutura física, organizacional e administrativa das Escolas Militares; eles ressaltam também a importância da aplicação da hierarquia e disciplina como forma de disciplinamento rígido dos alunos, sempre ressaltando à precarização da educação e da maioria das Escolas Públicas no Brasil.

Como o Sistema dos Colégios Militares do Brasil tem uma política pedagógica especificada e amparada na Lei de Ensino do Exército (LEI Nº 9.786/99) e o Ministério da Educação não pode interferir no currículo das escolas militares, o Exército possui autonomia para aplicar uma pedagogia em consonância com o *ethos* e a doutrina militar. Entretanto, o coordenador da Comissão Nacional da Verdade<sup>85</sup>, Cláudio Fonteles, afirmou que os livros didáticos dos Colégios Militares poderão ser alvo de recomendações daquela Comissão. "Esse é um tema propício a ser tratado nas recomendações", disse Fonteles. "É preciso respeitar a autonomia [das escolas militares], mas não se pode fugir completamente ao programa adotado nas outras escolas públicas e privadas." Para o professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Fico, o governo deveria promover uma reforma geral nos currículos militares. "Não sabemos como funcionam as escolas para oficiais", diz Fico. "Não é uma questão militar. Diz respeito à segurança da sociedade." A Associação Nacional de História pretende pedir ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que avaliem os livros adotados nas escolas militares.<sup>86</sup>

Toda essa polêmica traduz a importância de se pesquisar a educação militar e essa “militarização” da infância e da educação brasileira, tendo sempre em mente que os militares possuem aquilo que os psicólogos chamam de dissonância cognitiva, que seria uma atitude de se evitar mundos em desalinho com suas ideias, tradição e convicções, ou seja, com o *ethos* militar.

---

<sup>85</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

<sup>86</sup> **CNV deverá investigar livros das escolas militares.** Disponível em <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/cnv-devera-investigar-livros-de-escolas-militares>. Acesso em 09 Dez 2014.

## REFERENCIAS

ANDRADE JUNIOR, Hermes. **Limites e desafios aos militares brasileiros em relação a questão ambiental**. Tese de doutorado apresentada à ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2012.

BENTO, Cláudio Moreira. **O colégio militar em sua fundação. A defesa nacional**. Rio de Janeiro: 1989.

BLÓS, Neiva. **Coordenador/supervisor pedagógico do colégio militar de campo grande: uma prática refletida**. 2012. 180 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande - MS, 2012.

BOTELHO, José Francisco. **Virtudes Possíveis: Simplicidade**. Revista Vida Simples. Rio de Janeiro: Abril, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002 **Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército. Valores, Deveres e Ética Militar (VM 10)**. Brasília. 1ª Ed. 2002.

\_\_\_\_\_. **Colégio Militar de Campo Grande. Manual do Aluno 2011**.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária Federal Nr 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

CAMPELO DA SILVA, Lidiane Rodrigues; et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**. Trabalho apresentado no IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA realizado na PUCPR. 2009.

CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. **O casarão da várzea: um espaço masculino integrando o feminino (1960 a 1990)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2008.

CARVALHO, Gustavo Quevedo. **O uso dos jogos na resolução de problemas de contagem: um estudo de caso em uma turma do 8º ano do Colégio Militar de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: ática, 2003, 13ª ed.

CIAMPA, A.C. **Identidade**. In: W. Codo & S. T. M Lane (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. **O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919)**. Artigo apresentado nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DROIT, Roger-Pol. **Filosofia em cinco lições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FARIA, Cláudia Valéria Vieira Nunes. **A metáfora na leitura em língua estrangeira: Efeitos de uma intervenção pedagógica**. Dissertação de Mestrado em Letras, da Universidade Federal Fluminense, 2006.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. Campinas: Papiri, 16ª ed. 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Dicionário em Construção. Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Heloísa. **Os Militares como Categoria Social**. São Paulo: Global, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio. O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em 18 Ago. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FURLANETTO, Ecleide Cunico. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Dicionário em Construção: Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília. Plano, 2003.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIBRAN, Khalil, Gibran. **O profeta**. Rio de Janeiro: Lumensana, 1975.

KARL, Mannheim; STEWART, W.A.C. **Introdução à sociologia da educação**. São Paulo: Cultrix, 1962.

LEAL, FABIANA MARIA. **“Por Trás Dos Portões” – A Disciplina no Colégio Militar de Curitiba (1959-164)**. Monografias: Revista História. Paraná, 2009.



LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a Hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

LIMA, Jaqueline Andrade Botelho. **Educação ambiental e interdisciplinaridade: Desafio ou realidade no Colégio Militar de Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Professor Titular do Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada da UFRJ. Palestra do Núcleo de Pesquisa em Estudos Culturais através de produção da CPFL. **Identities e pós-modernidade**. Disponível em [www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br). Acesso em 05 Ago. 2013.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O Ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba, 2006.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **O ethos na análise do discurso**. In.: AMOSSY, Ruth. (Org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: atlas, 2003.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889 – 1937)**. São Paulo: Rio de Janeiro: Cia das Letras/Bibliex, 2009.

MEIRELES, Magali Rezende; CENDÓN, Beatriz Valadares. **Aplicação prática dos Processos de Análise de Conteúdo e de Análises de citações em artigos relacionados às Redes Neurais Artificiais**. Revista Inf. Inf. v. 15, n2, pp-77-93, Jul/Dez 2010. Londrina, PR.

MELLO, Lucrécia Stringhetta. **Educação, Pesquisa e Prática Docente em Diferentes Contextos**. Campo Grande: LIFE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Interdisciplinar. Um processo em Constru(a)ção**. Campo Grande: Ed.UFMS, 2004.

MOSER, Antônio. **Ética, Valores e Educação. Petrópolis**. Disponível em <http://www.antoniomoser.com>. Acesso em 01 Nov 2013.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Currículos e regimes da academia militar 1810-1944. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

OLIVEIRA, Ailton de Souza de. **Autonomia vigiada: Caminhos para a construção da Identidade profissional dos docentes do Colégio Militar de Campo Grande**. Dissertação de Mestrado em educação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco: Campo Grande, 2007.

PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. **O Ensino Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: filosofia pagã antiga – volume I**. Trad. Ivo Storniolo, 3ª Ed. São Paulo: Paulus, 2007.

REZENDE, Thelmy Arruda de. **Meninas aqui? A experiência constitutiva das alunas pioneiras do Colégio Militar de Brasília (1989-1995)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2009.

RIBEIRO, Kleber Augusto. **A educação física escolar e o lúdico no Colégio Militar: Uma leitura fenomenológica**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2011.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Interdisciplinaridade**. In. FAZENDA. Ivani. C. (Org) **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 1998.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

ROMANAWASKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As Pesquisas denominadas “Estado da Arte” em Educação**. Revista Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, Set/Dez. 2006. Revista do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação da PUCPR. Disponível em <http://www2.pucpr.br/reol/index.php>. Acesso em Outubro/2013.

SALOMÃO, Aguinaldo Silva. **A prática pedagógica da educação ambiental: Um estudo de caso sobre o Colégio Militar de Brasília**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SCHIRMER, Pedro. **Das Virtudes Militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2007.

SILVA, Miriam Ferreira de Abreu. **Colégio Militar de Campo Grande -MS: Tecendo os fios do habitus professoral**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2011.

SILVEIRA, Elisa Alice Pereira Machado. **Colégio Militar e direção por valores: que liderança(s)?** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Educação da Universidade de Aveiro. Portugal, 2012.

TAVARES, Kleber da Silva. **“A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

TELES, Maria Luíza Silveira. **Curso básico de sociologia da educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

THIESEN, Juares da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação. Set./Dez. 2008 v. 13 n. 39. ISSN 1413-2478. Anped. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

TREVISAN, Leonardo. 1985. **O Pensamento Militar Brasileiro**. Cadernos de Educação Política. S.P. Global.

TRIVIÑOS, Augusto, N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação. O positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo**. São Paulo: atlas, 1987.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIEIRA, Helen Paola. **Estresse ocupacional, síndrome de burnout e hardiness em professores do Colégio Militar de Campo Grande**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2007.

VOTRE, Sebastião Josué; LOHMANN, Liliana Adiers. **A inserção acadêmica e esportiva da primeira turma feminina no Colégio Militar do Rio de Janeiro**. Revista de Estudos Femininos, vol. 14, Nr. 3. Florianópolis, Set/Dez/2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora, 5ª ed. 1982.

\_\_\_\_\_. **A ciência como vocação** [1919]. In: WEBER, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

## ANEXOS



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Centro de Ciências Humanas e Sociais  
Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEdU



OFICIO nº 013/2014/PPGEDU/CCHS/UFMS

Campo Grande, 19 de março de 2014

**Do:** Programa de Pós-Graduação em Educação  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eurize Caldas Pessanha

**Para:** Coronel Ricardo Guilherme Ribeiro de Almeida  
Comandante do Colégio Militar de Campo Grande (CMCG)

**Assunto:** Solicitação (faz)


Informamos que **JEFFERSON GOMES NOGUEIRA** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Para elaboração de sua dissertação, ele desenvolve uma Pesquisa intitulada: **EDUCAÇÃO MILITAR: UMA LEITURA DO SISTEMA DOS COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL(SCMB)**, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucrécia Stringheta Mello.

Para dar continuidade a sua pesquisa, uma das técnicas de coleta de informação é a realização de uma pesquisa documental da legislação específica do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) e em documentação interna do Colégio Militar de Campo Grande (CMCG). A partir desses procedimentos, pretende-se analisar como se dá a educação no contexto do Sistema dos Colégios Militares do Brasil, em geral; e, em particular, no contexto do Colégio Militar de Campo Grande.

É importante salientar que a utilização dos dados se dará apenas dentro dos objetivos desse projeto de pesquisa, não sendo destinadas a outros fins e o pesquisador se compromete, ainda, em socializar a devolutiva dos resultados da investigação às instituições.

Sem mais, despedimo-nos, colocando-nos à disposição para quais quer informações pelo telefone/fax (67) 3345-7616.

Atenciosamente,

  
**Prof. Dr. Eurize Caldas Pessanha**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Educação – PPGEdU/CCHS/UFMS

*Rebi eu  
26/03/14  
Ten Juvial*



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COLEGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE  
Av. Presidente Vargas, 2800 - CAMPO GRANDE (MS) - CEP 79115-810  
FONE 67-3368-4870 - FAX 67-3368-4839 - E-mail: comsoc@cmcg.ensino.eb.br

Ofício nº 13-CoPeSE/Div Ens/CMCG  
EB: 64251.002794/2014-81

Campo Grande, MS, 24 de abril de 2014.

Prof Dra

**Eurize Caldas Pessanha**

Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEdu/CCHS/UFMS  
UFMS - Cidade Universitária  
79070-900 Campo Grande - MS

Assunto: **Solicitação de Pesquisa Documental no CMCG**

1. Informo, que em relação ao solicitado em documento dessa Instituição de Ensino Superior (IES), está autorizada a realização da pesquisa documental do Sr JEFFERSON GOMES NOGUEIRA, mestrando do PPGEdu/CCHS/UFMS.
2. Outrossim, solicito orientar o referido aluno a dirigir-se à Seção de Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar (COPESE), para coordenar sua pesquisa no âmbito do CMCG.

Atenciosamente

**RICARDO GUILHERME RIBEIRO DE ALMEIDA - Coronel**  
Comandante do Colégio Militar de Campo Grande

"CMCG - 21 ANOS DE FORMAÇÃO EXEMPLAR"